

OS SENTIDOS DO VAZIO

A escala bucólica nas
superquadras de Brasília

Beatriz de Oliveira Alcantara Gomes





OS SENTIDOS DO VAZIO

A escala bucólica nas superquadras de Brasília

Beatriz de Oliveira Alcantara Gomes

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Flaviana Barreto Lira

Brasília, 2023

Banca examinadora:

Prof. Dra. Flaviana Barreto Lira
FAU – UnB

Prof. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros
FAU – UnB

Prof. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni
EFLCH-UNIFESP

Prof. Dr. Oscar Ferreira
FAU - UnB

AGRADECIMENTOS

À UnB e ao seu corpo de profissionais e alunos competentes, especialmente aqueles da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que desde a minha graduação contribuem enormemente para a minha formação e pensamento crítico.

À professora e orientadora Flaviana Lira, que acreditou na pesquisa desde o primeiro momento e esteve comigo ao longo desta caminhada se mostrando sempre empática, atenta, disponível e extremamente competente. A generosa partilha de conhecimento foi substancial para o desenvolvimento da pesquisa e alcance dos resultados.

Às professoras Ana Elisabete de Almeida Medeiros e Manoela Rossinetti Rufinoni, que, a partir das avaliações cuidadosas durante a banca de qualificação, contribuíram enormemente para o enriquecimento desta pesquisa.

Ao Antônio Araújo, que, em tempos de pandemia, contribuiu de formas múltiplas: enquanto companheiro, forneceu supor-

te emocional nos tempos difíceis de isolamento e escrita; enquanto professor e pesquisador, revisou pacientemente textos, discutiu atentamente o conteúdo e se mostrou sempre um entusiasta do trabalho.

Aos meus colegas do Iphan, especialmente Laura Camargo, Júnio dos Santos, Maurício Goulart e Thiago Perpétuo, que me ampararam quando necessário e compreenderam minhas ausências decorrentes do desenvolvimento desta pesquisa. Sem eles teria sido impossível a realização da dupla jornada ao longo destes dois anos.

Ao Gabriel Solórzano e a Luciana Oliveira, que atenciosamente e de forma hábil me ajudaram nesta dissertação com a diagramação e revisão do texto.

Aos meus pais, irmãos e amigos próximos, que não estiveram diretamente envolvidos neste trabalho, mas que sempre me acolheram e incentivaram, fornecendo a base para que eu pudesse começar e chegar ao fim desta pesquisa.

RESUMO

Ecoando a corrente discussão acerca dos desafios impostos à conservação do patrimônio moderno, este trabalho aborda a escala bucólica presente nas superquadras de Brasília. O objetivo foi, a partir de um olhar atual, sistematizar o processo de consolidação da escala bucólica identificando perspectivas para sua conservação. Para tal, foi feita inicialmente a discussão teórica que aborda tanto a construção histórica da noção de escala bucólica (associada à figura de Lucio Costa e a um objetivo patrimonial), quanto os vínculos existentes entre ela e os vazios intencionados modernos. Posteriormente, a partir da observação da sua manifestação nas superquadras do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), foi analisado como se deu a evolução de suas caracterizações formal e simbólica no tempo, desde meados de 1960 até meados de 2020. As informações colhidas e sistematizadas a partir dos procedimentos anteriormente descritos serviram de apoio ao desenvolvimento da última parte desta pesquisa, que buscou analisar possíveis valores culturais atribuídos à escala bucólica presente na superquadra e identificar potencialidades e desafios à sua conservação.

Palavras-chave: escala bucólica, superquadra, Brasília, valores, conservação.

ABSTRACT

Echoing the current discussion regarding the challenges posed to the preservation of modern heritage, this work examines the bucolic scale present in the superblocks of Brasília. The objective was to systematize the process of consolidating the bucolic scale, identifying perspectives for its conservation from a contemporary standpoint. To accomplish this, a theoretical discussion was initially conducted, addressing both the historical construction of the concept of the bucolic scale (associated with the figure of Lucio Costa and a heritage objective) and the existing connections between it and the intentional modern voids. Subsequently, based on the observation of its manifestation in the superblocks of the Urbanistic Complex of Brasília (CUB), the evolution of its formal and symbolic characteristics over time, from the mid-1960s to the mid-2020s, was analyzed. The information gathered and systematized through the aforementioned procedures supported the development of the final part of this research, which aimed to analyze possible cultural values attributed to the bucolic scale present in the superblock and identify potentialities and challenges for its conservation.

Key-words: bucolic scale, superblock, Brasília, values, conservation.

desacostumado
à imensidão
dos detalhes,
as paisagens soam
todas iguais
Ao tato do principiante

Fernanda Barreto

LISTA DE SIGLAS

CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

CIECA – Congresso Internacional Extraordinário de Críticos da Arte

CLS – Comércio Local Sul

CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília

GDF – Governo do Distrito Federal

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IMS – Instituto Moreira Sales

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

PPP – Parceria Público-Privada

SQS – Superquadra Sul

SQN – Superquadra Norte

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1 – Reconhecimento: a origem da proposta	25
1.1. Da Carta de Atenas a Brasília	25
1.2. Do vazio intencionado à escala bucólica	31
1.3. De Brasília Revisitada ao atributo historicamente valorado	38
Capítulo 2 – Apropriação: a manifestação na superquadra	45
2.1. Proposta urbana e ritmo do cotidiano	45
2.2. Caracterização formal e interpretação simbólica no tempo	50
2.3. Cenário presente, superando o modelo	67
Capítulo 3 – Valoração: a conservação da escala bucólica	75
3.1. Cinco valores culturais	75
3.2. Uma experiência ao rés do chão	80
3.3. O cenário normativo e a conservação	109
Considerações finais: o percurso trilhado	128
Bibliografia	133



INTRODUÇÃO

O despertar do interesse pelo patrimônio moderno se deu entre as décadas de 1950 e 1960, mas somente a partir do fim da década de 1980 se observou a intensificação do reconhecimento do tema¹. Desde então se mostram incessantes os esforços centrados no estudo da conservação do patrimônio moderno. Aliado a isso, observa-se o empenho crescente em se expandir esses estudos para além do eixo euro-norte-americano. É essa a provocação inicial que motivou esta pesquisa a trabalhar com o Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB por meio da escala bucólica presente nas superquadras da cidade. A escolha surge como forma de contribuir, a partir do campo nacional, com as correntes discussões acerca do patrimônio moderno e sua preservação.

1 Como exemplo simbólico, é possível citar a criação do Documentation and Conservation of building, sites and neighborhoods of the Modern Movement (DOCOMOMO) em 1989.

O CUB é a parcela tombada da capital do Brasil (figura 1), Brasília, localizada no Distrito Federal, cuja construção se iniciou no fim dos anos de 1950 com base em um plano piloto de filiação moderna, proposto pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa. Desde então, a cidade se tornou exemplo icônico do urbanismo moderno de raízes europeias, mas não deixou de conservar traços nacionais que contribuíram para a sua originalidade e relevância urbana. Nessa perspectiva, vale lembrar que o CUB é reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) desde 1987. Os tombamentos distrital e federal se deram naquele mesmo período², confirmando a relevância do bem. Reconhecida, essa cidade moderna continuou a ser objeto de frequentes discussões que envolvem a sua consolidação no tempo, seus aspectos patrimoniais, sua vivência contemporânea.

Com o desenvolvimento e o crescimento da região do Distrito Federal, avolumaram-se os desafios relacionados à gestão do CUB, que envolvem não apenas as convencionais questões do urbanismo e do planejamento urbano, mas também os complexos desafios do patrimônio, sua preservação e administração. Não é por acaso que nos últimos anos o CUB esteja passando por processos robustos de revisão das normativas que regulam a sua conservação.

Na esfera distrital, observa-se o Governo do Distrito Federal atravessar, há mais de 10 anos, longo e árduo percurso na tentativa de implementar o PPCUB, instrumento legal que institui política de preservação, planejamento e gestão do CUB, na esfera federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

2 O tombamento na esfera distrital ocorreu em 14 de outubro de 1987, dois meses antes da inscrição da Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, ocorrida em 7 de dezembro de 1987. O tombamento federal ocorreu alguns anos depois, em 14 de março de 1990.

lançou, em 2016 (e revisou em 2018), a Portaria nº 166, que tratou de detalhar as diretrizes de conservação desse conjunto tombado. Essas medidas legais traduzem o debate posto acerca do estado da conservação desse conjunto moderno e os desafios impostos à sua gestão e preservação.

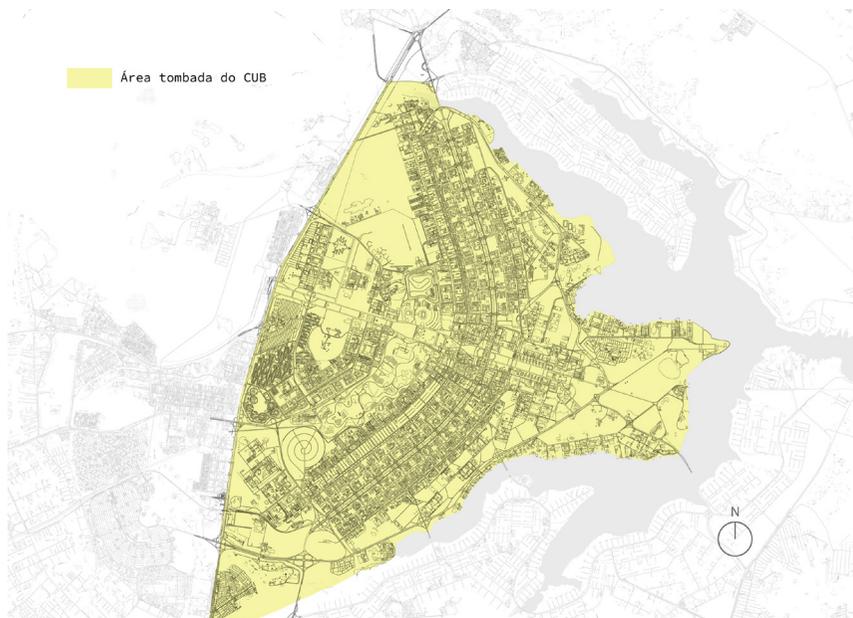
A despeito da infinitude de possibilidades de se trabalhar o assunto, convém considerar a reflexão que se volta para o princípio e questiona a legitimidade e precisão dos argumentos utilizados na fundamentação do tombamento do CUB e do reconhecimento desse bem. Nessa proposta, o enfoque não é no ato do tombamento em si, mas na hipótese da fragilidade da identificação dos atributos e valores atribuídos ao bem, uma vez que o reconhecimento foi feito ainda nas primeiras décadas de existência da cidade, liderado pelo próprio Lucio Costa e, portanto, pelo próprio idealizador do conjunto tombado.

*Brasília Revisitada 1985/87*³ é o nome do documento escrito por Costa que embasou não apenas o tombamento da cidade, mas também normativas patrimoniais posteriores a ele, inclusa a mencionada Portaria nº 166/2016, que permanece vigente. Além disso, a forma como Lucio Costa ali propôs a leitura do CUB é ainda hoje uma escolha comum quando se propõe descrever o bem e sua relevância urbana. Portanto, revisar atributos historicamente identificados, atualizando seus contornos materiais e valores atribuídos, é uma forma de possivelmente transpor alguns dos desafios relacionados à preservação e gestão do CUB.

3 COSTA, Lucio. Brasília Revisitada 1985-87. In: DISTRITO FEDERAL. Anexo I do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o artigo 38 da Lei 3751, de 13 de abril de 1960, no que se refere a preservação da concepção urbanística de Brasília. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 14.out.1987.

Figura 1. Localização e destaque, em amarelo, do perímetro tombado do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Fonte: elaboração própria sobre base SICAD – SEDUH GDF, 2022



Retomando o texto *Brasília Revisitada 1985/87*, observa-se que nele Lucio Costa identificou sete pontos relativos ao que denominou “Características Fundamentais do Plano Piloto”⁴, ou seja, atributos essenciais vinculados à caracterização e identificação do bem reconhecido. O primeiro ponto destacado menciona a necessidade da preservação da interação de quatro escalas propostas pelo autor para traduzir a concepção urbana dessa cidade, sendo elas: monumental, gregária, residencial e bucólica. As escalas foram então utilizadas ao longo do texto para esclarecer aquilo que Lucio Costa entendia como indispensável à preservação do CUB. Esse conjunto formado pelas quatro escalas continuou a reverberar ao longo dos anos, sendo a consolidação e afirmação da identidade da cidade frequentemente associada à presença desses elementos.

Dentre as quatro escalas citadas, destaca-se neste trabalho a bucólica, mencionada indiretamente por Lucio Costa no ponto 5 de “Características Fundamentais do Plano Piloto”, quando o autor se refere à importância do paisagismo. É a escala bucólica aquela que apresenta sistematização patrimonial mais intrincada, em razão da sua natureza particularmente complexa. Nessa perspectiva, será discutido inicialmente nesta dissertação que, enquanto as outras três escalas são mais facilmente associáveis à setorização dos conjuntos de edificações segundo usos e volumetrias, a escala bucólica se refere às áreas non aedificandi do CUB, aos vazios urbanos modernos, e à composição paisagística fluida e dinâmica que delimita o entorno dos edifícios (ou dos conjuntos de edifícios) modernos isolados. Ela é, portanto, a escala de natureza mais abrangente do ponto de vista territorial, e, ao mesmo tempo, a mais abstrata do ponto de vista territorial e conceitual.

⁴ Os sete pontos mencionados por Lucio Costa foram: 1. A interação de quatro escalas urbanas; 2. A estrutura viária; 3. A questão residencial; 4. Orla do lago; 5. A importância do paisagismo; 6. A presença do céu; 7. O não alastramento urbano. Dentre eles, interessa à discussão em curso o primeiro e o quinto pontos.

A consolidação gradual da escala bucólica transformou aquela cidade inicialmente percebida como árida, pelo chão de terra vermelha exposta, na paisagem atual do CUB, uma cidade-parque, de extensos gramados e vegetação generosa. O tempo proporcionou diferentes configurações, apropriações e interpretações desses espaços. As mudanças ocorridas ao longo dos anos extrapolaram a delimitação formal inicialmente determinada por Lucio Costa para a escala bucólica. Além disso, nos últimos anos, a consolidação da vegetação presente na escala bucólica tornou mais evidente as diferentes formas que ela pode assumir a depender do local em que se insere. Esses fatores compilados ajudam a expor os primeiros indicativos da complexidade que envolve o reconhecimento patrimonial da escala bucólica e a sistematização de ferramentas e processos capazes de garantir a sua devida gestão e conservação.

Considerando a possibilidade de diferentes formas de manifestação da escala bucólica a depender do local na qual se insere, opta-se nesta pesquisa por estabelecer um recorte territorial centrado especificamente na escala bucólica presente nas superquadras do CUB. Essas parcelas do território refletem a principal forma de configuração urbana pensada para as áreas de habitação multifamiliar da cidade, ou seja, para a escala residencial (figura 2). Ademais, as superquadras são reconhecidas como uma emblemática contribuição nacional para o campo do urbanismo moderno. No caso, a relevância histórica não diminuiu a relevância do uso contemporâneo desses espaços, que permanecem como algumas das áreas residenciais mais economicamente valorizadas do Distrito Federal. Tal aspecto atesta, em alguma medida, o sucesso da proposta urbana marcada pela escala bucólica, que assume relevante papel ao ambientar, permear e caracterizar a paisagem cotidiana do setor habitacional.

Figura 2. Na superquadra, o encontro da escala residencial com a escala bucólica.

Fonte: nelsonkon.com.br | Autoria: Nelson Kon, 2020.



Simultaneamente, não há como esse cenário moderno da superquadra deixar de ser palco de intervenções contemporâneas, uma vez que a cidade se mantém viva. Essa condição, inerente à perpetuação e usufruto do sítio urbano, justifica a necessidade de se revisitar o processo de formação identitária da escala bucólica presente na superquadra para posteriormente se realizar a identificação de possíveis valores atualmente atribuídos a ela. O processo poderia certificar a atualização e fortalecimento de princípios e diretrizes que balizam a conservação do CUB, assegurando a vivência da cidade contemporânea sem que se perca de vista a manutenção dos aspectos patrimoniais vinculados à significância cultural do bem.

Considerando o exposto, esta pesquisa tem por **objetivo** sistematizar o processo de consolidação da escala bucólica presente nas superquadras analisando seu estado recente de conservação. O trabalho leva em consideração o caráter dinâmico de identificação e valoração de atributos de um bem cultural e, por esse motivo, não pretende estabelecer demarcação identitária cristalizada para a escala bucólica, mas revisará-la buscando perceber, a partir de um olhar contemporâneo, como é reconhecida, apropriada e valorada.

Para atingir o objetivo descrito, os seguintes **objetivos específicos** serão perseguidos:

A. Reconhecimento – Compreender como se deu historicamente a delimitação conceitual e patrimonial da escala bucólica, e qual o seu papel dentro da estruturação de um plano urbano de vinculação moderna.

B. Apropriação – Construir narrativa historiográfica da superquadra com foco no processo de consolidação formal e simbólica da escala bucólica.

C. Valoração – Identificar possíveis valores culturais atualmente atribuídos à escala bucólica e estabelecer, a partir de normativa vigente, desafios e potencialidades à sua conservação.

Com base nos três pontos estabelecidos, foram estruturados os **procedimentos metodológicos** da pesquisa e do seu referencial teórico. Cada objetivo específico corresponde a um procedimento desenvolvido conforme detalhado a seguir:

- Reconhecimento - Compreender como se deu historicamente a delimitação conceitual e patrimonial da escala bucólica, e qual o seu papel dentro da estruturação de um plano urbano de vinculação moderna.

O primeiro ato é o reconhecimento da escala bucólica por meio de revisão bibliográfica que proporcione tanto a compreensão da sua noção histórica -, quanto sua correspondência com a proposta urbana moderna. Nesse caso, recorre-se ao aporte teórico de autores como Luciana Saboia (2011, 2016), Françoise Choay (2018), Kenneth Frampton ([1980] 2008). A bibliografia auxiliará na identificação do momento histórico em que se insere o surgimento do movimento moderno e o percurso até sua manifestação no Brasil. A literatura apoia também o reconhecimento das principais características da proposta urbana moderna que sustentarão a construção das noções e correlações de vazio intencionado e escala bucólica, com enfoque na origem patrimonial da segunda. Como fontes documentais, é imprescindível a consulta aos escritos de Lucio Costa e Le Corbusier, em especial, o texto Brasília Revisitada 1985/87 (1960), do primeiro, e Carta de Atenas ([1941] 1993), do segundo autor. Fontes complementares, que auxiliem na construção teórica (revistas, jornais etc.), também são consultadas.

O resultado é a delimitação dos vínculos entre o vazio urbano de proposta moderna e a escala bucólica, identificando o papel da segunda na caracterização de Brasília e no processo de reconhecimento patrimonial do CUB.

- Apropriação - Construir narrativa historiográfica da superquadra com foco no processo de consolidação formal e simbólica da escala bucólica.

As transformações formais e simbólicas da escala bucólica presente na superquadra são estabelecidas a partir da análise de algumas das principais críticas feitas a Brasília e à superquadra ao longo da existência da cidade. Para tal, é construído fio narrativo estratificado em três períodos, a saber:

1. Meados de 1960 a meados de 1980 – marcado pelo início da construção e inauguração da cidade. Críticas de Bruno Zevi ([1960] 2012) e Françoise Choay (1959).

2. Meados de 1980 a meados de 2000 – marcado pelo processo inicial de patrimonialização da cidade. Críticas de James Holston ([1989]1993) e do GT Brasília (1981).

3. Meados de 2000 a meados de 2020 – marcado pelo aniversário de 50 anos da cidade. Críticas de Adrian Gorelik (2005) e Frederico de Holanda (2010).

Além de outros estudos levantados, as análises são complementadas com o resgate fotográfico que revela visualmente o processo de consolidação da escala bucólica. O resultado dos processos é o mapeamento das principais transformações formais e simbólicas ocorridas na escala bucólica, que levaram à sua configuração e reconhecimento atual.

• Valoração – Identificar possíveis valores culturais atualmente atribuídos à escala bucólica e estabelecer, a partir de normativa vigente, desafios e potencialidades à sua conservação.

Inicialmente é proposta a recapitulação teórica de como se deu, no campo da conservação, o reconhecimento de bens culturais por meio da identificação dos valores atribuídos. Então, considerando as informações colhidas nos Capítulos 1 e 2, são estabelecidos possíveis valores atribuídos à escala bucólica presente na superquadra a partir de categorização proposta por Ulpiano de Meneses (2009).

O testemunho da atribuição dos valores levantados é feito por meio da observação de dois casos empíricos:

1. SQS 308, construída e arborizada na década de 1960;
2. SQN 310, construída e arborizada na década de 1990.

A escolha das superquadras é feita com base na configuração formal que afasta uma da outra, o que possibilita diferentes atribuições de valores. Mais antiga, a primeira superquadra selecionada (SQS 308) se aproxima mais ao projeto moderno inicialmente proposto; a segunda, mais recente (SQN 310), é baseada em diretrizes urbanas que favoreceram outro arranjo da escala bucólica.

Com a atribuição dos valores verificada, é realizada, a partir da análise do arcabouço legal vigente, uma identificação de desafios e potencialidades impostos à conservação da escala bucólica presente na superquadra. Para tal, são consultados principalmente os seguintes instrumentos normativos:

• Portaria IPHAN nº 166/2016 (revisada em 2018), que estabelece em nível federal definições e critérios para intervenção no CUB;

• Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, instrumento distrital que institui política de preservação, planejamento e gestão do CUB;

• Lei Complementar nº 755/2008, que define critérios para ocupação de área pública no Distrito Federal;

• Decreto nº 39.690/2019, que regulamenta o programa Adote uma Praça.

Cada um dos três objetivos específicos descritos acima será desenvolvido em um dos três capítulos que compõem esta dissertação. Portanto, no **Capítulo 1** será construída a base teórica que permite assumir a escala bucólica como um atributo indispensável à caracterização do traçado moderno do CUB. Nessa parte do texto será investigado como se deu historicamente a construção do termo escala bucólica por Lucio Costa, e quais os vínculos dela com a configuração espacial do urbanismo moderno e com o tombamento do CUB. Se fará a exploração da escala bucólica enquanto elemento garantidor dos vazios intencionados próprios da cidade moderna, onde há uma proposta de inversão na relação entre cheios e vazios urbanos. Os resultados colhidos servirão de base para a identificação da escala bucólica como elemento central na configuração urbana do CUB e, portanto, indispensável à conservação geral desse bem tombado.

O **Capítulo 2** deverá resgatar como se deu o processo de consolidação, em termos formais e simbólicos, da escala bucólica presente nas superquadras. A exploração mostrará como o reconhecimento da superquadra, principal configuração urbana utilizada no setor residencial do CUB, foi construído e transformado ao longo dos anos, a partir da maturação compositiva da escala bucólica. Enquanto o fio temporal das transformações será conduzido pela

análise de críticas que marcaram períodos notáveis da história da cidade, o resgate de fotografias ilustrará as transformações constatadas. O material colhido será refletido em uma análise acerca do momento presente e da consolidação alcançada.

As informações dos dois capítulos anteriores servirão de fundamentação para o desenvolvimento do **Capítulo 3**. A partir da construção teórica e com o aporte da categorização de valores culturais estabelecida por Ulpiano de Meneses (2009), serão avaliados, na superquadra, valores que hoje podem potencialmente ser atribuídos à escala bucólica. À luz dessa identificação e com base na análise do arcabouço legal vigente, serão levantados desafios e potencialidades à conservação dessa escala bucólica.

Capítulo 1

Reconhecimento: a origem da proposta

Neste capítulo é realizada, a partir de revisão bibliográfica, a construção de fundamentação teórica que permite reconhecer a escala bucólica como um atributo substancial à caracterização do CUB. Assim, aborda-se inicialmente as relações entre os preceitos da Carta de Atenas e a idealização do plano piloto de Brasília. Posteriormente, busca-se estabelecer o importante vínculo entre a cidade de proposta moderna e a inversão da malha urbana, onde vazios intencionados superam os volumes construídos. Por fim, investiga-se como esse atributo do vazio inspirou, no CUB, a propos-

ta da escala bucólica, revelando sua importância para constituição, singularidade e reconhecimento do conjunto tombado.

1.1 Da Carta de Atenas a Brasília

O movimento moderno surgiu no início do século XX em meio à conjuntura provocada pelo rápido crescimento demográfico e urbano europeu ocorrido no século XIX, durante a Revolução Industrial. O período foi marcado por transformações expressivas em âmbitos culturais, técnicos e socioeconômicos. No campo da arquitetura, a ruptura não se limitou à concepção estilística: culminou em novas formas de se fazer e pensar o espaço (PRUDON 2008). No campo do urbanismo, as transformações não foram menores. Ainda no século XIX, entre 1853 e 1870, observou-se, por exemplo, a execução do plano de Haussmann para Paris (figura 3) e, com isso, profundas transformações no tecido da cidade. O plano intencionava resolver problemas causados pelo crescimento frenético das últimas décadas (abastecimento de água, rede de esgoto, tráfego etc.). Naquele momento, a proposta dada como solução foi cortar trechos da cidade de ruas sinuosas e estreitas com largas avenidas retilíneas que permitiriam o aperfeiçoamento dos sistemas então julgados como insatisfatórios (FRAMPTON,2008).

Colocando à parte as críticas ao plano de Haussmann e o impacto causado ao tecido histórico, o exemplo de sua execução não deixa de espelhar o esforço que vinha sendo empreendido à época no sentido de se pensar e refletir sobre a cidade enquanto um corpo estranho que necessitava de prognóstico e controle. Inseridas nesse contexto, as soluções higienistas propostas para Paris foram prenúncio da estruturação do urbanismo enquanto campo de estudo.

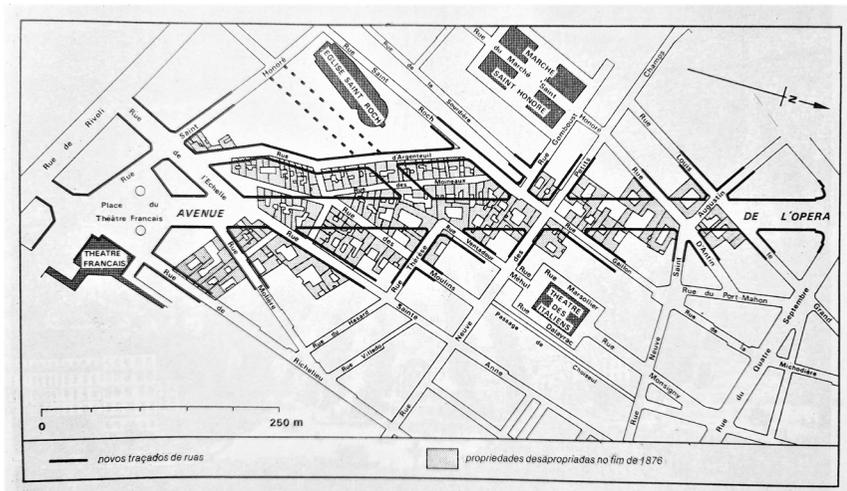


Figura 3. Intervenções em Paris, demolições para abertura da Avenida de L'opéra.

Fonte: Leonardo Benevolo, 2011 | Autoria: L'illustration, 1868.

Outro exemplo simbólico dessa estruturação é a criação, já no início do século XX, da palavra *urbanismo*⁵ atestando o esforço de delimitação do campo, que surgia com pretensões científicas. Em meio às transformações, o período foi marcado por pensadores que contribuíram, cada um a seu modo, para a formação do campo do urbanismo.

As reflexões e posicionamentos emergentes eram múltiplos, o que torna inevitavelmente limitada qualquer imposição de classificação rígida das linhas de pensamento urbano que vinham se constituindo. Contudo, o exercício de categorização pode ser profícuo quando se busca compreender de forma mais estruturada como determinados caminhos foram trilhados desde o período embrionário do urbanismo até o fazimento de documentos icônicos de veiculação dos preceitos modernos, como é o caso da *Carta de Atenas* – que será abordada mais adiante nesta pesquisa.

Exemplo reconhecido de trabalho que propõe o esforço de categorizar é o da historiadora Françoise Choay ([1965], 2018), que optou por chamar de *pré-urbanistas* o grupo de pensadores que, diante das transformações urbanas correntes no século XIX, passou a observar e refletir sobre a então recente realidade das cidades (novas e antigas). Foram os pensamentos desse grupo que impulsionaram, no século seguinte, o trabalho de outros intelectuais – chamados pela autora de *urbanistas* – que transpuseram as reflexões iniciais e passaram a assumir, diante da cidade, postura mais prática e operacional.

Segundo Choay ([1965], 2018), o trabalho dos *urbanistas* pode, por sua vez, ser subdividido em dois modelos: *culturalista*

⁵ No livro *O urbanismo* (CHOAY, [1965], 2018, p.2), é mencionado que o termo teria aparecido pela primeira vez em 1910.

e *progressista*. Enquanto o primeiro se interessa pela prevalência de aspectos culturais e perceptivos da cidade (o que envolve certo olhar de admiração pelo passado e suas configurações urbanas mais orgânicas), o segundo se volta para aspectos mais formais: a utilização de novas técnicas, materiais e padrões funcionais (o que envolve o rompimento com o passado, olhar voltado para o futuro e a pretensão de se criar espaços mais regrados). Conforme mencionado, a classificação em dois modelos proposta pela historiadora não pode alcançar todas as nuances dos pensamentos dos urbanistas, mas ajuda a esclarecer os predominantes e diferentes elementos que os compõem.

Assim, segundo a classificação proposta, dentre os urbanistas progressistas, destaca-se o franco-suíço Le Corbusier que, segundo Bruno Zevi (2009), foi o maior representante da corrente espacial funcionalista. Ademais, Le Corbusier foi uma das figuras centrais nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM, formado por integrantes de diferentes nacionalidades. No grupo estava incluso o urbanista brasileiro Lucio Costa, com quem Le Corbusier viria a desenvolver algumas parcerias, a exemplo da consultoria dada pelo franco-suíço para o desenvolvimento do projeto de Costa para a antiga sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, hoje denominado Palácio Capanema.

Os CIAM passaram a ser realizados a partir de 1928 e se tornaram importante instrumento de propagação dos ideais funcionalistas/rationistas assumidos pelo grupo (FRAMPTON, [1980] 2008). Em 1933, durante a realização do IV CIAM, que tinha por tema *A cidade funcional*, foi produzida a versão inicial da chamada *Carta de Atenas*. O documento, que teve sua última versão redigida em 1941 pelo próprio Corbusier, se dedicava a elaborar uma espécie de manual contendo diretrizes urbanas para a realização da cidade moderna com base em quatro funções tidas como essenciais para o bem-estar humano: habitar, trabalhar, circular e recrear-se.

Figura 4. Visita ao Brasil nos anos 1950. Sentados, Roberto Burle Marx, Le Corbusier, Lúcio Costa e Affonso Reidy

Fonte: Acervo IAB/RJ | Autoria: Desconhecida.



A fórmula da *Carta de Atenas* (1933), proposta por Le Corbusier e o grupo, matinha o enfoque na solução dos problemas gerados a partir da expansão acelerada das cidades no século XIX. Quando da escrita do documento, somavam-se a isso os entraves gerados pela Primeira Guerra Mundial e a destruição difusa das cidades europeias. Era preciso reconstruir, reestabelecer a ordem, e a proposta era fazê-lo com base em diretrizes modernas que organizassem o tecido urbano priorizando o aspecto formal em prol de um bem-estar social. Adotou-se então o zoneamento rígido da cidade, pensado a partir da setorização das quatro funções-chave estabelecidas pela carta. Nesse processo, a conformação espacial da cidade foi conseqüentemente alterada em razão dos objetivos traçados e das condicionantes impostas.

Na segunda parte da Carta de Atenas (1933), são discutidos “críticas e remédios” para a cidade industrial do século XIX. Essa parcela do texto traz, dentre outras reflexões, argumentos em favor de cidades menos adensadas e mais aprazíveis:

A manutenção ou a criação de espaços livres são, portanto, uma necessidade e constituem uma questão de saúde pública para a espécie. Esse é um tema que constitui parte integrante dos postulados de urbanismo e ao qual os edis deveriam ser obrigados a dedicar toda a sua atenção. Justa proporção entre volumes edificados e espaços livres, eis a única fórmula que resolve o problema da habitação. (CORBUSIER, 1993, p. 37)

O trecho transcrito indica outro aspecto central na carta: a habitação como centro da vivência cidadina onde os habitantes passam boa parte do seu tempo. Essas regiões da cidade deveriam,

portanto, espelhar a intenção moderna de se romper a dicotomia existente entre o campo e a cidade. Propunha-se a integração das avançadas tecnologias e da vida urbana aos espaços livres de caráter campestre. Desse modo, as áreas verdes deveriam se fazer presentes, garantindo não apenas o bem-estar (físico e mental) dos indivíduos, mas a salubridade e higiene dos espaços (tanto os comuns quanto os privados). A configuração espacial era, portanto, a seguinte: “os volumes edificados serão intimamente amalgamados às superfícies verdes que os cercam [...] a textura do tecido urbano deverá mudar; as aglomerações tenderão a tornar-se cidades verdes.” (CORBUSIER, 1993, p. 39).

Na cidade moderna do CIAM, ao passo que as vias automobilísticas foram segregadas das vias pedonais e do restante do tecido urbano para permitir o livre trânsito dos automóveis, o solo foi liberado para que as áreas verdes adentrassem na cidade e os edifícios fossem espaçados. Tratou-se do planejamento de uma paisagem cidadina marcada pelo espraiamento dos volumes construídos e fluidez dos espaços livres – vazios no sentido de não serem edificados, mas cheios de propósito. Ao descrever tal intenção, François Choay estrutura a seguinte crítica:

A preocupação com a eficácia [no urbanismo progressista] manifesta-se antes de tudo na importância atribuída à questão da saúde e da higiene. A obsessão pela higiene polariza-se em torno de noções de sol e de verde [...] Esses objetivos levarão os urbanistas progressistas a fazer o velho espaço fechado explodir para *desdensificá-lo*, para isolar no sol e no verde edifícios que deixam de ser ligados uns aos outros para tornar-se ‘unidades’ autônomas. A consequência maior é a abolição da rua, estigmatizada como um vestígio de barbárie, um anacro-

nismo revoltante. [...] Em termos de Psicologia da Gestalt constata-se uma inversão dos termos forma e fundo; ao invés de pedaços de espaço livre desempenharem o papel de figuras sobre o fundo construídos da cidade, o espaço torna-se fundo, meio no qual se desenvolve a aglomeração nova. Este fundo é, em grande parte, investido pelo verde. (CHOAY, 2018, p. 21-22)

A desdensificação da cidade com a inserção propositiva dos espaços livres marcados pelo verde foi registrada em ao menos dois trabalhos de Le Corbusier que precederam a Carta de Atenas: a publicação de *Por uma Arquitetura*, em 1923, e a elaboração do plano urbano da *Ville Radieuse*, apresentado durante o III CIAM, em 1930 e posteriormente publicado em 1935. Ambos já expunham, por caminhos distintos, o apreço pelo vazio urbano. Em *Por uma Arquitetura*, publicação que reuniu uma série de artigos teóricos de Corbusier, consta o seguinte trecho:

Em lugar de traçar cidades em forma de quadrangulares maciços com a estreita vala das ruas guarnecidas pelos sete andares de edifícios a pique sobre a calçada e enquadrando pátios infectos, sentinas sem ar e sem sol, traçaríamos, ocupando as mesmas superfícies, e com a mesma densidade de população, blocos maciços sucessivos de casas denteadas, serpenteando ao longo de avenidas axiais. Nada de pátios, porém apartamentos abrindo-se de todos os lados ao ar e à luz, e dando, não sobre débeis árvores dos atuais bulevares, mas sobre gramados, terreno de jogos e abundantes plantações. (CORBUSIER, [1923] 2014, p. 39)

Anos depois, a intenção teórica foi traduzida no modelo urbano da *Ville Radieuse* que, apesar de não ter sido executado, conseguiu expressar e registrar graficamente a proposta espacial moderna, seu comprometimento com as áreas livres verdes, e a intenção do rompimento com o esquema da malha urbana vigente. Um dos desenhos que integram o modelo proposto é um diagrama comparativo (figura 5) no qual Le Corbusier coloca em evidência o contraste entre o tecido de cidades existentes e aquele proposto para a *Ville Radieuse*.

O conjunto de materiais produzidos pelos urbanistas progressistas, em especial por Le Corbusier, não fomentou uma nova postura e proposta urbana apenas na Europa. Nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, o modernismo progressista começou a ser difundido nos países industrializados, especialmente nos Estados Unidos, sofrendo algumas transformações para se adaptar às particularidades de cada território. Então, a partir de 1932, com o marco da realização da primeira mostra de arquitetura do MoMa⁶, a difusão do modernismo se alastrou por outros países além da Europa e América do Norte. Naquela oportunidade foi cunhado o termo *International Style* para denominar o conjunto de derivações da expressão moderna pelo mundo afora.

⁶ Henry-Russel Hitchcock e Philip Johnson organizaram a primeira mostra de arquitetura do Museu de Arte Moderna (MoMa), localizado em Nova York. O evento, nomeado *Modern Architecture: International Exhibition* tratou de divulgar a concepção arquitetônica dos anos de 1920 sublinhando a produção moderna de autores como Le Corbusier, Walter Gropius e Mies Van Der Rohe. Duas publicações foram geradas a partir da exibição.

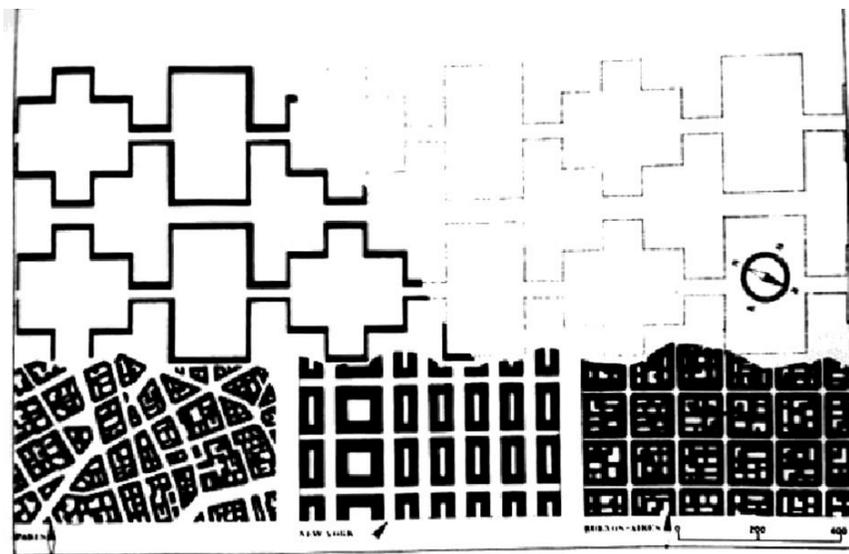


Figura 5. Diagrama do tecido urbano da Ville Radieuse (parte superior da imagem) confrontado com o tecido de outras três cidades: Paris, Nova York e Buenos Aires (parte inferior da imagem, da esquerda para a direita).

Fonte: Leonardo Benevolo, 2011 | Autoria: não confirmada.

No Brasil, uma das principais figuras ligada ao *International Style* foi o urbanista Lucio Costa que, em 1957, projetou Brasília⁷ (figura 6), a nova capital do Brasil. A cidade planejada por ele foi selecionada dentre outros trabalhos submetidos a concurso nacional⁸ promovido pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek⁹. A realização da seleção ocorria durante período de acelerada industrialização e desenvolvimento econômico do país, objetivos centrais na gestão do então presidente. Dentre as metas estabelecidas, estavam a interiorização do país e a construção de uma nova capital, que seria a vitrine do governo desenvolvimentista e símbolo de uma época de expressivas mudanças estruturais. Desejava-se, portanto, um plano que refletisse a modernidade almejada, a industrialização posta em prática e seus avanços, o que era oferecido pela proposta singular de Lucio Costa.

⁷ Neste trabalho, quando se usa o termo “Brasília”, é feita referência à parcela territorial da capital do Brasil que foi inicialmente construída com base no plano urbano de Lucio Costa, sendo posteriormente tombada e reconhecida como Conjunto Urbanístico de Brasília, o CUB. Caso o termo seja utilizado com outra intenção, será indicado por meio de nota.

⁸ Segundo Milton Braga (2010), o edital do concurso foi lançado em 20 de setembro de 1956. No total, participaram da seleção 26 trabalhos, a maioria de filiação corbusiana. Dentre os integrantes do júri estavam o arquiteto Oscar Niemeyer, que viria a ser o principal arquiteto de Brasília. Os principais critérios utilizados na avaliação dos projetos eram: 1. Localização e zoneamento das áreas; 2. Articulação entre as vias; 3. Caráter de destaque dos edifícios administrativos; 4. Identidade do projeto em relação ao caráter da cidade. Os elementos pré-estabelecidos para o plano urbano eram: localização de palácio residencial, aeroporto e lago artificial. A cidade deveria abrigar 500 mil habitantes.

⁹ O presidente foi eleito em 31 de janeiro de 1956 e permaneceu no cargo até 31 de janeiro de 1961, meses após a inauguração de Brasília ocorrida em 21 de abril de 1960. Antes do mandato presidencial, Juscelino Kubitschek foi governador do estado de Minas Gerais, quando teve aproximação inicial com o arquiteto Oscar Niemeyer e a arquitetura moderna.

Apesar da evidente filiação corbusiana do plano urbano idealizado por Costa, há que se reconhecer que Brasília foi também inspirada em outras fontes teóricas que extrapolaram o trabalho do urbanista franco-suíço. Ainda que o plano de Lucio Costa refletisse princípios claros da *Carta de Atenas* e do urbanismo progressista, houve também inspiração em trabalhos que precederam tal corrente e que não necessariamente se alinhavam com ela.

Os trabalhos dos culturalistas Camillo Sitte e Ebenezer Howard foram, por exemplo, indispensáveis ao reconhecimento de Brasília enquanto cidade-parque, caráter especialmente manifestado nas áreas residenciais da cidade¹⁰. O conjunto de referências distintas é o que conferiu a Brasília sua singularidade e relevância moderna. Enquanto a capital brasileira incorpora à paisagem urbana os vazios defendidos pelos urbanistas progressistas, os significa buscando propósito paisagístico mais natural, íntimo e cotidiano, premissa mais vinculada à corrente culturalista.

1.2 Do vazio intencionado à escala bucólica

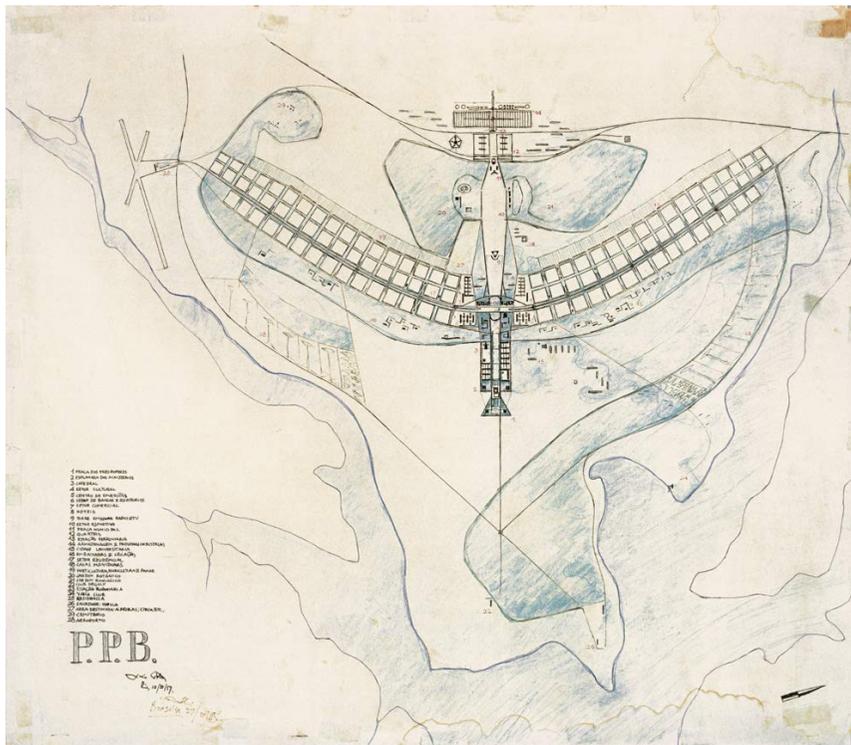
Uma das imagens frequentemente associadas ao plano urbano de Brasília é a sequência de três croquis (figura 7) feitos por Lucio Costa e registrada no *Relatório do Plano Piloto de Brasília*¹¹

10 Outros exemplos reconhecidos de referências são as ruas Champs Elysées, em Paris, e a Piccadilly Circus, em Londres, conforme destaca o próprio Lucio Costa no Relatório do Plano Piloto (COSTA, [1957] 2014), quando descreve regiões mais gregárias se sua proposta urbana.

11 Tal relatório foi produzido em 1956, contendo o primeiro registro e defesa da proposta urbana de Lucio Costa para a Brasília. Em setembro daquele ano, o documento foi submetido à avaliação de júri composto para a realização do concurso que escolheria o plano urbano da nova capital do Brasil. Em março de 1957 o plano de Costa foi declarado escolhido.

Figura 6. Plano Piloto de Brasília apresentado por Lucio Costa na ocasião do concurso para a nova capital em 1957.

Fonte: Lucio Costa, 2018 | Autoria: Lucio Costa



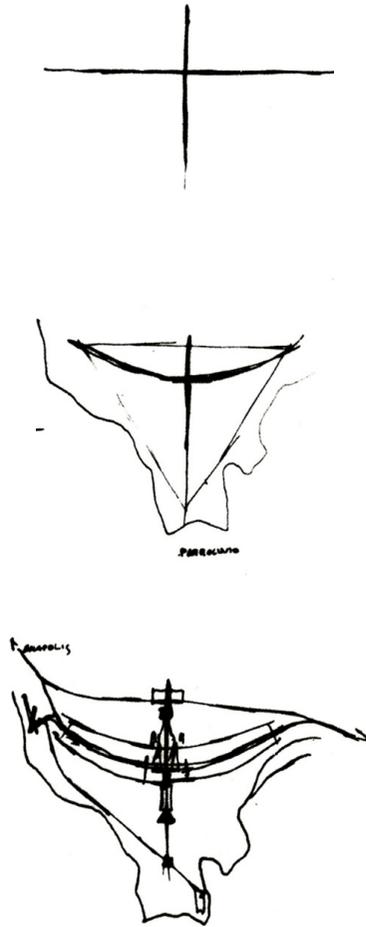


Figura 7. Croquis registrando o processo de concepção de Brasília

Fonte: Lucio Costa, [1956] 2010 | Autoria: Lucio Costa.

(COSTA, [1957] 2014). Os desenhos demonstram o desenvolvimento inicial da concepção formal do plano. O primeiro croqui registra o cruzamento de duas retas formando uma cruz que, no segundo croqui, se transforma em um avião ao se envergar uma das retas. Por fim, o terceiro croqui incorpora algum detalhamento ao desenho, mas sem interferir na leitura da forma base do avião constituída por duas retas.

A observação cuidadosa da sequência de desenhos revela algumas das diretrizes urbanas iniciais do plano: a rua segregada, marcada pelos duas linhas que representam as principais vias automobilísticas da cidade¹² desvinculadas de outros elementos construídos; a malha aberta, que deixa de ser quadrangulada e acontece a partir das duas retas soltas no plano; e o vazio urbano, que se destaca pela ausência dos quarteirões e de outras formas construídas dominantes.

Ao traçar apenas duas linhas sobre o papel, Lucio Costa antevia a presença do vazio urbano moderno, defendido por Le Corbusier desde *Por uma Arquitetura*, como elemento fundamental à estruturação do seu projeto. Uma certa correspondência dessa proposta projetual com a cidade efetivamente construída pode ser inicialmente atestada a partir da análise do texto *Os Paradigmas Urbanísticos de Brasília* (2006). Nele, os autores Sylvia Ficher e Pedro Paulo Palazzo realçaram, dentre os paradigmas típicos da cidade moderna identificados em Brasília, o *rompimento do quarteirão convencional* – portanto, o descarte da forma maciça fechada e marcada por construções geminadas – e a *instauração dos edifícios isolados sobre fundo fluido*. A justaposição dos dois paradigmas resulta em um terceiro, aqui colocado em destaque: a *inversão da relação forma e fundo/cheios e vazios*, conforme se percebe na figura 8.

¹² As vias mencionadas são: Eixo Monumental, cortando o plano no sentido Leste-Oeste, e o Eixo Rodoviário que, disposto de modo arqueado, cruza a cidade no sentido Norte-Sul.

Orientada pelo preceito moderno estruturado na primeira metade do século XX, em Brasília os edifícios foram dispostos de forma isolada sobre um fundo livre e contínuo, composto, em grande parte, por áreas verdes públicas de acesso irrestrito, conforme dita a inspiração na cidade-jardim de Ebenezer Howard. Ao tratar do propósito da constituição dessas áreas *non aedificandi*, Saboia (2016, p.51) afirma que:

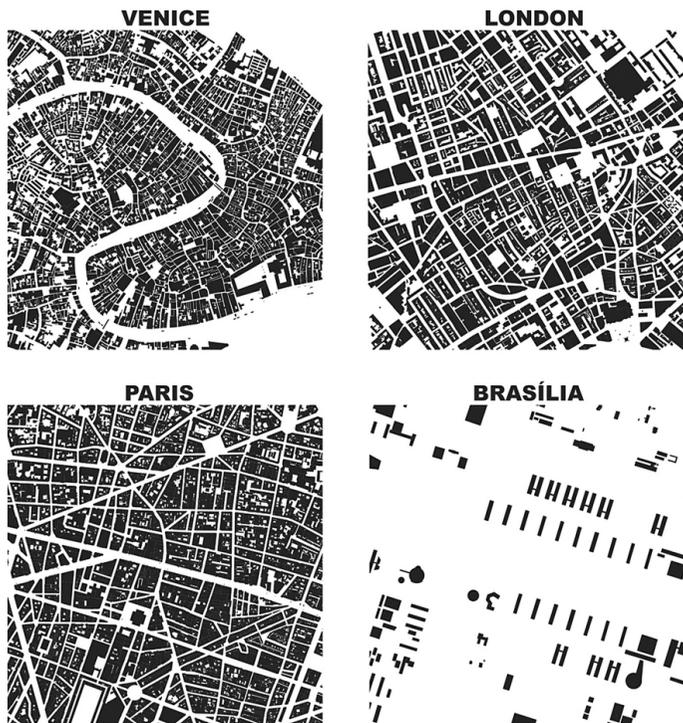
diferentemente do significado mais geral de vazio urbano, definido por espaços residuais, áreas intersticiais ou descontinuidades no território metropolitano, o vazio moderno é o espaço planejado caracterizado por extensas áreas entre edifícios isolados ou internamente por grandes espaços projetados com o mínimo de elementos.

Na cidade idealizada por Costa, a propriedade do vazio planejado anunciado por Saboia está relacionada à denominada escala bucólica, noção inicialmente construída por Lucio Costa durante os esforços de teorização da sua concepção urbana para a nova capital. Além de cunhar o termo *escala bucólica*, o urbanista propôs, como já mencionado, outras três escalas para explicar sua proposta urbana, sendo elas: *monumental*, *residencial* e *gregária*. Por meio do conjunto, Costa expressou a intenção de diversificar aspectos tanto físicos quanto funcionais e simbólicos na cidade. A depender da escala que se trata, percebe-se maior ou menor gabarito, menos ou mais adensamento, usos estritamente restritos ou ligeiramente diversificados. Desse modo, ainda que de forma superficial e pouco precisa, um breve olhar sobre as quatro escalas já permite identificar algumas das características que as individualizam.

Na *escala monumental* (figura 10) o que foi posto em evidência foram os edifícios icônicos projetados por Oscar Niemeyer, amplificados pelas grandes distâncias estabelecidas entre eles, marca-

Figura 8. Mapas de cheios e vazios de Veneza, Londres, Paris e Brasília. A imagem coloca em evidência a inversão da proporção entre cheios e vazios na malha urbana de Brasília.

Fonte: geoffboeing.com | Autoria: Geoff Boeing, 2017.



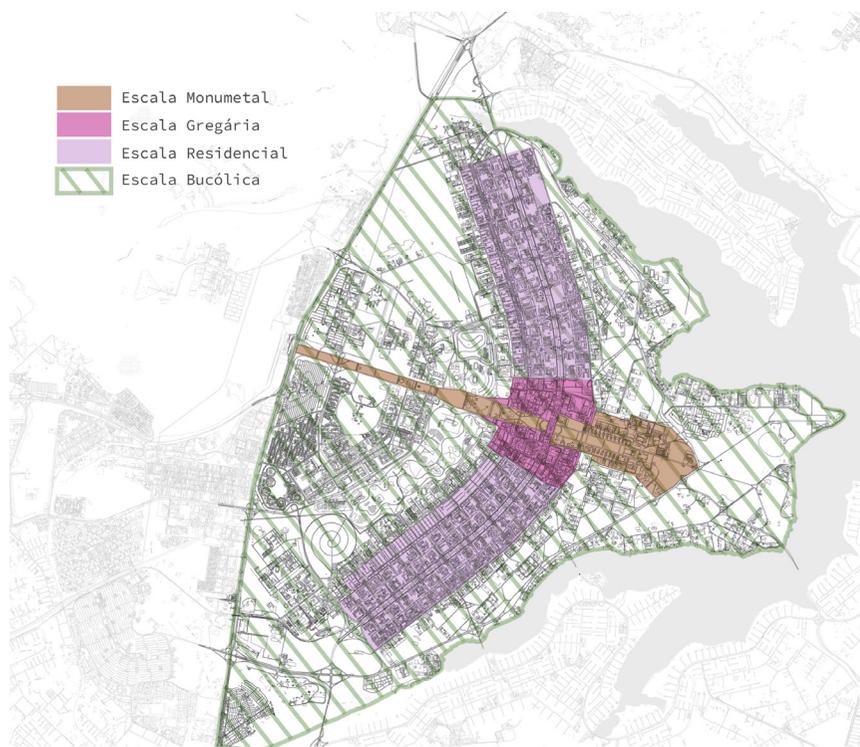


Figura 9. Localização das escalas no plano urbanístico de Brasília.

Fonte: elaboração própria sobre base SICAD – SEDUH GDF.

das pela ausência de barreiras visuais que impeçam a apreciação do mostruário de esculturas modernas edificadas. A intenção foi criar ali um centro administrativo alegórico, que refletisse o espírito monumental da capital, “monumental não só no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa” (COSTA, 2014, p.29). Essa escala abriga, dentre outros edifícios, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, cada um ocupando um dos vértices da Praça dos Três Poderes. A escala monumental costuma ficar gravada na memória dos visitantes e recorrentemente imagens de seus espaços são utilizadas quando se pretende apresentar Brasília.

Por sua vez, a *escala gregária* (figura 11) é marcada pela concentração de edifícios que alcançam alturas mais elevadas. Simultaneamente, a distância entre as edificações é reduzida e a paisagem natural afastada. Elas abrigam os espaços abertos de encontro. Esse é um dos pontos que diferenciam a proposta de Lucio Costa do típico traçado moderno, onde espaços desse tipo são normalmente desconsiderados (HOLANDA, 2010). A escala gregária deveria promover maior concentração de pessoas e, por isso, abrigou setores como os bancários, comerciais e de diversões, além da rodoviária central (situada no cruzamento das duas vias que marcam o traçado embrionário da cidade). É possivelmente o espaço que mais se aproxima de um centro tipicamente urbano, mesmo que diferenças ainda sejam evidentes. Apesar da diversificação dos usos e a intenção gregária, a habitação foi vetada neste setor, havendo uma escala própria para ela.

A *escala residencial* (figura 12) é espacialmente definida pela disposição de blocos em formato de lâmina dispostos sobre fundo verde densamente arborizado. O gabarito dominante das edificações é de seis pavimentos sobre pilotis. Apesar do uso residencial



Figura 10. A escala monumental de Brasília com a Esplanada dos Ministérios em destaque.

Fonte: joanafranca.com | Autoria: Joana França, 2017.



Figura 11. A escala gregária de Brasília com a Plataforma Rodoviária e Setores de Diversão em destaque.

Fonte: joanafranca.com | Autoria: Joana França, 2017.



Figura 12. A escala residencial de Brasília com as superquadras em destaque.

Fonte: joanafranca.com | Autoria: Joana França, 2017.

ser o principal, esta escala recebe comércios locais situados nas periferias dos conjuntos de blocos residenciais. O espaço não é marcado por arquitetura intencionalmente icônica, mas por edificações predominantemente funcionais e discretas, que se inserem de forma mais natural em uma ambiência cotidiana. Além dos blocos residenciais e dos comércios locais, há inserção de pequenos volumes, de um ou dois pavimentos, que servem de apoio às comunidades locais, a exemplo de escolas, igrejas, correios e postos de saúde.

Enquanto as três primeiras escalas se aproximam de uma delimitação mais setorial e funcional da cidade, a *escala bucólica* se espalha e se mistura entre os diversos setores, assumindo usos e fisionomias cambiantes que dependem da outra escala da qual ela se aproxima. A permeabilidade de seus espaços não edificados a desvincula de contornos físicos rígidos, trata-se de uma intenção de ambientação espacial, que assume diferentes formas nas mais variadas partes da cidade. Em uma tentativa de listagem dos locais nos quais a escala bucólica se apresenta no CUB, Lídia Adjuto Botelho (2009) escreve:

A escala bucólica, portanto, está configurada em todas as áreas livres que envolvem as áreas edificadas, faz-se presente nos gramados, na faixa verde de emolduramento, nos jardins e nos passeios livres das superquadras e das entrequadras; nas áreas verdes dos setores da escala monumental, bem como nas áreas non aedificandi cobertas de cerrado nativo, nos parques públicos, nos bosques rústicos e nos clubes da orla do Lago Paranoá, onde são predominantes seus atributos. (ADJUTO BOTELHO, 2009, p.94)

Os exemplos citados corroboram para constatação de que a escala bucólica não se limita a um trecho urbano específico, ela transita permanentemente entre os espaços, ambientando a cidade como um todo. Esses espaços que ela ocupa, por mais diversos que se apresentem em suas individualidades, se encaixam no conceito amplo de *vazio planejado* moderno desvelado por Saboia (2016). Tais áreas não são intersticiais e não configuram descontinuidades no território. Pelo contrário, são lugares pensados para serem ocupados por vazios que revelam duas propriedades morfológicas específicas, essenciais à compreensão conceitual da escala bucólica. A primeira propriedade se refere à **intenção de unidade** desses vazios, o que garante uma paisagem urbana coesa, permitindo o conceito único de escala bucólica; a segunda propriedade diz respeito à **intenção de diversidade** do arranjo paisagístico presente nos vazios, o que garante que eles se aproximem das demais escalas com que se relacionam, intensificando e complementando a identidade de cada uma delas.

Enquanto na Esplanada dos Ministérios (escala monumental) observa-se a escala bucólica assumindo arranjo paisagístico solene, com vazios marcados por poucas árvores, gramados extensos e raros mobiliários urbanos que propiciam a permanência prolongada, na escala gregária ela fica cerceada em pequenas praças que, além de desafiar a densidade e gabarito típicos desses setores, propiciam a pausa ao ar livre. Já na escala residencial, o paisagismo ordena os vazios planejados de modo a criar ambientação mais campestre, espontânea e intimista, com a presença difusa de árvores frutíferas intercaladas com forrações e arbustos, além da presença de equipamentos comunitários que propiciam a prática de esportes e a permanência mais prolongada.

A interferência descuidada nos arranjos paisagísticos, que se configuram em harmonia com as escalas vizinhas, poderia alterar

as relações que se desenvolvem nesses cenários e, levada ao extremo, prejudicaria a coesão da paisagem urbana de raízes modernas. Em cenário hipotético, é possível imaginar que a monumentalidade da escala monumental seria atingida caso os extensos gramados fossem substituídos por densos bosques. Os edifícios icônicos perderiam destaque e, conseqüentemente, a monumentalidade evidente se tornaria enfraquecida. Outro exercício que pode ser feito é o de se imaginar a escala residencial sem as abundantes árvores que a circundam, ou a escala gregária com áreas verdes mais amplas, afastando os altos edifícios. Em todos os casos hipotéticos descritos, a identidade das escalas seria prejudicada pela presença de vazios que, mesmo presentes, não se correlacionariam com a proposta urbana da cidade e sua identidade historicamente reconhecida.

As diferenças paisagísticas percebidas por quem experencia de perto os diferentes espaços da escala bucólica não impedem, contudo, a percepção de unicidade da paisagem urbana de Brasília marcada pelos mesmos vazios planejados. O contrário é também válido. Assim a intenção de unidade e a intenção de diversidade, são, na realidade, complementares. Elas conferem aos vazios da escala bucólica uma função que transcende o planejamento e a organização de um espaço e se desdobra em uma intenção. Ou seja, os vazios se propõem lugar de troca, espaço maleável e de improviso, mas não aleatório. Seu arranjo paisagístico é resultado do diálogo harmônico com as escalas vizinhas e as vivências e trocas culturais que nelas acontecem.

Retomando a conceituação de *vazio planejado*, estabelecida por Saboia (2016), é notável o avanço teórico que o termo oferece. Por meio da adição da palavra *planejado* ao lado de *vazio*, faz-se reconhecer que esses espaços modernos não são residuais, mas propositais. Entretanto, no caso da escala bucólica, percebe-se que sua proposta urbana propicia algo além do *planejado*. Não se trata de

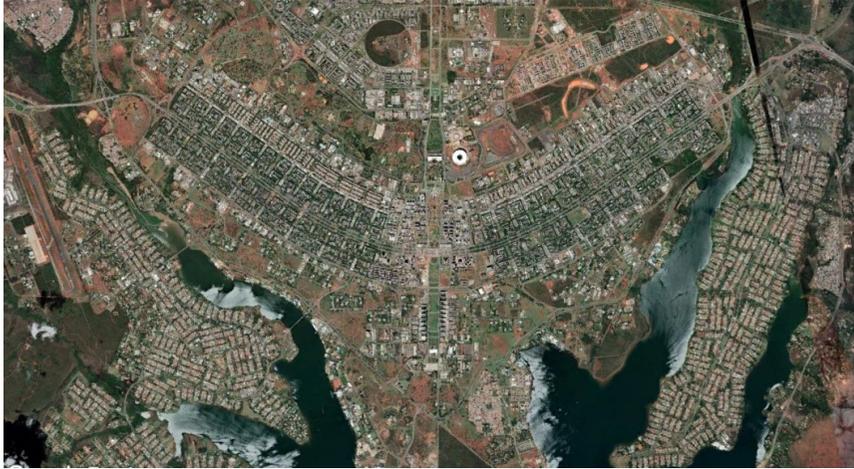


Figura 13. Vista aérea do CUB.

Fonte: Google Earth | Autoria: Maxar Technologies Inc, 2022.

vazios que existem apenas para cumprir a estrita função moderna de espriar os edifícios, mas de espaços que carregam *intenções* diferentes a depender do local em que se manifestam. Há nas trocas constantes propiciadas pela presença da escala bucólica, a reafirmação diária da identidade moderna de diferentes partes do CUB.

Em vista disso, e sem deixar de reverenciar o termo cunhado por Saboia, conclui-se que é possível, no caso da escala bucólica, associar à palavra *vazio*, a uma outra diferente de *planejado*, para que se coloque em evidência as especificidades aqui vislumbradas. Assim, partindo da observação de que tais configurações urbanas possuem a intenção de impulsionar aspectos do traçado da cidade e interações proporcionadas por eles, se propõe, de agora em diante, o uso de **vazio intencional** para se referir aos vazios da escala bucólica.

Dito em outras palavras, a sintetização dessa nova expressão busca refletir a extrapolação da escala bucólica além de um espaço planejado funcionalista e assume sua intenção, seu propósito de propiciar a manifestação de vivências cotidianas vinculadas ao espírito moderno da cidade representado por suas escalas. Sua utilização busca marcar a desmistificação da complexidade conceitual e propositiva da escala bucólica e, por essa razão, será utilizada ao longo deste estudo para auxiliar na fundamentação das análises a respeito da conservação da escala bucólica e, portanto, de sua intenção.

1.3 De Brasília Revisitada ao atributo historicamente valorado

Outro aspecto que emerge quando se aborda a delimitação teórica da escala bucólica é a sua origem provocada a partir de um

processo de reconhecimento patrimonial. Trinta anos após a realização do concurso de 1957, que resultou na escolha do plano de Lucio Costa para Brasília, a preservação da cidade passou a ser defendida por meio da publicação *Brasília Revisitada 1985/87* (COSTA, 1987), de autoria do próprio urbanista que a concebeu. Esse texto, que em última instância alicerçou tanto os tombamentos da cidade¹³ quanto o seu reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, trazia a defesa da preservação do Plano Piloto de Brasília por meio da conservação das quatro escalas que estruturam o seu projeto urbano.

Brasília Revisitada 1985/87 integrou, enquanto anexo, a edição do Decreto nº 10.829/1987 (DISTRITO FEDERAL, 1987), que formalizou o tombamento de Brasília pelo Governo do Distrito Federal e estabeleceu em seu Art. 2º que “A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica”.

A proposta de reconhecimento identitário da cidade por meio das quatro escalas, apresentada em *Brasília Revisitada 1985/87* e espelhada nos seus tombamentos, era inovadora e um tanto abstrata. Dentre os motivos que ensejam tal entendimento, inclui-se a percepção de que os conceitos das escalas não foram aprofundados e consolidados no tempo antes de serem sintetizados e utilizados nos documentos oficiais que estabeleciam a forma de proteção do sítio tombado. No caso da escala bucólica, a questão é agravada em razão

13 O texto *Brasília Revisitada 1985/87* (COSTA, 1987) foi utilizado para embasar o tombamento distrital de Brasília em 1987. Alguns anos depois, em 1990, o texto é reformulado em formato resumido como uma carta de Lucio Costa endereçada a Ítalo Campofiorito (COSTA, 2012), na ocasião do tombamento federal da cidade.

do fator salientado anteriormente: o descolamento do seu propósito finalístico que, quando comparado ao das outras três escalas, confere-lhe complexidade urbana por extrapolar demarcações físicas e funcionais.

A sensação de abstração conceitual provocou, à época e mais recentemente, esforços de diversos pesquisadores no sentido de se delimitar, de modo mais claro e palpável, as escalas propostas e suas dimensões. Como exemplo precursor, é possível citar *Brasília, uma questão de escala* (GOROVITZ, 1985) que, antecipando *Brasília Revisitada 1985/87* em dois anos, já reunia argumentos em favor do papel central que as escalas desempenham no estabelecimento identitário do traçado urbano de Brasília. Outros autores mais recentes, como Thiago Perpétuo (2015, 2016) e André Luiz de Souza Castro (2016), exploram o assunto de forma mais crítica, questionando a eficiência e conveniência do uso das escalas na delimitação dos parâmetros de proteção do perímetro tombado da cidade, denominado Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB).

No espectro das escalas de Lucio Costa, convém mencionar que o próprio autor demonstra ter enfrentado obstáculos para chegar ao entendimento das quatro escalas definitivas – destacando-se nessa aventura, novamente, a escala bucólica. Ainda em 1961, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Costa menciona que “Brasília foi concebida precisamente para o homem e isto em função de três escalas diferentes” (COSTA, 1961, p.3). Na sequência, ele especifica quais seriam as três escalas: *residencial, monumental e gregária*. Apesar de definir inicialmente três escalas, o urbanista finaliza o trecho da entrevista afirmando que às três escalas, poderia ser somada uma quarta, a *bucólica*, que seria definida pelas áreas abertas destinadas a “fins de semana lacustres ou campestres”. A construção do raciocínio de Costa assumia a escala bucólica como de menor protagonismo quando comparada às outras três.

Anos depois, ao escrever *O urbanista defende a sua cidade* ([1967], 2018), Lucio Costa volta a defender a concepção da cidade por meio de apenas três escalas¹⁴, então nominadas *escala cotidiana ou residencial, escala coletiva ou monumental e escala concentrada ou gregária*. Dessa vez não houve qualquer menção à escala bucólica, que seria incorporada definitivamente ao rol das escalas somente em 1987, com a publicação de *Brasília Revisitada 1985/87*. As mudanças e reformulações citadas indicam, portanto, que mesmo Lucio Costa teve dificuldades em definir as escalas e, conseqüentemente, o papel assumido por elas no estabelecimento da configuração urbana da nova capital. Ainda assim, é evidente a associação delas ao reconhecimento do traçado urbano do CUB e sua filiação moderna.

Mesmo que se reconheça suas limitações e imprecisões, as escalas continuam presentes no imaginário urbano de Brasília. Alguns anos após os tombamentos do CUB, as quatro escalas passaram a fundamentar a Portaria IPHAN nº 314/1992 (BRASIL, 1992), que regulamentou o tombamento federal do conjunto, e que repete o Decreto nº 10.829/1987 (DISTRITO FEDERAL, 1987). O texto do documento mencionava que:

Art. 2º A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. (BRASIL, 1992)

14 “A cidade foi, de fato, concebida em função de três escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária; o jogo dessas três escalas é que lhe dará o caráter próprio definitivo” (COSTA, [1967] 2018, p.302)

Complementando e detalhando essa normativa, foi lançada mais de 20 anos depois a Portaria IPHAN nº 166/2016. O documento, apesar de ter estabelecido tópicos mais objetivos e específicos de proteção, não deixou de se referir às quatro escalas:

Art. 5º As escalas urbanas constituem o conjunto de princípios e significados em que se traduz a concepção do Plano Piloto de Brasília.

Parágrafo único. As escalas urbanas do Plano Piloto de Brasília são: monumental, residencial, gregária e bucólica. (BRASIL, 2016)

Assim, paulatinamente, foi se reafirmando (inclusive normativamente) o reconhecimento das escalas delimitadas por Lucio Costa em *Brasília Revisitada 1985/87* como elementos indispensáveis à caracterização do bem tombado. Mesmo com a dificuldade demonstrada de se reconhecer e delimitar os contornos da escala bucólica, ela foi, bem como as outras, assumida por Lucio Costa como elemento central e, a partir daquele momento, difundida e acolhida em variadas instâncias como atributo reconhecido e valorado. Dessa forma, o reconhecimento patrimonial do CUB, e conseqüentemente da escala bucólica, se estabeleceu muito vinculado à ideia que Lucio Costa fazia da cidade. Enquanto idealizador do plano urbano, seria inevitável que ele intencionasse preservar sua imagem inicialmente idealizada naquilo que fosse efetivamente construído. Sobre a limitação de Costa, afirma-se que:

Tal pensamento, preso a um passado idealizado, centra-se na manutenção dos ideais e signos contidos na concepção da cidade. Assim, alheio à realidade urbana, busca obsessivamente preservar a representação simbólica embuti-

da em seu projeto, mostrando-se impermeável à historicidade do espaço. (REIS, 2016, p. 116)

A centralização do reconhecimento patrimonial do CUB na figura individual de Lucio Costa resultou, conforme exposto por Madson Reis (2016)¹⁵, em reconhecimento e valoração imprecisa do bem tombado – no caso da escala bucólica o problema da imprecisão se mostra agravado, uma vez que seu entendimento era nebuloso mesmo no plano de sua idealização urbana. Os atributos idealizados e propagados por Costa não necessariamente refletiram com plenitude os valores efetivamente atribuídos a eles à época. Se tratava de um reconhecimento patrimonial pautado na idealização imagética, por meio do qual características assumidas como essenciais não eram necessariamente refletidas na realidade constituída. Além disso, em casos como o da escala bucólica, o reconhecimento patrimonial foi duplamente dificultado, pois se somou à questão o problema da conceituação, mesmo na esfera da idealização de Lucio Costa, do atributo valorado.

Em que pese as limitações expostas, a Brasília idealizada no *Relatório do Plano Piloto* ([1957], 2014) não deixa de ser importante referencial para a compreensão e reconhecimento identitário da parcela da cidade hoje existente e tombada. Assumindo tal entendimento, Luciana Saboia e Ana Elisabete Medeiros (2011) defendem que as premissas e promessas contidas no discurso fundador de Costa devem ser tomadas como princípios norteadores, inerentes à

15 Carlos Madson Reis atuou no Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal DePHA, no Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF IPDF e na Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF - SEDHAB. Entre 2014 e 2019 esteve à frente da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, participando do desenvolvimento da Portaria IPHAN nº 166/2016 (e sua revisão em 2018), que buscou definir critérios mais objetivos de preservação do CUB.

configuração da cidade. Todavia, as autoras entendem que essa configuração deve permanecer suscetível a novas interpretações, pois restringi-la à concepção original limita o seu significado.

poder-se-ia considerar o Relatório do Plano Piloto de 1957 como o discurso fundador, original, da identidade de Brasília – um texto primeiro reatualizável, uma carta de intenções de sentido múltiplo que funda a possibilidade aberta de falar. As premissas, memórias e promessas contidas no memorial devem ser tomadas como princípios norteadores que permanecem na sua configuração. Uma configuração aberta e voltada para uma agenda social conforme a condição moderna que lhe é inerente. Nesse sentido, o relatório do Plano Piloto é documento fundamental, entretanto não é detentor da identidade de sua configuração. (SABOIA e MEDEIROS, 2011, p.9)

Para as autoras, em Brasília as relações existentes entre cidade projetada, vivenciada e preservada são indissociáveis. A conclusão se alinha ao entendimento de que o reconhecimento patrimonial do CUB pressupõe o acolhimento da noção – construída desde Alois Riegl ([1903], 2022) – de identidade enquanto “processo social de determinação de significados e valores” (SABOIA e MEDEIROS, 2011, p.3). Ou seja, para se identificar aquilo que de fato é valorado no conjunto tombado, é necessário um olhar que permita a permeabilidade da “historicidade do espaço” mencionada por Madson Reis (2016).

Diante das reflexões postas, é possível estabelecer que as escalas de Lucio Costa, enquanto elementos que espelham o discurso fundador da cidade, servem de importante referencial de partida

quando se pretende analisar e compreender a identidade urbana constituída CUB. Mais que isso, identificar os valores atualmente atribuídos às escalas históricas pode auxiliar na compreensão da significância cultural do conjunto tombado, fornecendo insumos para sua preservação. Afinal, além de permanecerem vivas no imaginário popular da cidade, as quatro escalas seguem sendo utilizadas – com todas as críticas que podem e devem ser feitas – em normativas patrimoniais como meio de se assegurar a salvaguarda do conjunto tombado.

No caso específico da escala bucólica, ficou demonstrado que seu caráter abstrato não minimiza sua relevância para a concepção urbana e identitária da cidade. Ao contrário, indica que deve ser especialmente explorada, de modo a revelar os valores e significados que potencialmente são atribuídos a ela. Afinal, se é ela que permeia e dá coesão ao conjunto das escalas, ela é uma parte essencial da identidade da cidade. Ela é substancialmente responsável -pelo que nos permite perceber que estamos em Brasília.

Partindo dessa premissa, um dos primeiros pontos a serem considerados na identificação dos valores atribuídos a ela é a mencionada abrangência territorial, que permite e motiva diferentes formas de manifestação dessa escala. A diversidade apontada pressupõe a possibilidade de diferentes valores atribuídos e, possivelmente, de diferentes significâncias a depender do local em que se manifesta. Logo, ainda que possuam características essenciais compartilhadas, é possível segmentar, a partir de delimitação territorial, a escala bucólica em outras subescalas, cada uma com particularidades que mobilizam traços identitários próprios.

A tipificação em subcamadas e a profundidade da análise requerida na identificação dos valores atribuídos a cada uma delas ensejam a continuidade do estudo a partir de um recorte territorial

da escala bucólica, uma vez que seria impraticável o levantamento e análise da totalidade dos dados. A escolha pela delimitação espacial permitirá que no próximo capítulo seja levantada, com mais precisão, a trajetória de consolidação de aspectos formais e simbólicos da escala bucólica e seus vazios intencionados presentes especificamente nas superquadras do CUB.

Capítulo 2

Apropriação: a manifestação na superquadra

No capítulo anterior, buscou-se analisar detidamente a escala bucólica investigando a origem de sua proposta urbana e seus vínculos com o urbanismo moderno. O percurso realizado revelou a complexidade do objeto e a necessidade de se estabelecer um recorte territorial para se avançar na pesquisa. Assim, neste capítulo busca-se trabalhar com a escala bucólica presente especificamente nas superquadras e resgatar o processo histórico de sua consolidação formal e simbólica. Para tal, é realizada preliminarmente a descrição da superquadra e de sua concepção urbana. Então, apoiado nos conceitos de tática e estratégia estabelecidos por Certeau (2014), realiza-se

reflexão acerca da ambiência cotidiana da superquadra e de sua propensão às práticas sociais rotineiras. Realizado esse processo, é tecido o fio temporal estratificado em três períodos (meados de 1960 a meados de 1980; meados de 1980 a meados de 2000; e meados de 2000 a meados de 2020) que demonstra como se deu a constituição, reconhecimento e apropriação da escala bucólica na superquadra. Por fim, com base nos dados levantados, é feita uma análise crítica do momento presente e da consolidação alcançada.

2.1 Proposta urbana e ritmo do cotidiano

O plano urbano de Lucio Costa para Brasília foi parte de um movimento nacional que escolheu “a figuração modernista como um *estilo histórico* para compor com ele resoluções formais, tipológicas e funcionais dirigidas a uma vontade diferente da do modernismo clássico” (GORELIK, 2005, p.160). Com o trecho, o arquiteto e historiador urbano Adrián Gorelik se refere ao fato de que a capital brasileira não é um mero produto de receita moderna importada, mas resultado autêntico de uma proposta que extrapolou referências externas e construiu sua identidade apoiada em competências e limitações próprias.

A perspectiva trazida por Gorelik indica que o plano urbano de Brasília consistiu, desde o princípio, em uma proposta nacional que superou as diretrizes da *Carta de Atenas* ([1941] 1993), construindo propósito, linguagem e argumentos inéditos. Dentre os atributos do CUB reconhecidos por evidenciar a singularidade da sua proposta urbana, desponta como exemplo emblemático a superquadra. Identificada como a principal forma de organização urbana dos setores habitacionais do Plano Piloto, a superquadra é exemplo de lugar marcado por espacialidade singular que muito contribuiu para o enriquecimento da proposta moderna.

Inspiradas nas unidades de vizinhança propostas por Clarence Perry, a superquadra teve seu projeto descrito por Lucio Costa da seguinte maneira:

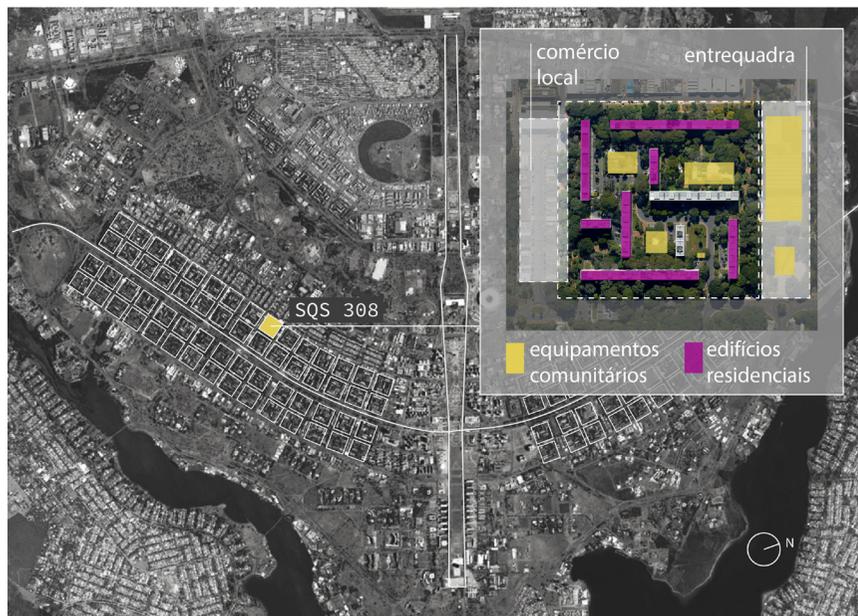


Figura 14. Mapa localizando uma das superquadras no plano urbano de Brasília.

Fonte: elaboração própria sobre base Google Earth, 2021.

...grandes quadrados com 300m de lado – que propus cercados em toda volta por uma faixa de 20m de largura plantada com renques de árvores cujas copas se tocam, que mexem com o vento e respiram, formando assim, em vez de muralhas, enquadramentos vivos, abrindo para amplos espaços internos (COSTA, 2018, p. 308).

O sistema viário em *cul-de-sac* estabelece um acesso único ao interior de cada superquadra onde ficam dispostos, sobre dominante fundo verde generosamente arborizado – os vazios intencionados da escala residencial –, blocos de uso habitacional em formato de lâminas (figura 14). Esses edifícios possuem gabaritos variando entre três e seis pavimentos repousados normalmente sobre pilotis¹⁶. Além de alguns equipamentos comunitários (principalmente escolas, igrejas e quadras esportivas) de proporção e alturas reduzidas presentes no seu interior e entrequadra vizinha, cada superquadra conta originalmente – para além de suas extremidades delimitadas pela faixa verde de 20m – com uma área comercial linear constituída por blocos de lojas geminadas de 2 pavimentos¹⁷.

Em relação à distribuição dos elementos que compõem a superquadra, é apontado que cerca de 15% da sua superfície é

¹⁶ Os edifícios localizados nas superquadras possuem predominantemente 6 pavimentos sobre pilotis, exceto nas superquadras 400, onde possuem 3 pavimentos. Além disso, edifícios residenciais localizados especificamente nas SQS 408, 411, 412 e 413 possuem tipologia arquitetônica que não conta com pilotis, são convencionalmente chamados “Edifícios JK”. O aprofundamento das diferenças tipológicas, bem como outras informações sobre a superquadra e seus edifícios residenciais podem ser encontrados em A invenção da Superquadra (FERREIRA, 2020).

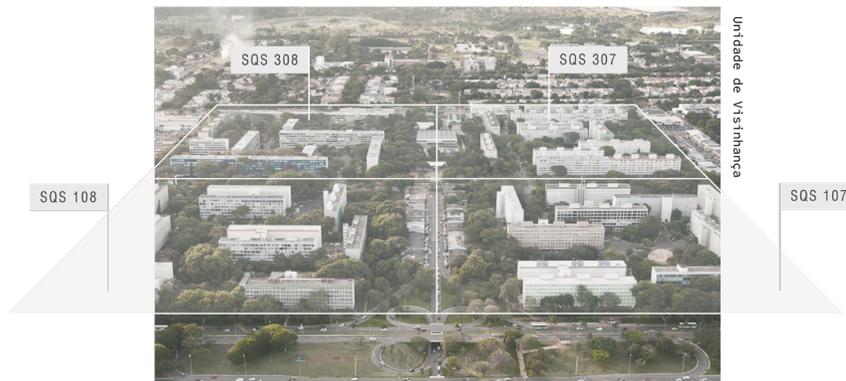
¹⁷ O modelo de comércio citado era, de forma geral, aquele proposto por Lucio Costa, e foi implantado na parte sul da cidade, aquela mais antiga. Os comércios locais localizados na parte norte da cidade foram posteriormente construídos a partir de modelo revisado e, por isso, possuem características diferentes. Para mais informações, consultar Brasília: cidade moderna, cidade eterna (Holanda, 2010).

ocupada por edificações. O restante da área da superquadra, cerca de 85%, é constituída por solo livre e público¹⁸, vazios intencionados da escala bucólica marcados principalmente pela comentada presença de áreas verdes. A unidade-base da superquadra é replicada ao longo das Asas Sul e Norte do CUB e, a cada conjunto de quatro superquadras, é formada uma unidade de vizinhança que, equipada com edifícios de usos de maior abrangência comunitária (cinema, escola-parque¹⁹ e clube de vizinhança), deveria suprir as necessidades básicas daquela comunidade (figura 15).

Destaca-se que o elemento que mantém a continuidade entre as superquadras e, ao mesmo tempo, a delimitação entre elas, é a escala bucólica. Conforme indicado previamente, ela assume ali configuração única, bem como quando se manifesta em outras parcelas do CUB. Na escala residencial e, portanto, nas superquadras, a feição mais despojada e intimista dos espaços é mantida com certo disciplinamento paisagístico dos vazios intencionados da escala bucólica. Embora o arranjo da vegetação composta pelas inúmeras árvores frondosas seja aparentemente desprezioso, possui a intenção paisagística de intensificar a feição intimista da superquadra. A disposição das árvores, frequentemente se assemelhando a um bosque, propicia áreas de sombra confortáveis e a desaceleração do ritmo citadino, o que se alinha ao propósito de regiões habitacionais.

Figura 15. Unidade de vizinhança formada pelas SQS 107, 108, 307 e 308.

Fonte: elaboração própria com base em fotografia de Joana França, 2022.



¹⁸ Segundo estudo de Alex Carvalho Brino (2003), dos 85% de área livre 30% correspondem a áreas pavimentadas e 55% a áreas verdes. Esta porcentagem de área verde pode ser subdividida em 26,5% destinados à faixa de 20m que circunda a superquadra, e 28,5% destinados à área gramada no interior da superquadra.

¹⁹ Bem como Escola Classe e o Jardim de Infância, a Escola Parque integra o sistema educacional Centro de Educação Elementar proposto por Anísio Teixeira. Tratou-se de uma proposta educacional inovadora que foi adotada em Brasília nos seus primeiros anos. A Escola Parque deveria ofertar atividades educacionais complementares (esportes, música e artes plásticas) no contraturno das atividades de educação básica realizadas na Escolas Classes.

As mesmas árvores que fornecem sombra ofertam com frequência alimentos, uma vez que não é incomum se deparar com árvores frutíferas. Nesse grande pomar que envolve os blocos residenciais, é possível encontrar crianças e adultos colhendo, entre outras frutas, mangas, abacates e amoras. Complementando o arranjo intimista dos vazios intencionados dessa escala bucólica, registra-se a incorporação mais intensa de mobiliários urbanos que propiciam a fruição prolongada dos espaços associados à dimensão cotidiana e intimista: crianças nos parquinhos, grupos praticando atividades físicas nas quadras esportivas, ciclistas no fim de tarde nas ciclovias, caminhadas nas calçadas entre a residência e o comércio próximo, conversas nos bancos das pequenas praças que emergem em meio às áreas verdes, dentre outras atividades do dia a dia.

2.1.1 Estratégia, tática e os vazios intencionados

O cenário descrito atesta que o arranjo paisagístico de caráter intimista adotado na escala bucólica da superquadra potencializa ainda mais o aspecto cotidiano e a vivência da escala residencial. As duas escalas interagem de forma harmônica propiciando a manifestação da intenção urbana do plano moderno de Lucio Costa. O resultado singular desse encontro entre escalas resulta na ambiência única da superquadra, que se distancia da monumentalidade protocolar de Brasília, e se aproxima das práticas cotidianas e comunitárias. Afasta-se a presença formal e rígida dos ícones funcionalistas da proposta moderna para se incorporar a organicidade espontânea e criativa cotidiana.

É nessa propriedade de escapar à lógica moderna se mantendo inserida nela que parece residir a singularidade reconhecida da proposta urbana da superquadra. A reflexão sobre essa impressão inicial pode ser aprofundada por meio da dialética proposta por

Michel de Certeau (2014) sobre *estratégias* e *táticas* exercidas sobre um determinado espaço. Por *estratégias* o autor entende as ações exercidas por um agente externo que, de forma isolada e racionalizada, dita um lugar o normatizando. Essas ações são totalizantes no sentido que buscam controlar o espaço enquanto o sujeito comum busca fissuras para manifestar o seu próprio fazer, ou seja, suas *táticas*.

O ideário moderno, que propunha a imposição técnica dos modelos urbanos a partir do que o grupo entendia como ideal, é exemplo máximo do que Certeau entendeu como racionalização da cidade, operação que privilegia os aspectos formais idealizados e acaba por desconsiderar os incontáveis movimentos espontâneos que a transformam, portanto, uma *estratégia*. Crentes na técnica e na racionalização, muitas das propostas modernas (e contemporâneas) buscaram controlar, normatizar, prever e formalizar de modo estrito os espaços. Ao fazê-lo, desconsideraram e rechaçam o fazer *tático*. Ou seja, ao imporem esquema teórico demasiadamente controlador, reduzem os espaços das manifestações espontâneas realizadas no cotidiano por aqueles que vivenciam os espaços reais atribuindo sentido a ele.

Segundo Certeau, ao contrário das *estratégias*, as *táticas* dizem respeito às maneiras astuciosas que o homem ordinário²⁰ encontra para utilizar os sistemas impostos. Ela se manifesta nas brechas em que vigora a *ausência de poder*, quando a norma não se impõe pe-

²⁰ Para Certeau (2014, p. 55) o homem ordinário é o “Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável” ou ainda “É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas. Os projetores abandonam os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro de figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público.

rante as trocas espontâneas. As *táticas* se referem às práticas significantes do espaço que vão além das previsões do modelo estático, onde ações transgressoras de apropriação acontecem despertando o sentimento de pertencimento. Na cidade, a *tática* se manifesta quando o homem ordinário subverte o sistema urbano e seu arcabouço normativo tomando o espaço momentaneamente para si de modo a exercer sua apropriação.

No caso da superquadra de Lucio Costa, é possível dizer que sua origem se vincula à ação *estratégica*, uma vez que constitui um espaço formal programado, parte do projeto moderno maior do Plano Piloto de Brasília. Nessa perspectiva, a escala bucólica que permeia a superquadra também é uma *estratégia*, um espaço projetado a partir de um agente de poder externo. Entretanto, esses vazios intencionados, por sua configuração espacial e relação com a escala residencial, propiciam o acontecimento das brechas para a manifestação da *tática* em detrimento da instauração de um espaço estritamente controlado. Os vazios intencionados afastam provisoriamente o funcionalismo estrito associado ao ideário moderno e abraçam as relações imateriais e espontâneas do cotidiano. No esquema rígido do plano da superquadra, eles aparecem como a fissura, o lugar de manifestação do homem comum e suas múltiplas apropriações que intensificam o caráter cotidiano da escala residencial.

A configuração intimista da superquadra resultou na manifestação de “tentativa de ‘recuperação da vida urbana’ em contraposição ao funcionalismo estrito dos primeiros modelos CIAM” (GORELIK, 2005, p. 171). É como se a natureza ordinária da superquadra, intensificada pela presença da escala bucólica, permitisse o acontecimento natural da vida e das relações culturais en-

tão cerceadas pela artificialidade mecânica e impositiva da forma funcionalista. Ao descrever e comentar a superquadra, Lucio Costa celebra a sua ambientação vinculada à rememoração do tecido urbano pré-industrial e ao fazer *tático* espelhado nos acontecimentos espontâneos do dia a dia comunitário:

todos os prédios soltos do chão sobre pilotis, no gabarito médio das cidades europeias tradicionais – antes do elevador –, harmoniosas, humanas, tudo relacionado com a vida cotidiana; as crianças brincando à vontade ao alcance das mães, com a escola primária na própria quadra (COSTA, 2018, p. 308).

A *estratégia*, refletida na caracterização formal da superquadra, lembrada pelo retângulo territorial ocupado por edifícios dispersos permeados por árvores, se desdobra, portanto, no acontecimento das *táticas*, no saber-fazer do homem ordinário, sendo essa a força motriz da interpretação simbólica da superquadra trazida por Costa (2018) e Gorelik (2005). Portanto, enquanto a **caracterização formal** se refere aos aspectos e arranjos físicos da configuração urbana programada, a **caracterização simbólica** relativa à trajetória percorrida pelos atores anônimos, ao sentimento de pertencimento que desperta, às comoções que mobiliza, às trocas culturais imateriais que se dão em um lugar.

Na superquadra, as caracterizações formal e simbólica se vinculam às **intenções de unidade e diversidade** dos vazios intencionados discutidas anteriormente. Por meio da escala bucólica, a proposta do caráter cotidiano da superquadra é reconhecida e reafirmada pelo homem ordinário. Sobre isso, convém reafirmar que apesar das *estratégias* serem relacionadas à configuração formal da superquadra e as *táticas* às percepções simbólicas, elas não são dissociáveis, pelo contrário, trata-se de um arranjo coeso em que uma



Figura 16. Escala bucólica presente na SQN 410 ocupada para a realização de um aniversário infantil.

Fonte: autoria própria, 2021.

instância influi na outra. As brechas que aparecem para a realização das práticas cotidianas transgressoras do homem ordinário não existiriam se não fosse a regularização urbana imposta, e vice-versa.

A intenção de diversidade existente nos vazios intencionados se aproxima dos objetivos dos urbanistas culturalistas que, segundo Choay ([1965], 2018), consideravam mais o aspecto cultural de cidade, sua vivência, que seu aspecto formal, sua ordenação material no momento de pensar o espaço. Ainda que as reflexões dos culturalistas tenham se desdobrado também em ações *estratégicas* com o desenvolvimento de planos urbanos idealizados, tendiam a considerar a abertura para a manifestação da *tática*, assim como fez Costa ao inserir a escala bucólica na superquadra. Sem desprezar a filiação corbusiana, a superquadra, marcada pela escala bucólica, ao invés de romper com o passado, de certo modo o reverencia.

Apesar de ser hoje mais frequente, o entendimento relatado sobre a superquadra e sua vocação ao desenvolvimento das relações culturais cotidianas não foi sempre evidente. Quanto mais se volta o olhar para o passado, mais se perde de vista o reconhecimento da sua feição singular fruto da disposição *formal* da escala bucólica e da trajetória *tática* que propicia. A percepção *simbólica* que se tem hoje da superquadra é atrelada ao longo processo da consolidação da caracterização formal de seus vazios intencionados que, como se propõe discutir a seguir, muito tem a ver com o amadurecimento do arranjo paisagístico presente nesses espaços.

2.2 Caracterização formal e interpretação simbólica no tempo

O historiador Kenneth Frampton ([1980] 2008) afirmou que Brasília colocou em crise o progressivo desenvolvimento da arqui-

tetura brasileira, o que teria impulsionado uma reação global contra os preceitos do movimento moderno. Naquele início da década de 1980, Frampton não demonstrou afeição pela cidade, entretanto, anos mais tarde, o historiador exprime outra opinião. Segundo reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense* em 2010, Frampton teve uma boa impressão da cidade e destacou, como ponto positivo, o paisagismo das áreas verdes das superquadras que, segundo ele, era mais impressionante que os próprios prédios²¹. Para o historiador, se antes Brasília simbolizava a decadência do movimento moderno e da linhagem corbusiana, décadas depois assumia a “genialidade da síntese tipológica” da superquadra²².

A mudança de perspectiva de Frampton após três décadas de maturação da cidade sinaliza a correlação das alterações urbanas ali ocorridas durante o período e reconhecidas por ele na superquadra. A passagem dos anos inevitavelmente imprimiu suas marcas propiciando à cidade uma identidade cultural própria. Ao se distanciar da idealização do plano, o CUB superou o modelo e

21 A reportagem do *Correio Brasiliense* foi publicada em 07 de janeiro de 2010 com a seguinte manchete: Renomado arquiteto inglês tem boa impressão sobre Brasília. A visita de Frampton a Brasília se deu naquele período em razão do texto que escreveria para o livro intitulado *Brasília*, lançado naquele mesmo ano. A publicação reunia diversas fotografias de Brasília feitas por Marcel Gautherot entre 1958 e meados da década de 1960. Parte do texto de Frampton feito para o livro foi disponibilizado no blog do Instituto Moreira Salles (<https://blogdoims.com.br/o-destino-de-brasilia-por-kenneth-frampton/>). O fragmento textual confirma o tom elogioso de Frampton voltado para a superquadra.

22 “A genialidade dessa síntese tipológica deriva, com certeza, tanto da sua densidade relativamente baixa como da mistura de carros e pedestres entrando e saindo livremente dos limites de cada superquadra. Inspirado pelo slogan futurístico de Le Corbusier, para quem ‘uma cidade feita para a velocidade é uma cidade feita para o sucesso’, Costa concebeu essas superquadras como enclaves verdes alimentados pelo movimento controlado de automóveis, circulando quase sempre em declive. O perímetro normativo de cada superquadra é definido não por edifícios, mas por um cinturão de árvores” (FRAMPTON, 2012).

favoreceu a sua valoração pelo que de fato se constituiu. Logo, se no passado as análises sobre Brasília se voltavam principalmente para o seu projeto moderno, o que convém avaliar hoje é o que de fato se tornou.

Considerando, portanto, a relevância do atravessamento temporal, é proposta a análise do processo de consolidação formal e percepção simbólica da escala bucólica que permitiu sua apropriação. Para tal fim, são feitos dois procedimentos simultâneos e complementares: o primeiro consiste na análise do discurso presente em algumas das críticas históricas sobre Brasília, a superquadra e a escala bucólica com a qual se relaciona; o segundo procedimento trata da construção de breve, mas representativo mosaico fotográfico que registra a consolidação formal do objeto de estudo no tempo. Os dados serão analisados buscando estabelecer como a configuração espacial da escala bucólica em cada período se relaciona às críticas perceptivas realizadas em momentos contemporâneos a elas.

2.2.1 Meados de 1960 a meados de 1980: artificialidade e ausência

O olhar recai inicialmente sobre o Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte - CIECA de 1959²³ que, a convite do governo brasileiro, reuniu uma série de personalidades nacionais e internacionais para discutir Brasília e o tema da “Cidade nova, síntese das artes” (LOPES, 2009). O evento anunciava a proximidade da inauguração da nova capital ocorrida meses depois, em 21 de abril de 1960. Dentre os críticos presentes no congresso,

23 O Congresso ocorreu entre 17 e 25 de setembro de 1959 em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.



Figura 17. Escala residencial de Brasília com edifícios residenciais da superquadra em destaque em 1961.

Fonte: Revista LIFE | Autoria: Dmitri Kessel.

Bruno Zevi²⁴ se sobressaiu por sua posição declaradamente contrária a Brasília. Assim como Frampton, ele considerou a cidade um símbolo da crise que vivia o movimento moderno e a concepção espacial funcionalista (DAUFENBACH, 2019).

Durante o CIECA, Zevi externou sua impressão de que a capital brasileira refletia os problemas urbanos da civilização ocidental em que “a dinâmica do mecanismo urbano já não tem mais o mesmo ritmo, não sincroniza mais com a dinâmica do habitante humano”²⁵. O crítico se incomodava com a artificialidade originária de Brasília e temia que a funcionalidade e a racionalidade da cidade coibissem a manifestação espontânea e natural do espírito dos indivíduos comuns. No ano seguinte ao congresso, ao escrever *Seis perguntas sobre a nova capital sul-americana* ([1960] 2012), Zevi enfatiza a sensação de impessoalidade e artificialidade causada nos setores residenciais de Brasília pela “maré dos superblocks”.

Colocando a crítica de Zevi ao lado de fotografias daquele período (figuras 17 e 18), observa-se as relações existentes entre suas impressões, o estado formal até então alcançado por Brasília e a consolidação da escala bucólica. O território, antes tomado pelo Cerrado natural, era desmatado e preparado para receber os elementos do conjunto urbano moderno: vias largas, prédios residenciais em lâmina, monumentos escultóricos, vazios intencionados.

²⁴ Bruno Zevi iniciou seus estudos em arquitetura e urbanismo em Roma, mas, com as leis antisemitas impostas pelo regime nazista, emigrou para os Estados Unidos, onde se formou em Harvard, à época dirigida por Walter Gropius. Ele foi entusiasta da arquitetura moderna de vertente orgânica, representada principalmente por Frank Lloyd Wright, e reconhecido crítico da arquitetura moderna funcionalista, associada à figura de Le Corbusier.

²⁵ Trecho da fala de Bruno Zevi retirado dos Anais do CIECA transcrito e disponibilizado como anexo na dissertação de Maria Zmitrowicz Lopes e Lisbeth Rebollo Gonçalves (2009, p. 174).

Figura 18. Superquadra SQS 108 na década de 1960 ainda sem a presença de arborização.

Fonte: IMS | Autoria: Marcel Gautherot.



No processo de emersão da cidade, o solo vermelho típico da região era exposto e colocado em contraste com os edifícios até então construídos. Tratava-se de uma paisagem predominantemente árida, um enorme canteiro de obras, onde os volumes construídos recém-postos e espaço devastado transmitiam toda a artificialidade e frieza de uma maquete minimalista.

O olhar para as fotografias da superquadra corrobora a impressão de Zevi sobre a visualização de uma maré de edificações. Ou seja, uma paisagem marcada por volumes artificiais sobre terra arrasada. Recém-alçados, os blocos residenciais de fato se destacavam sobre os vazios intencionados que não manifestavam ainda o arranjo paisagístico definitivo e tampouco incitavam apropriações e trocas cotidianas significativas. A intenção desses vazios não estava posta, o que interferia na assimilação do caráter intimista proposto para a superquadra. Assim, a ausência da vegetação estimulava o oposto do intencionado: a paisagem desértica e a percepção de artificialidade mecânica e frieza do plano de Costa.

A historiadora Françoise Choay, que esteve no CIECA como editora da revista francesa *L'Oeil*, manifestou, por meio de textos jornalísticos publicados à época²⁶, suas impressões sobre o lugar que se tornaria a nova capital. Ela ressaltou a sensação de ter experienciado, em sua visita a Brasília, mais um canteiro de obras que propriamente uma cidade viva. Impactada com o processo acelerado de construção, ela relatou admirada as atividades incessantes do canteiro e enalteceu a experiência humana realizada. Por outro lado, em entendimento similar ao de Zevi, considerou o programa urbano ultrapassado, mesmo ciente de que a execução da proposta se encontrava inacabada.

²⁶ Os textos são Brasília - uma capital pré-fabricada (CHOAY, [1959] 2012) e Une capitale sort de terre: Brasília (CHOAY, 1959).

Ao construir argumentos a respeito da superquadra, a historiadora desacreditou seu potencial agregador e entendeu que a pressa da construção impediu soluções habitacionais mais adequadas. Para Choay, a proposta de Costa para a escala residencial não trouxe inovações urbanas, permaneceu como produto da proposta moderna corbusiana, gerando uma série de “imóveis sem alma”²⁷. Apesar de ter reconhecido o estado provisório do arranjo paisagístico da escala bucólica na cidade²⁸, Choay não relacionou o fato à sua impressão negativa da superquadra. Ou seja, a autora não expressou naquele momento, diante do cenário posto, que a consolidação futura dos vazios intencionados tivesse o potencial de alterar sua percepção da superquadra.

Conforme relatado, Zevi nem mesmo citou a falta das árvores durante suas falas no CIECA. Mesmo William Holford, que presidiu

27 A autora relata que “as superquadras de Brasília trazem o problema da habitação na cidade moderna. Nós escutamos muito, em Brasília, que o plano-piloto era ‘aberto’; que a malha das quadras deixaria plena liberdade de inspiração aos arquitetos que, a partir do mês de abril, sucederão a Niemeyer e edificarão as residências por conta das empresas privadas. O fato é que a solução da quadra evita qualquer radicalismo, recusa o adensamento por verticalização, estende por quilômetros um habitat artificialmente agrupado em torno de centros de primeira necessidade, expõe o indivíduo humano a toda e qualquer situação de desintegração psicossociológica, que mundialmente caracteriza os novos conjuntos habitacionais. As superquadras serão um punhado de blocos de dormitórios, afastadas do verdadeiro centro da cidade. Mais uma vez, o que se propõe como princípios diretores da urbanização não é mais que a classificação da circulação e a setorização do habitat dentro de parques. Faz 40 anos que Le Corbusier batalha por esses dois imperativos, que não são soluções legitimamente definitivas, mas a maneira negativa de evitar uma estruturação antiga tornada anacrônica pelo desenvolvimento da civilização maquinista. Não foi proposto até aqui nenhum esquema novo de organização” (CHOAY, 1959, p.15) (tradução própria)

28 A autora relata que “os planos de urbanização situam a futura cidade em um parque, mas, por enquanto, apenas um capim franzino cresce sobre a laterita que se estende por um raio de 50km, espalhando o rumor de que será necessário trazer terra cultivável em caminhões” (CHOAY, 1959, p. 15) (tradução própria)

a comissão do concurso para Brasília, ao mencionar a ausência das árvores durante sessão do CIECA, o fez de forma passageira informando se tratar de um ponto menor para a discussão então estabelecida no congresso²⁹. Ou seja, o reconhecimento da relevância da consolidação da escala bucólica para a ambientação e humanização da área residencial não estava dada nos primórdios da cidade. Ao menos não era um assunto claramente posto pela crítica em geral. Em contrapartida, a pesquisa recente de Mariana Salgado Pinto (2018) revela que, para gestores de Brasília, o plantio de árvores era uma missão dada e premente naqueles primeiros anos, uma vez que a lama e a poeira, além de não gerarem confortos, constantemente causavam incômodos.

O solo da nova capital, prejudicado primeiro pela retirada massiva de sua cobertura vegetal natural, foi novamente impactado pelo acúmulo de entulho das inúmeras obras que se desenvolviam. Enfraquecida, a terra resistiu às primeiras tentativas de plantio realizadas pela Novacap³⁰ ainda em 1960. A missão foi então apelidada de “tarefa de Sísifo” em razão da frustração evidente que foi pos-

29 Holford faz a seguinte colocação: “Quero acrescentar apenas um ponto muito pequeno que ainda não foi trazido à baila. Eu gostaria que olhassem num relance para o plano, para ver estas extraordinárias superquadras concebidas por Costa para as unidades residenciais. Creio que está aqui a resposta a esta questão da ligação entre os elementos monumentais do plano e as células orgânicas que provavelmente crescerão. É verdade que hoje não se podem ver as árvores que algum dia hão de murar as quadras de residências. Mas é uma invenção notável, essa de criar as molduras para todos esses quadros, de modo a demarcar o tamanho da cidade, deixando para pintar mais tarde os quadros nas molduras. É uma coisa que não se tinha feito ainda”. O trecho foi retirado dos Anais do CIECA transcrito e disponibilizado como anexo na tese de Maria Zmitrowicz Lopes e Lisbeth Rebollo Gonçalves (2009, p. 191)

30 Essa empresa pública foi criada em 1956 com a finalidade de gerenciar e coordenar a construção de Brasília. Atualmente, a Novacap é vinculada à Secretaria de Estado e Obras do GDF e é responsável por executar obras e atividades de manutenção do espaço urbano da cidade, a exemplo das áreas verdes e jardins públicos.

Figura 19. Superquadra SQS 114 com as mudas de árvores começando a crescer.

Fonte: IMS | Autoria: Marcel Gautherot, 1968.



teriormente solucionada com a chegada da chuva (PINTO, 2018). Nos anos subsequentes, a cidade continuou a ser arborizada essencialmente com espécies exóticas:

Este primeiro momento do processo de arborização de Brasília, onde as espécies exóticas foram priorizadas em detrimento de plantas do próprio Cerrado, foi uma fase experimental, resultante da combinação de uma significativa defasagem de mudas do Cerrado à disposição dos técnicos e também das intenções de amenizar a rudeza árida do bioma. (PINTO, 2018, p.76)

O estudo de Roberta Maria Costa e Lima (2009), que buscou inventariar o plantio de árvores nas superquadras, revelou que, naquelas arborizadas na década de 1960, a *Magnifera indica* (Mangueira) foi a espécie mais verificada, seguida da *Caesalpinia peltophoroides* (Sibipiruna), ambas exóticas, de rápido crescimento e plantio facilitado. O levantamento mostrou também que naquela década foi plantada uma variedade notável de espécies. Na década seguinte, a variedade foi reduzida ligeiramente e as espécies mais plantadas passaram a ser a *Peltophorum dubium* (Cambuí), seguida da *Pterogyne nitens* (Amendoim-bravo), também exóticas.

O histórico levantado por Pinto (2018) mostra que, em meados de 1970, já parcialmente gramada e contando com jovens árvores dispersas, a cidade passou por um episódio marcante que se desdobrou em alterações significativas nos programas de implementação da arborização. Um problema com fungos estava acometendo de forma irreversível e em larga escala de árvores da espécie exótica *Cassia Siamea* (Cássia), a solução foi então a retirada de todos os indivíduos atingidos. O episódio incitou a discussão acerca da conveniência do uso programado de mudas de espécies não na-



Figura 20. Perspectiva interna de um apartamento na SQS 113 no início da década de 1970. Ao fundo, a paisagem árida com poucas árvores.

Fonte: históriasdebrasil.com | Autoria: Desconhecida.

turais do Cerrado e posteriormente levou à revisão das diretrizes de arborização da cidade.

Avaliando as fotografias da escala bucólica, as críticas do período e os dados acerca das espécies arbóreas, observa-se que esses primeiros anos de Brasília foram marcados por algum descompasso inevitável, uma vez que estava em plena execução, entre a idealização projetual e a cidade construída. Após a retirada da vegetação natural que compunha o território, não haveria como vislumbrar facilmente a cidade-parque prevista em projeto. O afloramento da vegetação, mesmo que programado, demandaria o tempo natural das coisas, ao contrário dos edifícios, que eram alçados da noite para o dia em um esforço ininterrupto dos operários. Não havia uma consolidação formal da escala bucólica, o que resultava no prevaletimento da percepção do espaço como artificial, desprovido de vivência e de espírito.

2.2.2 Meados de 1980 a meados de 2000: estranhamento e apatia

Aproximadamente trinta anos após a realização do CIECA e a inauguração de Brasília, foi iniciado, conforme abordado no Capítulo I, o processo de patrimonialização da cidade. No mesmo período, o antropólogo James Holston lançava a publicação intitulada *Cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia* ([1989] 1993). O livro foi fruto do trabalho desenvolvido nos anos precedentes, durante o seu doutorado. No processo de pesquisa, Holston passou dois anos no Brasil, entre 1980 e 1982, quando realizou o estudo de campo que permitiu sua leitura da cidade. A crítica de Holston a Brasília se tornou uma referência clássica, não apenas sobre a leitura da capital, mas sobre a leitura da proposta urbana moderna como um todo (DERNTL, 2021).

Em sua análise baseada na visita do início da década de 1980, o antropólogo enfatizou, assim como Zevi ([1960] 2012), o alinhamento estrito do urbanismo de Brasília com os princípios do CIAM e de Le Corbusier. À origem urbana, atribui a sensação de isolamento e apatia percebida por ele ao percorrer a cidade e conversar com as pessoas que nela viviam. Explicando a razão de sua interpretação simbólica, Holston dedica todo um capítulo do seu livro a tratar da “morte da rua”³¹ na cidade moderna. Segundo ele, ao abandonar a tradicional rua-corredor e assumir o prevalecimento dos vazios sobre os cheios na malha urbana, Brasília relegou os encontros sociais aos ambientes internos provocando a sensação contínua de isolamento³². Ou seja, trinta anos após a inauguração da cidade, seu potencial agregador continuava, de certo modo, questionado.

Outro ponto que permeia diversas partes da crítica de Holston, e que é posto em destaque quando se refere à superquadra, é o estranhamento generalizado dos habitantes perante um espaço urbano inteiramente diverso daquilo que haviam experienciado até ali. Ao romper com o passado, a proposta moderna teria abandonado não apenas a forma urbana existente até ali, mas também as memórias e referências culturais de quem vivencia a cidade. A superquadra não representava um bairro ou um quarteirão, mas uma outra organização residencial que não se conhecia e, por não se conhecer, não se reconhecia³³. Mesmo após décadas da inauguração

31 HOLSTON, [1987]1993, p. 109.

32 O autor relata que: “Para alguém acostumado ao espaço livre público, à sociedade da esquina, sua eliminação levou não apenas à interiorização dos encontros sociais, mas também a uma profunda sensação de isolamento. Na Brasília planejada, não há multidões urbanas, sociedades formadas na esquina, sociabilidade nas calçadas, em grande medida porque não há praças, nem ruas, nem esquinas” (HOLSTON, [1983] 1993, p.114).

33 Nas palavras do crítico: “A sensação de isolamento na superquadra se deve, em larga medida, a um tipo de desfamiliarização do espaço público e privado no âmbito da

de Brasília e fruição de sua estrutura urbana, Holston notou que a superquadra e a comunidade eram apartadas por uma barreira linguística que impedia o devido diálogo entre elas.

As fotografias do período demonstram que a cidade já não era um canteiro de obras como em 1960. Apesar de ainda recente e com muitas edificações a construir, nos anos de 1980 e 1990 Brasília já tinha superquadras inteiras edificadas e habitadas, muitos dos indivíduos já não eram recém-chegados e estavam familiarizados com os espaços modernos. Comércio locais estavam firmados e serviam cotidianamente aos habitantes das superquadras. O solo livre dos vazios intencionados, antes exposto pelo desmatamento do Cerrado natural, era coberto por extensos gramados sobre os quais alguns agrupamentos arbóreos consistentes já despontavam propiciando algum sombreamento. O arranjo paisagístico tomava forma nas superquadras mais antigas e anunciavam a consolidação da cidade-parque.

Na década de 1980, motivado pela intenção de tornar Brasília um grande pomar público, o GDF passou a priorizar o plantio de árvores frutíferas ao lado das árvores nativas do Cerrado (PINTO, 2018). O resultado, conforme demonstra o levantamento de Roberta Maria Costa e Lima (2009) foi que, comparada às superquadras arborizadas nas décadas de 1960 e 1970, aquelas de 1980 mostraram maior variedade de espécies. Em primeiro lugar ficou a *Magnifera indica* (Mangueira) e, na sequência, a *Sapindus Saponaria* (Sapoeira). Apesar dos esforços, as espécies mais plantadas permaneceram aquelas da classe das árvores exóticas.

residência similar ao que, no âmbito extradoméstico da cidade, é criado com a eliminação da rua” (HOLSTON, [1989] 1993, p.183).



Figura 21. A Igreja Nossa Senhora de Fátima (primeiro plano) e a SQS 308 (segundo plano) em 1977.

Fonte: historiasdebrasil.com | Autoria: Desconhecida.



Figura 22. A SQS 305 com algumas árvores já adultas, mas ainda sem a constituição da malha verde contínua.

Fonte: sitehistoriasdebrasil.com | Autoria: Rene Burri, 1977.

A cidade estava em movimento e isso era reconhecido em alguma medida, apesar de, na percepção de Holston ([1989] 1993), permanecer apática e estranha aos que nela viviam. Quando se referiu às generosas áreas verdes das superquadras em sua crítica, destacou a estranheza que esses espaços sem destinação específica, desvinculados da rua, causavam na população habituada ao tecido urbano até então existente. Holston chegou a mencionar que as áreas verdes da superquadra não eram utilizadas e afirmou que o hábito estava relacionado ao não reconhecimento dos espaços livres e abertos na dinâmica da cidade moderna³⁴.

Sobre as impressões de renúncia dos vazios intencionados da época, convém pontuar que o comportamento verificado poderia também estar relacionado a outros aspectos socioespaciais não identificados ou considerados por Holston. A escala bucólica estava, por exemplo, seguindo o seu ritmo natural de amadurecimento. Portanto, apesar dos avanços na consolidação dos arranjos do paisagismo dos vazios intencionados – principalmente nas superquadras mais antigas –, o lento crescimento da vegetação ainda estava majoritariamente em curso, assim como a adaptação do homem ordinário à cidade moderna.

Apesar das fotografias da época atestarem a existência de árvores de grande porte sobre os gramados verdes, havia ainda grandes trechos de solo apenas gramado, as massas arbóreas eram segmentadas e muitas vezes compostas por espécimes jovens, com porte intermediário. Não era ainda a cidade parque de vazios intencionados consolidados

34 Holston ([1989] 1993) relata que: “os espaços abertos e acessíveis de Brasília – como as áreas verdes das superquadras – não são usados porque os brasilienses do Plano Piloto não mais se veem como participantes de um âmbito público da vida social ao ar livre: para eles, esse âmbito foi eliminado juntamente com o sistema de espaços públicos da rua que o materializa em outras cidades brasileiras” (p.311).

que havia programado Lucio Costa. Qualquer coisa do aspecto desértico de 1960 ainda permanecia, mesmo que oásis fossem cada vez mais frequentes e reconhecíveis. Assim, o estágio intermediário de consolidação das árvores pode ter contribuído para o impedimento, naquele tempo, de apropriações mais intensas das áreas verdes.

Todavia, Holston abre exceção e reconhece certa vivacidade na cidade relacionada à apropriação comunitária das áreas verdes presentes na superquadra. Ao relatar a tomada desses espaços pelos adolescentes e crianças, ele admite que as áreas verdes foram percebidas como acessíveis e agradáveis, propiciando “senso de camaradagem” entre eles³⁵. No período, os gramados e estacionamentos das superquadras e entrequadras se tornaram palco mais frequente de manifestações culturais como as apresentações das bandas de rock formadas por integrantes da própria comunidade local³⁶. Enquanto espaços livres e democráticos, os vazios intencionados propiciavam a ocupação pelos grupos de jovens. O movimento musical se tornou tão importante para a cidade que Brasília passou a ser conhecida como capital do rock e, em 2016, a Lei Distrital nº 5.615 passou a declarar o rock brasiliense como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal.

É de se considerar que a apropriação dos vazios intencionados nas superquadras tenha sido primeiro exercida de bom grado

35 Holston ([1989] 1993) relata que: “...adolescentes e crianças em geral consideram os espaços de recreio das superquadras muito acessíveis e agradáveis. A segurança e a facilidade de acesso desses espaços dão às crianças um senso de camaradagem e independência durante a infância que os próprios pais tendem a julgar como o lado mais positivo e desejável na vida das superquadras” (p. 181).

36 Informações detalhadas a respeito desse cenário musical na década de 1980 podem ser encontradas na publicação O diário da Turma, 1976-1986: a história do rock de Brasília (MARCHETTI, 2001).



Figura 23. Apresentação da banda Aborto Elétrico na área verde da SQS 208.

Fonte: site histórias de Brasília | Autoria: Luís Acioli, 1981.

por crianças e adolescentes, em razão da ausência de uma memória preenchida por referências culturais e afetivas vinculadas a espaços cotidianos muito diferentes daquelas áreas livres modernas. Menos estranhos ao novo, a parcela mais jovem da população de Brasília se tornou mais suscetível à espacialidade moderna criando com maior celeridade vínculos de identificação e reconhecimento com a superquadra. Ao se apropriarem cotidianamente dos vazios, foram os primeiros a perceber a sua intenção de afirmação identitária da escala residencial. As áreas verdes se tornavam uma extensão da casa, um jardim que, apesar de público, abrigava as atividades íntimas e cotidianas do habitar infantil e juvenil.

Partindo de um outro lugar, o trabalho desenvolvido pelo GT Brasília³⁷ a partir de 1981, abordou a cidade de forma pioneira, buscando medidas que garantissem a sua preservação. Perpassando diversos aspectos de Brasília e seu urbanismo, o grupo reconheceu e defendeu a importância do verde na composição urbana da cidade – tanto o das áreas preservadas de vegetação natural, quanto o das áreas que tiveram o paisagismo trabalhado. Da publicação *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal* (REIS, RIBEIRO e PERPÉTUO, 2016)³⁸ é possível extrair a correlação feita pelo grupo entre as áreas verdes e a identidade urbana da cidade. Levando em consideração que essas áreas verdes

³⁷ O grupo foi formado por iniciativa do então Secretário de Cultura, Aloísio Magalhães e contou com a participação de órgãos do Governo do Distrito Federal e integrantes da Universidade de Brasília, além da esfera federal representada pela Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pela Fundação Nacional Pró-Memória, que hoje correspondem ao IPHAN. Nos anos seguintes o trabalho do GT Brasília iria subsidiar a avaliação de Brasília enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO.

³⁸ A publicação compilou os textos de maio de 1985 que sintetizaram os estudos desenvolvidos pelo grupo até então. Além desse material, o livro traz entrevista mais recente, realizada em abril de 2016, com integrantes do GT Brasília.

correspondem à escala bucólica aqui delimitada, constata-se que, desde a década de 1980, há por parte da administração pública alguma ciência sobre a importância simbólica dos vazios intencionados.

Os esforços de reconhecimento das áreas verdes verificados nos estudos do GT Brasília, levaram ao menos a três constatações relevantes³⁹ quando se aborda a superquadra e sua escala bucólica. A primeira é que a consulta à população de Brasília indicou que já naquele período se manifestava o apreço pela presença do verde na caracterização da cidade. A segunda constatação é que, nas superquadras, o usufruto dos espaços compartilhados variava conforme a renda de seus habitantes. Assim, enquanto em quadras mais econômicas havia uma maior disposição ao uso dos espaços e equipamentos comunitários, em quadras mais elitizadas havia uma subutilização. A terceira constatação relevante é que, ao perguntarem à população sobre as modificações que vinham ocorrendo na cidade, registraram impressão negativa sobre intervenções que implicassem a perda das áreas públicas, a exemplo da privatização dos pilotis e a construção de estacionamentos nas áreas verdes.

Sobre as alterações reconhecidas e indesejadas, importa destacar que nas superquadras arborizadas na década de 1990, houve redução significativa da variedade de espécies plantadas. Segundo a pesquisadora responsável por tal averiguação, Roberta Maria Costa e Lima (2009), tal mudança se deu em razão de dois fatores: o primeiro se refere à metodologia de sua pesquisa, que desconsiderava árvores muito jovens o que abarcava grande parte

dos indivíduos presentes naquelas superquadras; o segundo fator se refere a mudanças nas diretrizes paisagísticas, que passaram a utilizar mais palmeiras e arbustos e menos árvores. Naquela década, a espécie arbórea mais plantada foi a *Ficus benjamina* (Ficus) – muito utilizada como cerca viva – seguida da *Sapindus saponária* (Sapoeira).

A alteração marcante registrada nas superquadras arborizadas nesse último período tem, provavelmente, a ver com as mudanças formais verificadas nesses espaços mais recentes. Com o passar das décadas e distanciamento dos preceitos urbanos modernos, os edifícios residenciais passaram a “engordar” paulatinamente (FICHER, 2009). As adições de avarandados e garagens avançando sobre a área pública passaram a restringir o plantio de árvores. Além disso – e por consequência disso – essas novas superquadras passaram a contar com jardins ornamentais, que se distanciavam dos bosques característicos dos vazios intencionados arborizados nas décadas anteriores. O conjunto de alterações nessas últimas superquadras exigia da paisagem menos árvores e mais gramados e arbustos.

As constatações revelam que mesmo que houvesse ainda algum sentimento de estranhamento pela cidade em consolidação e suas superquadras, havia já também indícios de reconhecimento, inclusive com a rejeição a alterações na configuração dos vazios intencionados. Os documentos sugerem também que a escala bucólica era experienciada de formas diferentes a depender da renda de seus habitantes vizinhos. Enquanto a elite valorizava esses espaços por sua caracterização formal, pela estética e ambientação das áreas verdes, habitantes de menor renda os valorizavam por sua caracterização simbólica, pelas experiências cotidianas que propiciavam as trocas sociais e de lazer.

³⁹ As constatações são retiradas especificamente do capítulo do livro intitulado Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília, junto à população do DF, escrito por Briane Panitz Bicca e Maria Elaine Kohlsdorf.



Figura 24. Vista aérea da Unidade de Vizinhança formada pelas SQS 108/308 e SQS 107/307. Comparando essa fotografia com a figura 21, observa-se a evolução do crescimento da vegetação.

Fonte: Acervo do IPHAN | Autoria: Duda Bentes, 1990.

Ao se observar a superquadra na década de 1960 e posteriormente nas décadas de 1980 e 1990, mostra-se evidente a transformação da interpretação simbólica ocorrida com o passar dos anos e com a alteração formal da escala bucólica. Ainda que o estranhamento se mostrasse relevante, principalmente a depender do estrato etário⁴⁰ e de renda, apropriações e reconhecimentos já ocorriam em virtude do processo de sedimentação da escala bucólica em grande parte das superquadras do CUB. Assim, da paisagem artificial dos anos de 1960, revelou-se a paisagem estranha – para os mais velhos pois, diante dos mais jovens, já era possível identificar os primeiros indícios de uma paisagem reconhecida.

2.2.3. Meados de 2000 a meados de 2020: apropriação e pertencimento

No ano de 2010, Brasília completou 50 anos de inauguração e 20 anos do seu tombamento. Desde a crítica de Holston até o meio século de existência, os espaços da cidade continuaram sendo vivenciados, apropriados, modificados, significados e ressignificados. Assim, os anos mais recentes propiciaram, além de novas críticas à cidade, a revisão de leituras e interpretações passadas. Perspectivas mais atuais como as de Adrián Gorelik (2005) e Frederico de Holanda (2002, 2010), por exemplo, criticaram o caráter retórico da crítica de Holston, que teria interpretado Brasília se apoiando

⁴⁰ Importa esclarecer que o estrato etário é relevante em virtude do entendimento de que pessoas mais jovens tendem a estar menos impregnadas com referências passadas, o que permite a recepção facilitada do novo. Entretanto, há que se considerar também os vínculos que são enraizados em virtude da passagem do tempo. Assim, o estrato etário mencionado deve considerar o menor tempo de vida de uma pessoa relacionado ao maior tempo de vivência da cidade.

em argumentos “reducionistas e dogmáticos”⁴¹. Em seus estudos, Holanda (2002, 2010) busca interpretar Brasília por meio da Teoria da Sintaxe Espacial⁴² e, dessa forma, constrói argumentos que descrevem como a relação entre os elementos físicos da cidade afeta a vida das pessoas que a experienciam.

Se distanciando de críticas como as de Zevi, Choay e Holston, o trabalho de Holanda reconheceu a singularidade urbana de Brasília⁴³ e procurou destacar os pontos que a levaram a reinventar a receita moderna. No livro *Brasília: cidade moderna, cidade eterna* (2010), Holanda descreve uma cidade amadurecida, um território efetivamente ocupado, com identidade e problemas próprios. A leitura de Brasília como uma cidade estranha é abandonada e, ao longo de sua narrativa, relata a presença dos sentimentos de identificação e pertencimento, sendo eles a causa de parte das transformações – nem sempre positivas, segundo ele – testemunhadas.

Em parte do livro há um esforço empenhado para se descrever o estado das quatro escalas de Lucio Costa. Ao tratar da superquadra, Holanda relata – distanciando-se de Holston – que os moradores a apreciam por suas qualidades relacionadas à presença das áreas verdes, utilizadas no lazer tanto das crianças quanto dos

41 Ele [Holston] corretamente identificou um conjunto de mitos sobre a Capital brasileira, mas terminou por oferecer o que afirmou mais querer evitar: uma visão reducionista e dogmática sobre a cidade e sobre as representações que as várias classes sociais fazem dela” (HOLANDA, 2002, p.31).

42 Essa teoria sistemática surgiu em meados de 1970 com Bill Hillier e colaboradores buscando analisar a configuração do espaço arquitetônico por meio de seus fenômenos, considerando não apenas o espaço físico, mas as interações humanas nele protagonizadas.

43 O trabalho de Holanda extrapola o território tombado do CUB. Apesar de imprimir esforços para a interpretação dessa parcela da cidade, o autor vai além e considera Brasília como todo o território do Distrito Federal.

adultos. Seu estudo avaliou que pessoas de todas as classes aprovam a cidade por suas características urbanas, dentre elas o paisagismo e a amplidão propositiva dos espaços – o que se descola do cenário registrado pelo GT Brasília na década de 1980. Ainda que Holanda registre críticas à superquadra⁴⁴, não deixa de enaltecê-la por seu sucesso urbano. O entendimento foi compartilhado por Gorelik (2005), que se referindo à superquadra sintetiza a impressão da seguinte maneira:

Brasília não teve seu Pruitt Igoe, aquele conjunto de Arata Isozaki que foi dinamitado nos Estados Unidos pelos níveis de deterioração social e que tornou Jencks célebre, datando na explosão a partida de morte do modernismo. Ou seja, não houve em Brasília necessidade de dinamitar nenhuma superquadra porque elas se converteram em lugares de altíssima qualidade de vida com um grande sentido de pertencimento desenvolvido. (GORELIK, 2005, p. 173)

Além das pesquisas e críticas de Holanda e Gorelik, há outros trabalhos, como o de Manuela Souza Ribeiro (2013) e Francisco Ricardo Costa Pinto (2011), que têm confirmado a qualidade urbana das superquadras a despeito de seus problemas, que não deixam de ser considerados. Nesse cenário, a presença da escala bucólica e seus vazios intencionados têm sido percebidos como fator importante para a qualificação do espaço e reconhecimento identitário da superquadra.

44 O autor critica o posicionamento das edificações de usos comunitários, os blocos residenciais construídos acima do nível do passeio, que prejudicam o deslocamento, o plantio de cercas vivas delimitando trajetos, a pouca personalidade dos espaços internos da superquadra, as conexões não tão diretas entre os edifícios das superquadras, comércio local e paradas de ônibus. Para leitura completa, ver Holanda, 2010, p. 116.

Enquanto Ribeiro (2013) se dedicou a esmiuçar os efeitos das alterações formais no âmbito dos espaços públicos das superquadras, Pinto (2011) se propôs a investigar os efeitos simbólicos desses espaços. Ambos os trabalhos trazem à tona uma miríade de microcosmos espaciais e simbólicos que se constituem a partir de variações físicas (a exemplo de menor ou maior presença de árvores, pilotis menos ou mais livres, mobiliário urbano menos ou mais presente) e socioeconômicas (origem dos habitantes, presença de lideranças comunitárias, faixa de renda dominante). Em comum, os trabalhos enfatizam a vitalidade da superquadra e, indiretamente, a importância dos seus vazios intencionados para a escala residencial existente. Há, apesar das variações reconhecidas a partir desse período, o entendimento de um espírito único da superquadra e de sua escala bucólica.

Conforme demonstram as fotografias (figuras 25, 26 e 27), os vazios intencionados das superquadras atingiram, majoritariamente, uma configuração formal amadurecida. Em outras palavras, a maior parte das árvores, que vinham crescendo ao longo dos anos, atingiram porte e robustez para formar a malha verde contínua que permeia os blocos residenciais e propicia a ambientação efetivamente bucólica e o desenvolvimento das atividades cotidianas. Exemplo disso é o dado trazido por Roberta Maria Costa e Lima (2009) de que, de maneira geral, nas imediações dos blocos residenciais das superquadras registra-se maior presença de árvores frutíferas (além de pinheiros de Natal). Tais indivíduos são plantadas pelos próprios habitantes, o que revela a aderência à ideia das áreas verdes como uma extensão da casa, um jardim a que se pertence.

Outras inúmeras atividades cotidianas revelam a apropriação da escala bucólica pelo homem ordinário, conforme indica o trabalho de Francisco Ricardo Costa Pinto (2011) e as andanças realizadas pelas superquadras ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. As crianças, que desde a década de 1980 utilizavam os vazios intencio-



Figura 25. Vista aérea da SQS 308. No canto inferior direito se vê a Igreja Nossa Senhora de Fátima.

Fonte: joanafranca.com | Autoria: Joana França, 2017.



Figura 26. Vista aérea das superquadras da Asa Sul.

Fonte: joanafranca.com | Autoria: Joana França, 2017.



Figura 27. SQS 108 com a escala bucólica consolidada.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 28. Cinturão verde da SQS 206 sendo percorrido por uma caminhante.

Fonte: autoria própria, 2022.



Figura 29. Cinturão verde da SQS 216 ocupado por feira itinerante. Moradores e visitantes aproveitam para confraternizar.

Fonte: autoria própria, 2022.

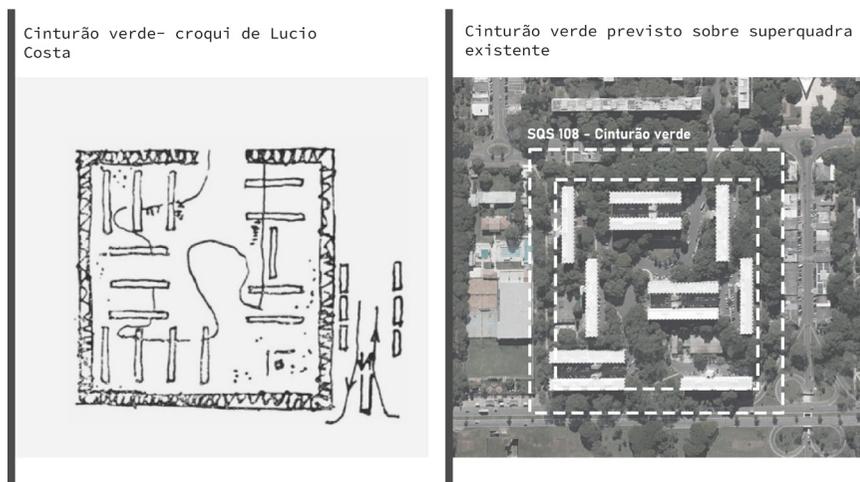


Figura 30. Comparação entre cinturão verde previsto e existente.

Fonte: elaboração própria, 2022.

nados como extensão da casa, permanecem inseridas nesses espaços. Além do gramado e árvores propícios às brincadeiras inventivas, elas fazem uso dos parques infantis públicos presentes em boa parte das superquadras. Os adolescentes também continuam a usufruir da escala bucólica. Não é incomum se deparar com grupos deles conversando nos arredores dos pilotis dos blocos residenciais ou nas praças integradas ao verde. Adultos e idosos se unem aos dois primeiros grupos e se apropriam das áreas verdes para simples contemplação, prática de esportes, conversa despretensiosa, participação em feiras itinerantes ou disponíveis nas diferentes estações do ano.

Assim, com a chegada do século XXI, constata-se que o amadurecimento formal dos vazios intencionados está diretamente relacionado à alteração da percepção simbólica verificada. Confirma-se a relação permanente e retroalimentada a partir da qual as alterações no espaço físico imposto provocam alterações nas relações espontâneas do cotidiano da superquadra. No caso dos vazios intencionados, o amadurecimento da vegetação propiciou novas relações e percepções que, por sua vez, motivaram a ampliação de significações e apropriações. Confirmação disso é a avaliação feita por Holanda de que as pessoas relacionavam a qualificação da cidade ao paisagismo e à ampliação dos espaços. Portanto, não há como desassociar o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, mencionado por Gorelik, da consolidação dos vazios intencionados na superquadra.

2.3 Cenário presente, superando o modelo

A análise desenvolvida a partir da estratificação em três períodos históricos permitiu verificar, de forma abrangente, as transformações formais e simbólicas dos vazios intencionados nas superquadras. O percurso trilhado revela que, apesar do impulso estruturante do projeto moderno de Lucio Costa, a travessia temporal do lugar e a participação

natural de outros agentes estimularam a caracterização da cidade para além do modelo formulado. Além das mudanças formais e simbólicas, notou-se a correlação histórica e permanente entre as instâncias, ou seja: muda-se o espaço físico, altera-se a percepção simbólica.

No âmbito formal, observa-se que a configuração espacial existente não corresponde precisamente àquela programada por Lucio Costa e considerada nos tombamentos, mediante os argumentos trazidos em *Brasília Revisitada 1985/87* (COSTA, 1987). Apesar da forte correlação entre o plano urbano e a proposta executada, percebe-se que ao menos uma característica da escala bucólica presente na superquadra se mostrou diversa da programada. Fala-se da forma como as massas arbóreas de hoje, que preencheram os vazios intencionados, frustrando a delimitação visual prevista entre o cinturão verde, bem-marcado no perímetro da superquadra, e as áreas verdes livres previstas no seu interior.

No *Relatório do Plano Piloto de Brasília* (COSTA, [1957] 2014) foi previsto um cinturão verde composto por massa adensada e contínua de árvores de grande porte emoldurando toda a superquadra⁴⁵ (figura 30). Esse primeiro arranjo foi previsto para delimitar visualmente o que estava dentro e o que estava fora. Em contraste, as áreas verdes internas da superquadra seriam tipificadas pelo predomínio dos gramados contínuos ponteados por árvores e arbustos. Anos depois, *Brasília Revisitada 1985/87* (COSTA, 1987) se compromete com o projeto embrionário da cidade, conforme discorrido no Capítulo I, e delimita que a superquadra mantenha o cinturão verde se destacando formalmente das áreas verdes internas, conferindo a ela um “pátio interno” urbano.

⁴⁵ “cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens” (COSTA, [1957], 2014)

O estudo que respaldou tecnicamente *Brasília Revisitada 1985/87* foi realizado em 1985, pelo Governo do Distrito Federal, sob o nome de *Brasília-57/85 (do plano piloto ao Plano Piloto)*. A leitura do estudo coordenado pelo próprio Lucio Costa torna evidente que, ao menos até aquele momento, ainda se considerava principalmente o plano urbano originário, o modelo, nas interpretações e medidas de preservação da cidade reconhecida. Com relação aos vazios intencionados e sua configuração, destaca-se do documento técnico a seguinte diretriz:

4.1. Completar a arborização sistemática das faixas verdes que delimitam as Superquadras com renques regulares de árvores de copa densa - sobretudo na Asa Norte, e sem deixar de plantar uma árvore em cada vértice do quadrado, à exceção dos cortados pela duplicação das “tesourinhas”. (COSTA e LIMA, 1985, p.117)

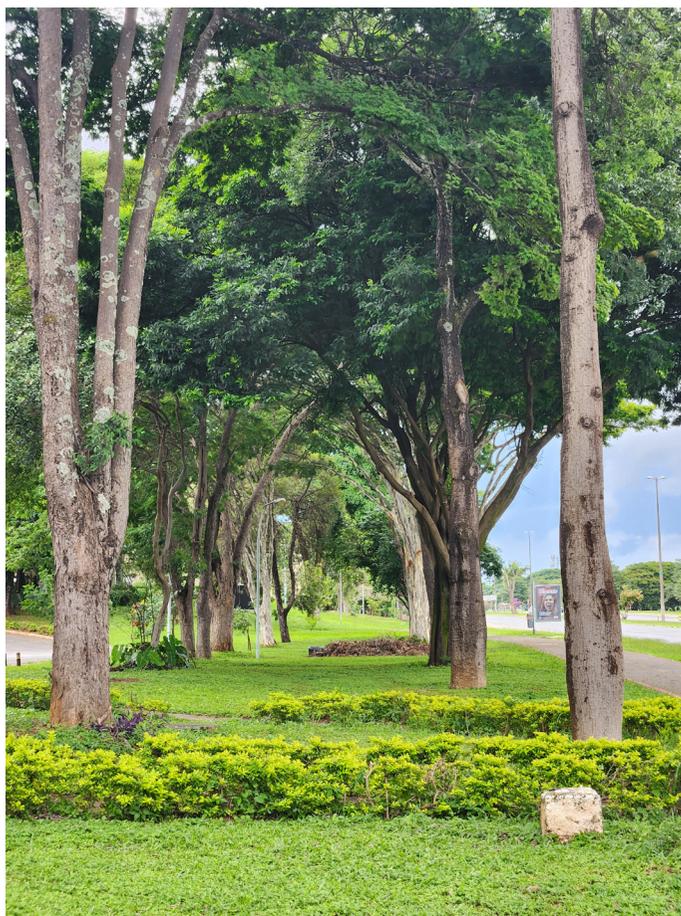
E ainda:

A arborização das faixas de 20 metros de largura marcando o perímetro quadrado das Superquadras, embora sugerida já na memória descritiva do plano-piloto, só há relativamente pouco tempo começa a ser feita de maneira sistemática; durante anos e anos e solicitação do autor do plano neste sentido se renovava, esbarrando sempre numa negativa surda e tenaz, difícil de se entender. (COSTA e LIMA, 1985, p.101)

Enquanto o primeiro trecho se refere a uma diretriz rígida, própria de um modelo cartesiano idealizado, o segundo esclarece o desejo que impulsionou a definição do critério: a conclusão da execu-

Figura 31. Renque duplo de árvores plantado no cinturão verde da SQS 406

Fonte: autoria própria, 2022.



ção do espaço tal qual previsto no plano de Lucio Costa, que apesar de expressa no papel, não se refletiu na realidade com a precisão programada. A materialização do modelo espacial puro, invocado em *Brasília-57/85 (do plano piloto ao Plano Piloto)*, nunca seria alcançada por desconsiderar todos os inevitáveis (e desejáveis) atravessamentos formais e simbólicos impostos pelo transcorrer do tempo e vivenciamento da cidade, fatores que diferenciam a teoria da prática urbana.

Distanciando-se em relação à proposta inicial de Lucio Costa, os cinturões se consolidaram assumindo formas mais orgânicas, que extrapolam a “cinta” de 20m de largura originalmente prevista e ora avançam em direção ao centro da superquadra, ora avançam em direção ao comércio local⁴⁶ e às vias externas que circundam a superquadra. Apesar de o olhar atento identificar em algumas superquadras o plantio de árvores em renque duplo contornando o perímetro da superquadra (figura 31), observa-se também a disposição aleatória de muitas outras árvores que, vizinhas a ele, configuram o movimento orgânico descrito. Isso pode ter se dado em razão da histórica ausência de projetos paisagísticos específicos para as superquadras⁴⁷.

⁴⁶ Os comércios locais são arranjos propostos por Lucio Costa desde o Relatório do Plano Piloto, formados por blocos geminados de até dois pavimentos que abrigam as lojas originalmente pensadas para atender às necessidades cotidianas dos habitantes da superquadra na qual estão inseridos. O plano original, que limitava o propósito desses comércios ao abastecimento local, não se firmou e, com o tempo, os comércios locais passaram a ter caráter regional (SOLÓZANO e PALAZZO, 2020), ainda que se observe algumas resistências como pequenas padarias e serviços locais de costureira, manicure e concertos de eletrodomésticos.

⁴⁷ Em sua dissertação, Marília Pacheco Machado (2007) faz um levantamento extenso das plantas urbanas das superquadras e revela que a maioria tratava apenas da disposição dos edifícios residenciais e sistema viário, ignorando a previsão de arranjo espacial específico para os vazios intencionados. Há, contudo, exceções, como é o caso da SQS 308, que contou com projeto paisagístico de Burle Marx.

As imagens aéreas trazidas mostram que essa configuração permitiu a constituição da malha verde contínua que permeia os blocos residenciais das superquadras sem estabelecer configurações distintas para regiões periféricas e áreas internas. O arranjo maleável e espontâneo propicia que cada usuário delimite momentaneamente e a sua maneira, os contornos desses espaços enquanto o usufruem.

O cenário urbano observado a partir de meados de 2010 revela a escala bucólica como inerente à superquadra. O espaço amadurecido passou a permitir o pleno usufruto comunitário. Com a configuração formal consolidada, os generosos vazios intencionados públicos aderiram com facilidade ao cenário global que, segundo Rossetti (2018), passou a propiciar o movimento emergente de retomada das ruas pela população. Além de protagonizar manifestações políticas históricas em 2013, e de abrigar a realização de jogos de megaventos como Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016⁴⁸, Brasília passou a vivenciar a intensificação da sua cena cultural. Descrevendo esse acontecimento, Rossetti menciona uma gama de eventos culturais que passaram a ocupar os espaços públicos do CUB e comenta:

Menos que um reconhecimento formal dos atributos plásticos, das qualidades construtivas ou de suas escalas constitutivas, os espaços públicos de Brasília estão se convertendo em atrações para usos cotidianos imprevistos como um sinal de vitalidade urbana e de apropriação. Como decorrência do crescimento dos eventos

e de sua publicidade, o debate sobre a ocupação dos espaços urbanos tangencia a questão do pertencimento à cidade, mas também revigora o entendimento das relações de memória e afetividades que são construídas com os espaços, impondo novas abordagens sobre as funções e desígnios inaugurais de tais espaços. (ROSETTI, 2018, p. 308)

A perspectiva de Rossetti indica uma apropriação até então inesperada desses espaços e coloca em debate a ressignificação deles não por seus aspectos formais, mas por suas potencialidades simbólicas. Nas superquadras, a conjuntura social descrita parece se vincular ao alargamento das apropriações cotidianas verificados na escala bucólica. Se a consolidação formal permitiu as condições físicas apropriadas, o cenário cultural estimula a perpetuação e intensificação dos usos cotidianos.

Com o passar dos anos, os vazios intencionados passaram a despertar o interesse de pessoas de diferentes faixas etárias. As apropriações cotidianas acontecem de formas variadas que vão de ensaios de bandas de fanfarra (figura 32) a roda de conversa entre amigos (figura 33) passando por partidas de vôlei (figura 34) e cochilos de trabalhadores solitários (figura 35). A morte da rua anunciada por Holston ([1989] 1993) não se confirmou. O que se testemunha é, na realidade, algo como a reinvenção da rua. Por meio de usos criativos, astuciosos e itinerantes da escala bucólica, a comunidade reafirma o espaço físico consolidado e inaugura uma nova fase em que a dimensão simbólica desses espaços se destaca.

48 Oficialmente reconhecido por Jogos da XXXI Olimpíada, o evento multiesportivo foi sediado no Rio de Janeiro, acontecendo entre os dias 3 e 21 de agosto de 2016. Na modalidade futebol, os jogos aconteceram em cinco outras cidades além daquela que sediava o evento, foram elas: Brasília, Belo Horizonte, Manaus, Salvador e São Paulo.



Figura 32. SQN 216, realização de ensaio de banda de fanfarra.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 33. SQN 203, roda de conversa entre amigos.

Fonte: autoria própria, 2021.



Figura 34. SQN 411, partida de vôlei em quadra pública.

Fonte: autoria própria, 2021.



Figura 35. SQN 416, rede colocada para descanso no cinturão verde da superquadra.

Fonte: autoria própria, 2021.



Figura 36. SQN 410, grupo de cultura popular se apresenta percorrendo a escala bucólica.

Fonte: autoria própria, 2021.

Capítulo 3

Valoração: a conservação da escala bucólica

Com base nas informações colhidas a respeito da consolidação da escala bucólica presente nas superquadras e apoiando-se na análise realizada acerca da sua situação atual de apropriação, busca-se no presente capítulo identificar o processo de valoração dessa escala e discutir suas perspectivas de conservação. Para tal, preliminarmente é feita revisão teórica buscando discutir como se deu, no campo da conservação, o reconhecimento de bens culturais por meio da identificação dos valores atribuídos. Então, com o aporte da categorização de valores culturais estabelecida por Ulpiano de

Meneses (2009), são avaliados, em duas superquadras com arranjos paisagísticos visivelmente distintos (SQS 308 e SQN 310), valores que hoje podem potencialmente ser atribuídos às suas escalas bucólicas. Encerrando o capítulo, são estabelecidos, a partir do arcabouço normativo vigente e incidente na superquadra, desafios e potencialidades impostos à conservação de sua escala bucólica.

3.1 Cinco valores culturais

Criticando a proposta moderna, Bruno Zevi ([1984] 2011) defende que a compreensão da arquitetura ou da cidade deve partir de sua experiência social, e não apenas da observação pragmática dos seus volumes. Ele entende que o espaço “não é apenas um fato visual: é, em todos os sentidos, e, sobretudo num sentido humano e integrado, uma realidade vivida” (ZEVI, [1984]2011, p.217). Em posicionamento semelhante, Bernardo Secchi (2006) percebe o território como um “imenso depósito de signos”, onde o presente não se desvincula do passado. A cidade é, nessa perspectiva, o mosaico resultante do encadeamento cumulativo de camadas históricas que, com o decorrer do tempo, foram continuamente selecionadas a partir de processos de valoração coletiva.

Ao confrontar a realidade da cidade constituída com a proposta do urbanismo moderno, Secchi (2006, p. 85-116) percebe na primeira um palimpsesto, um lugar de sobreposições temporais que se arranjam por meio das relações humanas:

(...) por urbanismo entendo não tanto um conjunto de obras, de projetos, de teorias ou normas associadas a um tema, a uma linguagem e a uma organização discursiva; muito menos o entendo como um determinado setor de

ensino, mas, ao contrário, como testemunho de um vasto conjunto de práticas, quais sejam as da contínua e consciente modificação do estado do território e da cidade (...) (SECCHI, 2006, p.18)

Ao reconhecerem a importância do tempo e das marcas socioculturais que o tempo propicia, Secchi (2006) e Zevi ([1984] 2011) questionam a proposta moderna de filiação racionalista e a crença nos projetos urbanos que se propunham universais e definitivos, imunes ao passado e ao futuro.

Segundo Marcia Sant'Anna (2015), o principal equívoco do modernismo foi não ter considerado sua sujeição ao tempo. Ao se propor universal e atemporal, ignorou sua inserção histórica e, portanto, as restrições de uma teoria inevitavelmente datada. Por outro lado, Sant'Anna rechaça que o movimento moderno tenha agido sempre pela implementação de planos urbanos a partir de uma “tábula rasa” que desconsideravam as impressões históricas. Sem ignorar as limitações do movimento moderno, a autora reconhece o papel central desempenhado por ele na constituição do conceito de cidade histórica, sítio urbano firmado a partir dos diferentes períodos temporais atravessados e experienciados. De fato, é somente no século XX, com Gustavo Giovannoni, que será cunhado o termo patrimônio urbano⁴⁹.

O entendimento da cidade enquanto um bem reconhecido por seu significado histórico continuou a evoluir, alinhado com o campo mais amplo do patrimônio cultural. Às posturas iniciais, mais positivistas em relação a intervenções nos sítios históricos,

49 Segundo CHOAY (2011, p. 195), Giovannoni utilizou o termo pela primeira vez no livro *Vecchie città ed edilizia nuova*, publicado em 1931.

somaram-se outras que partem principalmente da fenomenologia para intervir nos bens culturais (SANT'ANNA, 2015). Como desdobramento, observou-se, a partir de Cesare Brandi, a formação da corrente do restauro crítico, que considera não apenas o caráter material intrínseco ao bem, mas os múltiplos valores atribuídos a ele ao longo do processo histórico. Nessa perspectiva, não convém categorizações generalizantes; cada caso é avaliado individualmente e dentro de um processo histórico-crítico. (KUHL, 2007).

Inspirada em Brandi, a Carta de Veneza⁵⁰ ampliou, em 1964, a noção de monumento histórico reconhecendo não apenas “grandes criações”, mas também “obras modestas”, sendo as duas categorias suscetíveis, com o passar do tempo, à significância cultural. O documento também enfatizou a importância da salvaguarda tanto da obra, da matéria, quanto do testemunho temporal que encarna. Assim, percebe-se que o bem deixa de ser trabalhado apenas em função do aspecto documental (história) e assume também aspecto social (memória).

A mudança de paradigma irá permitir que, em meados de 1980, a Carta de Burra reconheça com maior ênfase a necessidade da participação social nas decisões referentes ao patrimônio e a sua conservação. O documento inicialmente estabeleceu que “O termo significância cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem, para as gerações passadas, presentes ou futuras” (CARTA DE BURRA, 1979, Art. 1º, p. 1). Posteriormente, passando por revisões, a Carta ampliou a definição do termo acrescentando que:

50 A Carta de Veneza, bem como a Carta de Burra, citada mais adiante, integram o conjunto de documentos denominados Cartas Patrimoniais. São “documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação” (KUHL, 2010, p.287)

O significado cultural está incorporado no próprio lugar, em sua estrutura, configuração, uso, associações, significados, registros, lugares relacionados e objetos relacionados. Os lugares podem ter uma variedade de valores para diferentes indivíduos ou grupos. (CARTA DE BURRA, 2013, Art. 1.2, p. 5, tradução própria)

A transformação da concepção do termo *significância cultural* verificado na Carta de Burra refletiu um avanço no campo da conservação. Reconhecendo gradualmente a multiplicidade de indivíduos e culturas, o documento incorpora aos olhos dos técnicos especialistas, a possibilidade de valores cambiáveis e plurais. Na Carta, os valores não são entendidos como intrínsecos ao bem, mas atribuíveis a partir de múltiplos agentes sociais inseridos em um determinado período histórico.

Se referindo à significância cultural, Flaviana Lira (2020), explica que a continuidade do uso e função é importante à manutenção da identidade do espaço, garantindo um importante apoio ao significado cultural. Entretanto, estando sujeito a processos de renovação, o espaço pode assumir novos usos e práticas sociais que, quando compatíveis com sua caracterização formal, “podem gerar uma nova expressividade para o local que, mesmo distinta da original, venha a ser igualmente reconhecida como genuína.” (LIRA, 2020, p.4). Tais processos acarretam a atribuição de novos valores e, potencialmente, ressignificações culturais.

Segundo Lira, teóricos recentes da conservação, que acreditam em posturas menos positivistas perante o sítio histórico, recebem o entendimento expresso na Carta de Burra e entendem como indispensável à construção da significância cultural, o

reconhecimento dos diversos atores participantes e dos múltiplos valores atribuídos ao lugar. O posicionamento mencionado pela pesquisadora poderia ser correlacionado às falas de Secchi (2006) e Zevi ([1984] 2011), demonstrando haver hoje, no campo da conservação uma abertura maior – correlacionada ao alargamento da noção de patrimônio cultural⁵¹ – ao que apontavam os autores: a percepção da cidade como um organismo vivo, sujeito ao tempo e aos incontáveis atores que dele participam. Assumindo essa interpretação, não há como se falar em conservação sem considerar a incidência de transformações e ressignificações, além da mutável e recorrentemente conflituosa atribuição dos valores.

A perspectiva contemporânea da via crítica assumida no campo da conservação e suas reflexões relativistas acerca dos processos de valoração dos bens podem ser mais bem compreendidas a partir do resgate do trabalho vanguardista de Alois Riegl. Em *O Culto Moderno dos Monumentos* ([1903] 2022), o historiador da arte austríaco propôs, ainda no início do século XX, um complexo sistema de valores baseados na premissa, então incipiente, de que os bens patrimoniais não *possuíam* valores absolutos, mas que a eles eram *atribuídos* uma pluralidade de valores mutáveis. Com tal mudança de paradigma, afastava-se uma *objetividade* pura dos valores para se recepcionar a *subjetividade* manifestada. Segundo Castriota (2022, p. 188), no texto de Riegl fica evidente que o significado de um bem emerge da “*tensão* entre passado e presente, entre traços objetivos e avaliação subjetiva”.

O sistema de valores proposto em *O Culto Moderno dos Monumentos* não objetivou uma categorização ou uma delimitação

51 Sobre esse gradual alargamento, consultar: A emergência dos valores: uma nova perspectiva para o patrimônio. Em: CASTRIOTA, L. B. Patrimônio e valores: a via crítica de Alois Riegl. Belo Horizonte: IEDS, 2022. p. 64-129.

exaustiva dos tipos de valores. Pelo contrário, a definição do modelo baseado em dois grupos abrangentes de valores⁵² foi utilizada para demonstrar as inúmeras, diversas e conflituosas possibilidades de valoração. Compreendendo que o reconhecimento de um bem patrimonial resulta de sua inserção histórica e de um processo de construção social colaborativa, Riegl assume, segundo Castriota (2022), que a atribuição dos valores não é algo estritamente objetivo. Em sua análise sobre a obra, o pesquisador entende que:

Muito mais que algo objetivo, o valor seria uma “capacidade de orientação”, uma “tendência”, que exprime a ligação com os assuntos humanos, com a história e as vicissitudes do sujeito, de um lado, e com suas formações culturais e sociais, do outro. Não haveria, portanto, um valor previamente estabelecido a se reconhecer, mas sempre *valores a serem atribuídos*, num jogo complexo e mutável (...) (CASTRIOTA, 2022, p.227)

Assim, perante o esquema dinâmico de atribuição de valores, Riegl evidencia em seu trabalho a teoria dos valores conflitantes (CASTRIOTA, 2022), ou seja, explicita as constantes contradições e oposições que emergem das manifestações simultâneas de diferentes valores. Por fim, o trabalho de Riegl destaca a necessidade de se abordar o bem por meio de uma veia crítica, considerando o persistente e instável conflito entre os valores atribuídos.

52 Os dois grupos estabelecidos por Riegl em O Culto Moderno dos Monumentos ([1903]2022) são: a. valores de rememoração, desdobrado em valor de ancianidade, valor histórico e valor memorativo intencionado; e b. valores de contemporaneidade, desdobrado em valor de uso e valor artístico (este último subdividido ainda em valor de novidade e valor artístico relativo).

Em consonância com o princípio dos valores cambiantes e conflitantes proposto inicialmente por Riegl ([1903] 2022), Ulpiano de Meneses (2009) se refere ao patrimônio cultural e conclui que:

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente *político*. Político, não no sentido partidário, mas no de *pólis*, a cidade dos gregos, isto é, aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos; a expressão correspondente entre os romanos, a *res publica*, representa a outra face da moeda: a coisa comum, o interesse público. (MENESES, 2009, p. 38)

O autor complementa o raciocínio defendendo que, como os valores não são dados, mas atribuídos a partir dos múltiplos personagens, precisam ser “enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados e transformados – não impostos” (MENESES, 2009, 39).

Ao longo do texto, Meneses desenvolve uma análise acerca dos bens materiais e critica a forma como eles são frequentemente reconhecidos no campo do patrimônio cultural. Para estruturar seu raciocínio, ele considera, a princípio, a existência de dois tipos de valores: *técnico e social*. O primeiro seria aquele atribuído por autoridades, agentes reguladores do espaço urbano que tendem a considerar o bem por seus aspectos estritamente formais; o segundo seria aquele atribuído pelo homem ordinário, arquétipo da massa social que usufrui dos bens regulados por meio de suas próprias inventividades.

Em um raciocínio que faz lembrar as *táticas e estratégias* de Certeau (2014), discutidas no Capítulo 2, Meneses critica a tendência à valoração exclusivamente técnica dos bens materiais e ressalta a relevância primeira da valoração social. Ao posto da categorização bifurcada, propõe a instituição do conjunto de *valores culturais*, aqueles atribuídos não apenas a partir do reconhecimento formal do bem, mas principalmente do reconhecimento das práticas sociais. Para um atributo como o vazio intencionado, onde os aspectos simbólicos tendem a se destacar – ainda que não se desconsidere a importância de seus aspectos formais – a sistematização proposta por Menezes se mostra uma alternativa adequada. Constatada a correspondência, recorre-se aos cinco tipos de valores culturais estabelecidos por Ulpiano de Meneses (2009) para se discutir, posteriormente, a valoração dos vazios intencionados das superquadras.

A. Valor cognitivo

É aquele que se refere à oportunidade de apreensão cognitiva, quando o patrimônio permite a assimilação de um conhecimento qualquer: de um modo de fazer, de um determinado estilo arquitetônico, de uma proposta urbana, de interesses que levaram a sua constituição. Nele, “o bem será tratado, então, como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza” (MENESES, 2009, p. 35). Esse valor pode ser atribuído à escala bucólica quando este trabalho (esta pesquisa acadêmica ora desenvolvida) e outros a abordam movidos por um interesse de origem intelectual. Apesar da constatação, mostra-se ainda modesto o número de trabalhos que consideram a escala bucólica como ponto central. Normalmente ela orbita trabalhos que tratam da superquadra ou, de forma mais ampla, das quatro escalas estabelecidas por Lucio Costa.

B. Valor formal

Se refere às comoções que o aspecto formal do bem é capaz de despertar. Não diz respeito a qualificação estética atribuída à matéria, mas a percepções sensoriais que, instigadas a partir dela, colocam o sujeito em conexão com o mundo. Esse valor diz respeito à “ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo” (MENESES, 2009, p. 36). Na escala bucólica, tal atribuição pode se dar quando o usuário, em contato com o arranjo paisagístico, se sensibiliza e se conecta à ambiência bucólica. Diz respeito ao aguçamento dos sentidos quando se percorre os vazios intencionados, sendo impactado por seu espírito.

C. Valor afetivo

Quando o bem é capaz de mobilizar e despertar memórias do indivíduo, é atribuído a ele o valor afetivo. Assim como o valor formal, o valor afetivo pode ser associado à categoria da *caracterização simbólica* estabelecida neste trabalho, pois diz respeito aos sentimentos subjetivos que o patrimônio atíça a partir das lembranças pessoais que encarna. “Não são propriamente históricos, já que se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de *vinculações subjetivas* que se estabelecem com certos bens” (MENESES, 2009, p. 36). O valor afetivo pode ser atribuído à escala bucólica quando, por exemplo, um adulto relembra com afeição de uma brincadeira experienciada nela na infância, quando rememora com saudosismo os shows de rock que protagonizou na década de 1980, ou quando sente a passagem do tempo vendo crescer uma árvore que plantou.

D. Valor pragmático

Esse valor é atribuído quando o bem fornece meios para mais que impulsionar, acurar um uso. Quando, por suas qualidades, é procurado para o desenvolvimento competente de determinada prática a ele associada. “Para dizer em outras palavras: valores pragmáticos são valores de uso percebidos como qualidades” (MENESES, 2009, p. 37). A possibilidade de sua atribuição à escala bucólica é constatada quando se observa, por exemplo, o alto índice de ocupação das superquadras associado à qualificação proporcionada pela presença dos vazios intencionados. Diferentemente de outros setores do CUB, que atualmente enfrentam problemas relacionados ao esvaziamento dos edifícios⁵³, os apartamentos das superquadras continuam largamente ocupados e economicamente valorizados.

E. Valor ético

É aquele atribuído quando um bem é capaz de mover interações sociais respeitando a manifestação dos diferentes atores. Ou seja, quando respeita e promove a diversidade cultural evitando mecanismos para imposição de uma cultura específica. Nas palavras do autor que propõe a categorização, valores éticos são “aqueles associados não aos bens, mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro” (MENESES, 2009, p. 37). Levando em consideração seu caráter público e sua configuração paisagística aparentemente despreziosa, na escala bucólica esse valor pode ser atribuído quando um indivíduo faz o uso do espaço sem implicar alterações permanentes que cerceiem ou prejudiquem o uso do próximo usuário.

⁵³ O problema do esvaziamento no CUB tem sido observado principalmente em algumas das áreas da escala gregária, a exemplo do Setor Comercial Sul.

Entende-se, a partir de sua conceituação, que os cinco valores culturais categorizados por Meneses (2009) podem ser atribuídos à escala bucólica presente na superquadra. Todavia, sua atribuição efetiva depende de aspectos formais e simbólicos da escala bucólica que podem variar, conforme apurado nos capítulos anteriores. Por essa razão, é proposta análise pormenorizada da atribuição dos valores culturais à escala bucólica a partir de duas superquadras: uma mais antiga, de configuração formal, mais estritamente vinculada ao plano moderno; e uma mais nova, já incorporando aspectos formais de um urbanismo evidentemente mais recente.

3.2 Uma experiência ao rés do chão

Até o momento, este trabalho se concentrou em realizar pesquisa bibliográfica e análise crítica sobre a conjuntura histórica envolvendo a escala bucólica de Brasília. Essa perspectiva conduziu a compreensão do reconhecimento e apropriação dos vazios intencionados presentes nas superquadras. O que se pretende agora é somar a essa abordagem distanciada, de sobrevoo, um olhar ao rés do chão. Não se trata propriamente de uma etnografia, pois essa demandaria outras ferramentas que não aquelas abarcadas aqui. Entretanto, o trajeto que se pretende percorrer lançará mão do contato intersubjetivo entre objeto e observador, recurso próprio das metodologias etnográficas.

Apoiada na categorização de valores culturais proposta por Meneses (2009), é realizada a observação empírica de duas superquadras, SQS 308 e SQN 310. Isto é, percorrendo os caminhos que abrangem os vazios intencionados presentes nos dois espaços, busca-se observar atentamente a configuração formal estabelecida e os acontecimentos simbólicos que neles se desenvolvem. O cenário

percebido é então confrontado com as definições dos cinco valores culturais, de modo a avaliar suas potenciais atribuições. Apesar de não contar com a consulta ativa a agentes sociais, indispensável à confirmação dos valores atribuídos, a metodologia ora proposta busca estabelecer olhar atento às múltiplas interações que ocorrem entre os diferentes atores e o espaço.

O objetivo do percurso é verificar como as caracterizações formais e simbólicas de cada um dos dois espaços interferem na intensificação ou enfraquecimento da atribuição dos valores identificados. A hipótese é que, em superquadras mais recentes – aqui representadas pela SQN 310 –, onde a configuração urbana se distancia da proposta moderna, haveria o enfraquecimento dos valores atribuídos à escala bucólica, que também se apresenta alterada. Enquanto isso, superquadras mais fiéis à intenção urbana inicial – aqui representadas pela SQS 308 – apresentariam fortalecimento da atribuição dos valores culturais à escala bucólica. Para o propósito comparativo, ressalta-se que tanto a SQS 308 quanto a SQS 310 estão inseridas em perímetro urbano consolidado, vizinhas a outras superquadras ocupadas. Cada uma delas está localizada em uma das duas Asas (Norte e Sul) de Brasília em posições aproximadamente simétricas, o que favorece condições espaciais gerais similares.



Figura 37. Localização da SQS 308 e SQN 310 no CUB.

Fonte: elaboração própria a partir de imagem de satélites extraída do Google Maps, 2023.



Figura 38. Vista aérea da SQS 308.

Fonte: Google Earth, 2023.

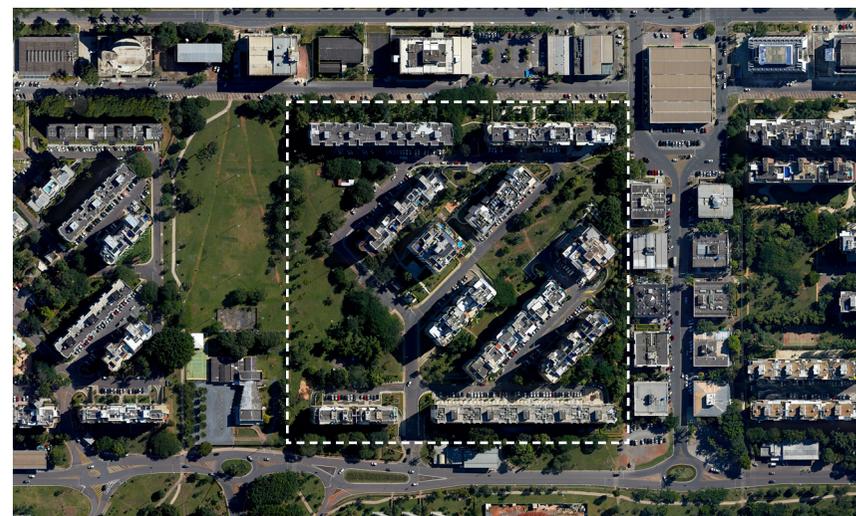


Figura 39. Vista aérea da SQN 310.

Fonte: Google Earth, 2023.

É reconhecido que a avaliação comparativa dos casos empíricos não dá conta de identificar todos os possíveis valores atribuídos e suas variações de intensidade em cada uma das superquadras. Por não contar com uma consulta direta e consistente aos múltiplos atores, a metodologia utilizada se limita a verificar preliminarmente, e a partir de uma perspectiva essencialmente técnica de observação, a atribuição dos valores categorizados por Menezes (2009). Entretanto, para a finalidade que se propõe – registrar variações (potencializações e enfraquecimentos) dos valores culturais atribuídos em superquadras com caracterizações formais sensivelmente diversas – a metodologia se mostra eficiente. Ao colocar lado a lado as duas superquadras, é possível observar os contrastes que sobressaem e associá-los à atribuição dos valores. Em suma, sem pretender exaurir o levantamento e comprovação de todos os valores atribuídos hoje à escala bucólica, a metodologia serve a estabelecer correlações entre o registro de alterações formais impostas ao atributo e a sua valoração.

Complementarmente, destaca-se que essa proposta surge a partir do estímulo de um dos artigos da Carta de Burra (2013), no qual fica estabelecido o seguinte processo de conservação do patrimônio cultural:

Artigo 17. Preservação

A preservação é apropriada quando o tecido existente ou sua condição constituem evidência de significado cultural, ou quando há evidência insuficiente disponível para permitir que outros processos de conservação sejam realizados.

A preservação protege o tecido sem obscurecer a evidência de sua construção e uso. O processo deve sempre ser aplicado:

- onde a evidência do tecido é de tal significado que não deve ser alterada; (ICOMOS, 2013, p.8)

Isto é, considerando a relevância histórica do tecido moderno existente na escala bucólica para a constituição de sua identidade, procura-se, a seguir, explorar os vínculos entre sua preservação e a valoração dos vazios intencionados presentes na superquadra.

3.2.1. SQS 308 – Projeto de 1959

Esta primeira superquadra foi selecionada por ser usualmente admitida como o exemplo mais fiel da concretização da proposta de Lucio Costa para a escala residencial de Brasília. Apesar do projeto ser de 1959, segundo informações levantadas por Machado (2014), sua construção e arborização foram realizadas nos anos seguintes, no início da década de 1960. Idealizada com base nas premissas modernas de Costa, ainda hoje é possível observar a permanência de grande parte desses atributos, quais sejam:

- Blocos residenciais de geometria pura. Lâminas retangulares compondo edifícios com seis pavimentos sobre pilotis.
- Disposição ortogonal das edificações quando comparadas a perímetro quadrangular da superquadra.
- Rol completo dos equipamentos comunitários previstos: jardim de infância, escola classe e pequenas praças. Além desses, conta

com um comércio local em suas imediações e outros equipamentos comunitários próximos, compartilhados com as superquadras vizinhas. São eles: escola-parque, Igrejinha⁵⁴, biblioteca e academia.

- Cinturão verde formado por renque duplo de árvores plantadas (apesar de não ter se constituído rígido em razão da presença das demais árvores de disposição aleatória que favorecem a organicidade da forma paisagística).

- Projeto paisagístico que privilegia o caráter bucólico do espaço.

A constituição da SQS 308 contou com notáveis nomes do movimento moderno brasileiro: Burle Marx fez o projeto paisagístico, Athos Bulcão colocou azulejos nas fachadas do jardim de infância, Marcello Campelo e Sérgio Rocha projetaram os blocos residenciais e o próprio urbanismo da superquadra. As participações conferiram à caracterização formal daquele espaço a ambiência moderna icônica que a legou o apelido de “quadra-modelo”. No âmbito do reconhecimento patrimonial, além de inserida no perímetro do CUB, é acautelada por meio de tombamento distrital específico⁵⁵, que visa preservá-la bem como as demais superquadras (SQS 107, SQS 307 e SQS 108) que integram aquela Unidade de Vizinhança. Por sua vez, o paisagismo da superquadra é tombado em nível distrital juntamente com outras obras de Burle Marx⁵⁶.

54 Sob o nome oficial de Igreja Nossa Senhora de Fátima, a Igrejinha é também reconhecida como um patrimônio cultural. Com forma plástica singular, ela foi projetada por Oscar Niemeyer e conta com azulejos de Athos Bulcão em suas fachadas.

55 Decreto nº 30.303, de 27 de abril de 2009, que dispõe sobre o Tombamento da Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/ 308 Sul.

56 Decreto nº 33.224, de 27 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Tombamento dos Jardins de Burle Marx em Brasília, e dá outras providências.

A revisão bibliográfica indica a existência de inúmeros trabalhos acadêmicos que, de alguma forma, se interessam pela SQS 308. Como amostra da amplitude da abordagem, basta observar como essa superquadra foi citada pelas fontes bibliográficas levantadas neste trabalho. Ao tratarem mais amplamente da escala bucólica e/ou da escala residencial, não deixaram de mencionar a SQS 308 os trabalhos de Ribeiro (2013), Machado (2014), Pinto (2011), Lima (2009), Ficher (2009), dentre outros. Há ainda, os trabalhos que se debruçam especificamente sobre essa superquadra, a exemplo daqueles de Lira e Giannecchini (2012) e Cunha e Lira (2019). Ademais, há, além do tombamento distrital, outros estudos governamentais que abordam a SQS 308 como um lugar de interesse patrimonial, a exemplo do inventário produzido pelo IPHAN entre os anos de 1999 e 2000⁵⁷.

Nesta dissertação, a ampla disponibilidade de informações a respeito da SQS 308 propiciou que parte considerável do acervo fotográfico, levantado para abordar e exemplificar a escala bucólica presente nas superquadras, fizesse referência a ela. Desde os primeiros anos de Brasília até os mais recentes, a SQS 308 tem sido registrada por meio de fotografias que evidenciam sua consolidação formal (figuras 21, 24 e 25). Ou seja, trata-se de uma superquadra que vem sendo estudada e documentada em diferentes instâncias por efeito do conhecimento que pode ser assimilado a partir do seu testemunho. Não há como deixar de notar, perante as informações colocadas, a atribuição do *valor cognitivo* a SQS 308, inclusa a escala bucólica que permeia seus edifícios.

57 Foi possível acessar o referido inventário por meio da consulta à Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, a responsável pela contratação daquele trabalho. Está sob sua guarda o conjunto de quatro volumes impressos que compõem o inventário, além da versão digitalizada.

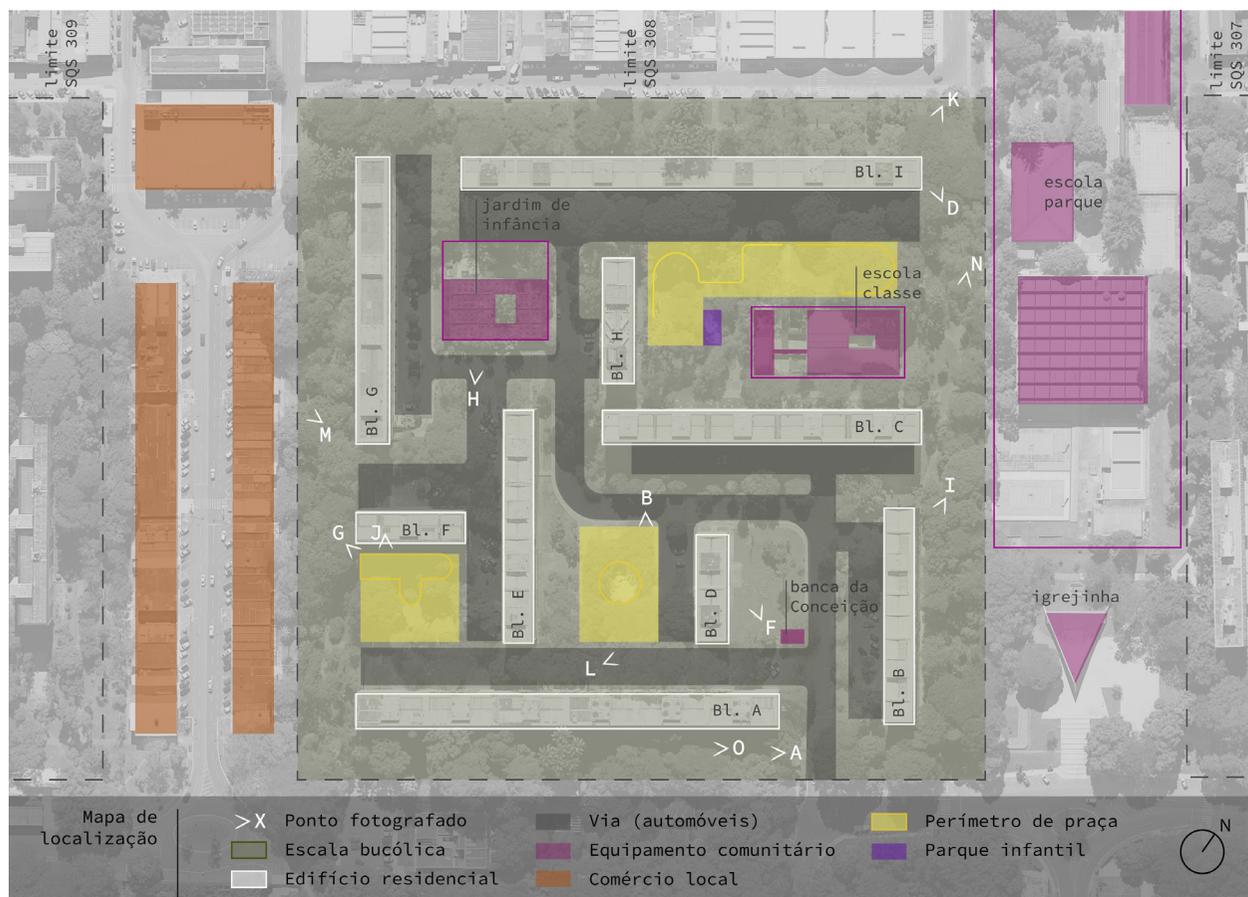


Figura 40. Mapa-chave com a localização das fotografias tiradas da SQS 308.

Fonte: elaboração própria, 2023.

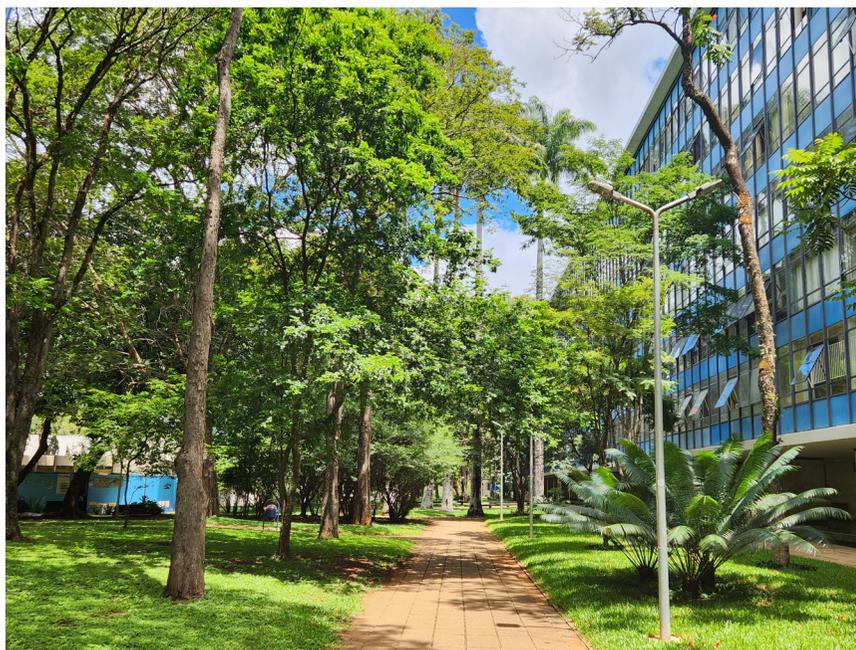


Figura 41. SQS 308, ponto A - parte do cinturão verde consolidado em evidência.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 42. SQS 308, ponto B - placa informativa localizada em área verde.

Fonte: autoria própria, 2023.

O caminhar pela SQS 308 também oferta algumas amostras da intensa valoração documental. Há, espalhados pelo espaço bucólico, algumas placas informativas (figura 42) que contam a sua história e fornecem informações a respeito do projeto urbano, arquitetônico e paisagístico. Não é incomum se deparar com grupos de turistas (especialmente interessados em arquitetura e urbanismo) acompanhados de guias especializados percorrendo seus espaços, fotografando suas paisagens naturais e fazendo anotações a respeito do espaço observado.

Como suporte e reforço a essas atividades cognitivas, há, logo na entrada da superquadra, ocupando a antiga banca de jornais, um local denominado “Banca da Conceição”. A pequena estrutura, mantida pela jornalista Conceição Freitas, abriga um café com mesas ao ar livre (figura 43) e coloca à venda objetos e livros relacionados à Brasília e à sua identidade moderna. Além de refletir o interesse documental que aquela superquadra desperta, indica a atribuição de algum *valor afetivo*, uma vez que surgiu com o propósito de promover o encontro da cultura e da memória de Brasília.

Assim como a Banca da Conceição, os vazios intencionados daquela superquadra servem recorrentemente à manifestação de afetos. Trocas humanas e memórias são impressas na escala bucólica por meio de pequenas intervenções que rememoram a vivência e apropriação dos espaços. Ali, registram-se árvores frutíferas amadurecendo nas imediações dos edifícios residenciais (figura 45). Com certa frequência, verifica-se nesses locais alguns vasos que deixam crescer flores imprimindo um cuidado humano sobre o espaço sem, contudo, cerceá-lo. Em outros pontos da escala bucólica, blocos cimentícios discretos são assentados sobre caminhos de desejo, acolhendo a passagem dos caminhantes (figura 44).



Figura 43. SQS 308, ponto C - mesas ao ar livre da Banca da Conceição.

Fonte: autoria própria, 2023.

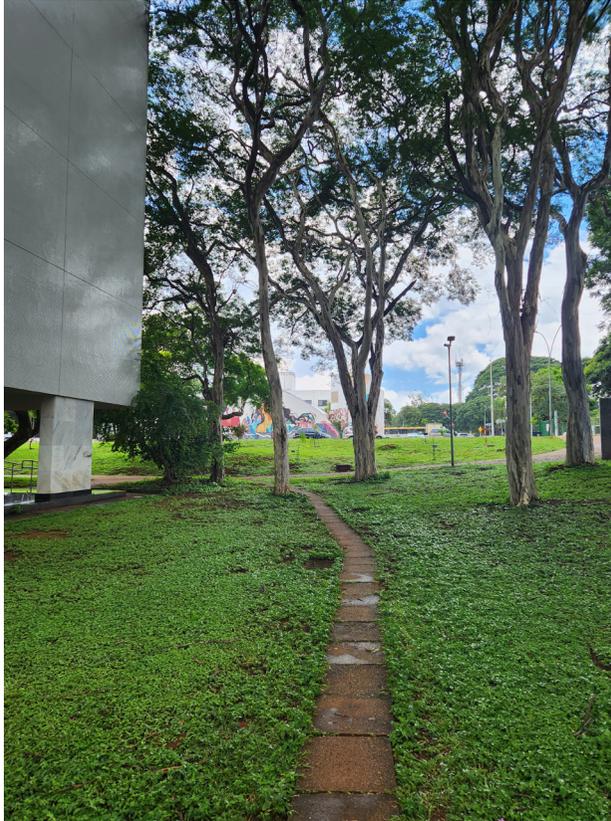


Figura 44. SQS 308, ponto D - blocos cimentícios colocados sobre caminho de desejo.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 45. SQS 308, ponto E - mamoeiro crescendo próximo à fachada do bloco residencial.

Fonte: autoria própria, 2023.

Em frente ao Bloco D, uma parcela do gramado passou a ser incrementada com um jardim florido que se contrapõe ao paisagismo programado por Burle Marx (figura 46). O contraste pontual evidencia as novas apropriações do espaço, mas não impede o reconhecimento e permanência do arranjo paisagístico histórico. Assim, localizado em frente ao Bloco F, o pequeno espelho d'água rodeado de árvores (figura 47), que ocupa o lugar há décadas, segue cheio de carpas e despertando o interesse de quem passa. Nas praças e gramados próximos às escolas, gerações diferentes de crianças continuam brincando nos mesmos espaços bucólicos, ainda que hoje as árvores estejam mais robustas.

A presença e uso dos equipamentos comunitários (figura 48) parece intensificar os vínculos e recordações associados à escala bucólica. Transpondo as lembranças naturais daqueles que vivem na superquadra, as diversificadas formas de apropriação humana resultam na manifestação das memórias que suscitam a atribuição ampla do *valor afetivo* à escala bucólica. Ou seja, os equipamentos atraem outras pessoas para a superquadra que não seus moradores, o que amplia o senso de pertencimento comunitário e, portanto, as possibilidades de vivências.

Às diferentes formas de se apropriar dos vazios intencionados da SQS 308, é possível acrescentar a notável travessia cotidiana de trabalhadores e outras pessoas não residentes. Além dos equipamentos comunitários, o arranjo formal daquela superquadra parece instigar nos indivíduos o desejo de atravessá-la propositalmente em seus percursos cotidianos. Ao contrário de outras superquadras, observa-se que nela alguns caminhantes tendem a fazer pequenos desvios de caminho para aproveitar parcelas específicas daquela escala bucólica. O acontecimento parece se dar em razão do reconhecimento da qualificação dos espaços intensificado pelas comoções que são capazes de mobilizar. Fala-se, portanto, da atribuição dos valores formal e pragmático.



Figura 46. SQS 308, ponto F - jardim florido inserido recentemente em frente ao bloco D.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 47. SQS 308, ponto G - espelho d'água com carpas localizado em frente ao bloco F.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 48. SQS 308, ponto H - jardim de infância localizado em área central da superquadra.

Fonte: autoria própria, 2023.

Independentemente da familiaridade que aparentam ter com a SQS 308 e seus vazios intencionados, há na relação dos indivíduos com o espaço uma evidente sensação de conexão e admiração. O arranjo de aspecto natural, composto pelas massas de árvores de porte acrescidas de arbustos e forrações harmônicas, estimula sensações simultâneas de acolhimento e grandiosidade. A integração incomum entre paisagem natural e formas construídas propicia a ambiência aprazível que é capaz de criar pontes entre os indivíduos e o espaço levando à atribuição do valor formal.

Ali, é frequente se deparar com pessoas que, de passagem, se impressionam com o meio, chegando, em alguns casos, a interromper brevemente a caminhada para admirar a paisagem marcada pela escala bucólica. Há ainda aqueles que, confortáveis com a ambiência, procuram um banco ou até mesmo o piso de um piloti para fazer pausas, retomar o fôlego e seguir em suas atividades (figura 49). Outra possibilidade é utilizar um dos muitos bancos presentes no interior e, especialmente, no perímetro da superquadra, onde se localiza o cinturão verde. A linguagem estética homogênea desse mobiliário se soma à linguagem majoritariamente coesa do paisagismo, o que fomenta, em conjunto com os edifícios residenciais, um referencial identitário próprio do lugar.

A disposição da vegetação da escala bucólica da SQS 308 assegura o aspecto natural e unitário de um bosque silvestre, o que favorece as apropriações cotidianas. Não há, nesse sentido, muitas áreas verdes que transpareçam rigorosidades e controles específicos de uso. Canteiros ornamentais, exclusivos à apreciação estética, são restritos. Prevalece a paisagem natural composta por vegetação que o estimula a participar e usufruir dela. Em outras palavras, parece sempre convidativo e apropriado caminhar sobre o gramado e entre as árvores daqueles vazios intencionados.

A configuração formal da escala bucólica da SQS 308 é aprazível não somente por sua coesão material, mas principalmente porque permite o usufruto do lugar de forma qualificada e abrangente. Ao se mostrar integrada aos edifícios residenciais e aos equipamentos comunitários, a escala bucólica efetivamente amplia as potencialidades dos usos cotidianos e do senso comunitário favorecendo a atribuição do *valor pragmático*. Colocados no mesmo nível dos pilotis vizinhos, os vazios intencionados se tornam de fato uma extensão dos blocos residenciais (figura 50), o que convida a livre passagem dos múltiplos indivíduos que atravessam os espaços transitando entre o meio público e privado. A permanência desses usuários é, por sua vez, favorecida pelo mobiliário urbano mencionado e pelas praças, localizadas em pontos estratégicos de modo a conectar diferentes áreas da escala bucólica.

Outro aspecto notável que favorece a atribuição do valor formal é a ausência dominante de barreiras físicas como cercas vivas e gradeamentos nos vazios intencionados. Tais elementos tenderiam a fragmentar a escala bucólica cerceando o livre acesso e apropriação dos espaços pelos múltiplos atores. No caso da SQS 308, a configuração formal dos vazios intencionados favorece, portanto, o uso efetivamente público que se vincula ao propósito e ao reconhecimento histórico desses espaços. Ao garantir tal aspecto, é promovida também a atribuição do valor ético. Ou seja, em uma composição formal consolidada e reconhecida por seu aspecto público, participativo e democrático, torna-se mais viável a manifestação simultânea de múltiplas culturas.

Apesar das configurações formais e simbólicas da escala bucólica da SQS 308 propiciarem cenário de significativa valoração cultural, há aspectos que tendem a contrariar essa leitura dominante. Em alguns pontos da escala bucólica, observa-se o uso limitado. São normalmente pontos específicos, em que a configuração formal



Figura 49. SQS 408, ponto I - trabalhadores descansando no pilotis e apreciando a paisagem bucólica.

Fonte: autoria própria, 2023.

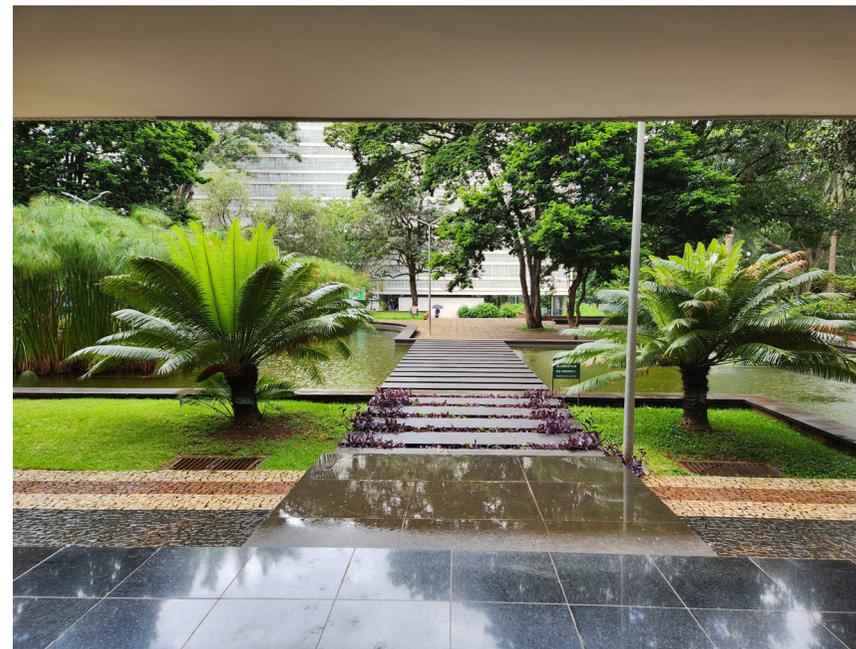


Figura 50. SQS 308, ponto J - conexão direta e harmônica entre pilotis e escala bucólica.

Fonte: autoria própria, 2023.

não facilitou o acesso ou acabou criando espaços demasiadamente desinteressantes ou opressivos. É o caso, por exemplo, do muro que se forma próximo ao bloco A (figura 52), logo na entrada da superquadra. O elemento foi constituído como efeito colateral de uma solução dada para outro ponto da superquadra. Para propiciar a conexão direta dos vazios intencionados com os blocos D, E e F, e praças próximas, elevou-se o terreno, o que resultou no muro e em uma escadaria pouco interessante.

Em outro ponto da escala bucólica, a integração da superquadra com o comércio local (figura 53), que deveria ser mediada pelo cinturão verde, não ocorre de forma efetiva. A caminhada pelo local permite observar que a maioria das lojas não se volta para a superquadra, o que cria fachadas cegas e áreas verdes de aspecto residual. Apesar do cinturão verde ter se consolidado conforme o projeto, com renque duplo de árvores robustas que criam uma espécie de alameda sombreada, não há ali manifestações sociais de apropriação e reconhecimento especialmente relevantes. Lembra um corredor aberto em que poucos elementos têm a capacidade de reter a atenção e apreço dos transeuntes.

O problema da conexão entre comércio e superquadra é ampliado por uma diferença de nível topográfico entre um e o outro. O terreno da faixa arborizada é, nessa parcela da superquadra, tomado por uma inclinação que dificulta a conexão entre os volumes construídos e atrapalha maiores conexões entre eles. Torna-se um bosque empobrecido, cuja ambiência perde parte do magnetismo pela falta de apropriações cotidianas e pelo arranjo paisagístico, que passa a incorporar características de abandonado junto às fachadas pichadas e maltratadas. Não se reconhece tanto as impressões de afetividade, mas um espaço de mera passagem cuja vivacidade é atingida interferindo nos valores culturais atribuídos.



Figura 51. SQS 308, ponto K - trecho do cinturão verde consolidado.

Fonte: autoria própria, 2023.

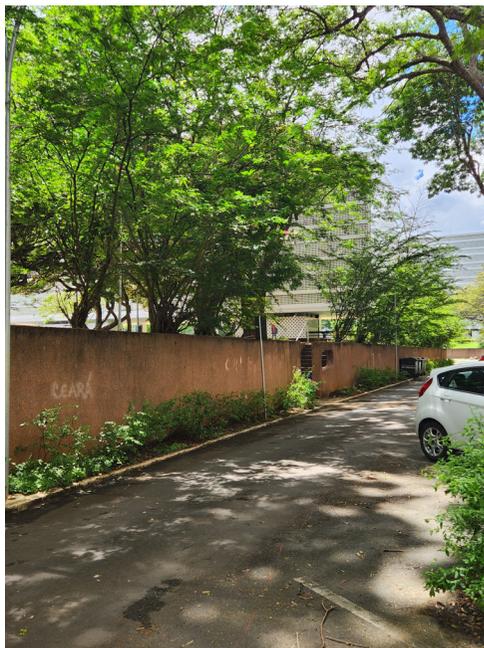


Figura 52. SQS 308, ponto L - muro próximo ao bloco A.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 53. SQS 308, ponto M - comércio local com fachadas cegas.

Fonte: autoria própria, 2023.

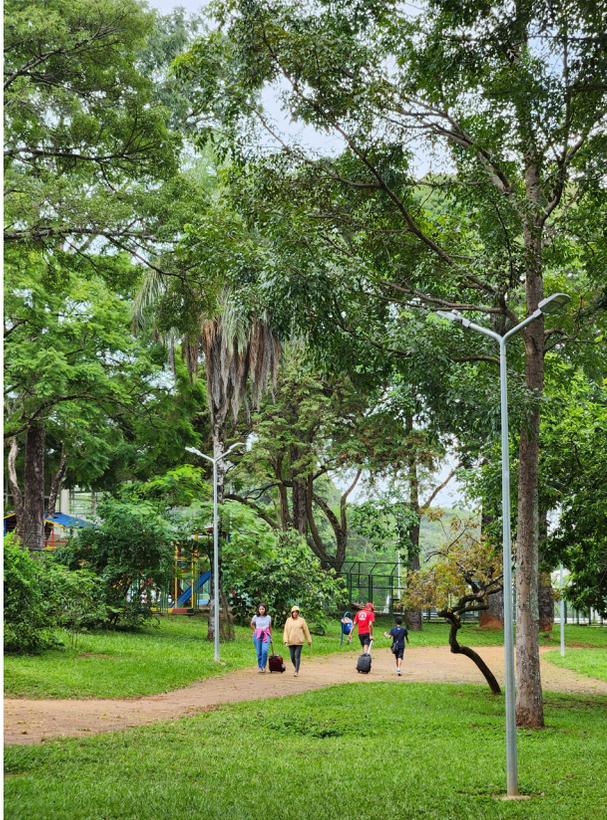


Figura 54. SQS 308, ponto N - parcela do cinturão verde. Crianças saem da escola acompanhadas dos responsáveis.

Fonte: autoria própria, 2023.

As questões finais levantadas contrastam, conforme mencionado, com a percepção geral que se tem da escala bucólica da SQS 308. Naquela superquadra, a proposta idealizada de Lucio Costa parece ter embasado com sucesso um espaço urbano concreto, ainda que se reconheça a existência de aspectos problemáticos. Mantendo forte vínculo com a proposta moderna, as caracterizações físicas e simbólicas dos vazios intencionados se mostram reconhecidas, apropriadas e valoradas. Nesse sentido a SQS 308 parece ser um bom exemplo a ser perseguido no âmbito da conservação e preservação da escala bucólica presente nas superquadras.

3.2.2. SQN 310 – Projeto de 1985

Contemporaneamente distante da SQS 308, a SQN 310 foi essencialmente construída e arborizada na década de 1990. Machado (2014) informa que o plano urbano implantado foi resultado da revisão de uma primeira versão projetual desenvolvida em 1964. Com alterações significativas realizadas, o projeto urbano de 1985 foi encaminhado para aprovação legal somente em 1994, assinado pelos arquitetos Eurico Salviati e Nícia Borman do então Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB. O projeto de implantação e arquitetura dos edifícios foi, ao que parece, elaborado por diferentes construtoras.

Pensada e construída anos após a inauguração de Brasília, esta superquadra incorporou características urbanas, arquitetônicas e paisagísticas que a afastaram consideravelmente da proposta moderna inicialmente idealizada por Lucio Costa. A respeito dos projetos urbano e arquitetônico executados, é possível verificar as seguintes características dominantes:

- Blocos residenciais “engordados” possibilitados pelas alterações normativas, conforme avaliado por Ficher (2009). Dos 13 blocos residenciais previstos, 11 estão construídos.
- Disposição oblíqua das edificações quando comparadas ao perímetro quadrangular da superquadra.
- Ausência de equipamentos comunitários (com exceção de um pequeno empório que ocupa a estrutura da antiga banca de jornais), apesar de o projeto prever dois lotes destinados a eles.
- Parques infantis associados aos blocos residenciais.

- Cinturão verde não consolidado, com quantidade diminuta de árvores, e presença marcante de palmeiras.

- Ausência de projeto paisagístico único para a superquadra.

De certa forma, a construção da SQN 310 ainda está em execução, haja vista a ausência de dois edifícios residenciais e dois equipamentos comunitários previstos em projeto. Apesar da ressalva, a superquadra foi percorrida e avaliada como um espaço urbano consolidado, uma vez que a vegetação se encontra madura e os edifícios, construídos em sua maioria, estão plenamente habitados. É importante ressaltar que ela também conta com um comércio local consolidado em suas proximidades, além de uma igreja. Outros equipamentos comunitários não foram registrados, uma vez que integram um conjunto de quatro superquadras que já se afasta do modelo idealizado de Unidade de Vizinhança.

Informações mais aprofundadas a respeito da SQN 310 não são facilmente acessadas. Ao contrário da SQS 308, essa superquadra não se mostra objeto frequente de estudos acerca de sua relevância urbana ou histórica. Traçando paralelo com o exercício feito para a SQS 308, ao se averiguar a menção à SQN 310 nos estudos levantados nesta dissertação, percebe-se a citação reduzida. Machado (2014) a citou, pois, seu trabalho consistia no levantamento das plantas urbanas de todas as superquadras possíveis. Lima (2009) também a menciona por propor um estudo que abrange grande quantidade de superquadras e por ser a SQN 310 uma das poucas construídas a partir da década de 1990. À parte esses estudos, não foram encontradas outras menções relevantes a essa superquadra.

A realização de um levantamento bibliográfico específico também não indicou a existência de pesquisas e outros materiais que tenham tratado da SQN 310 como um objeto de especial re-

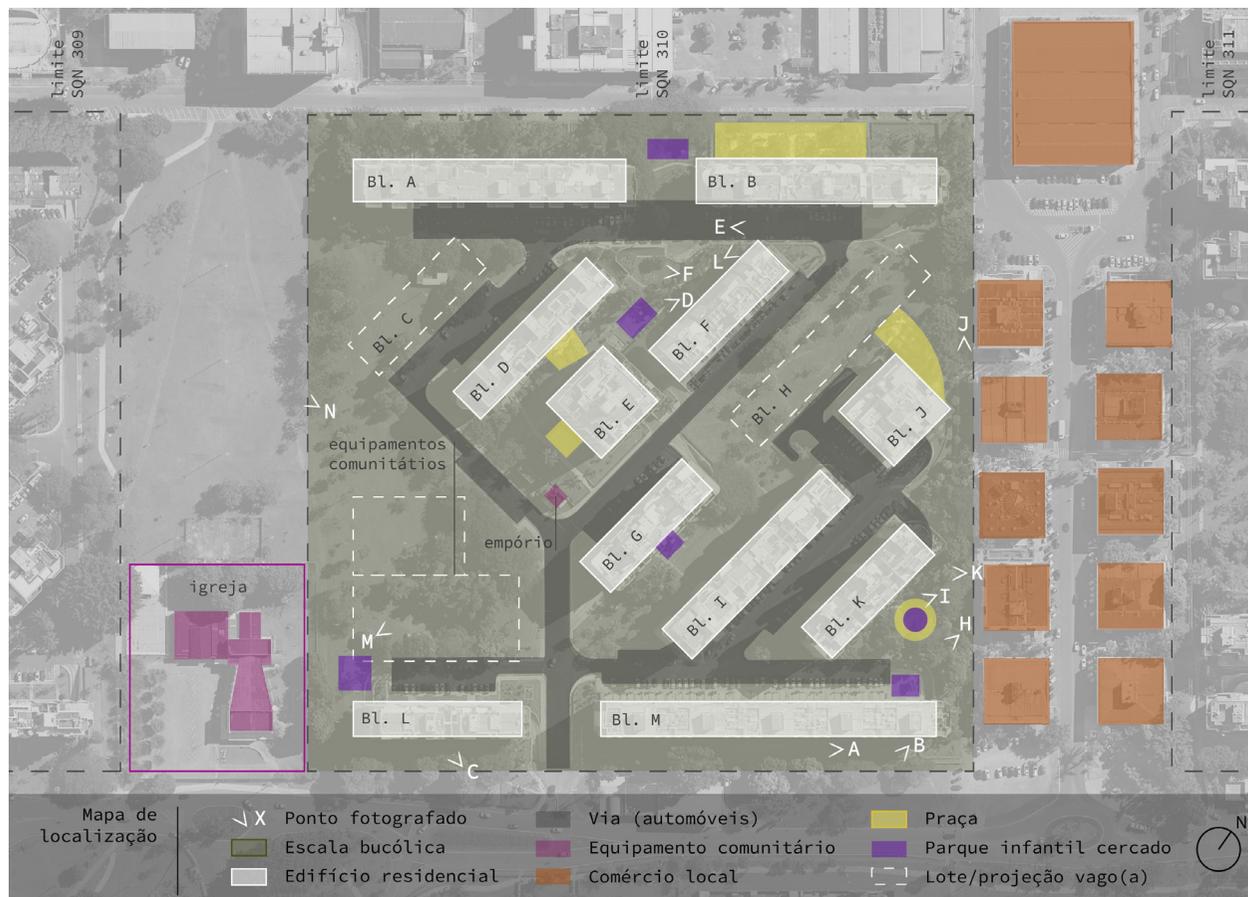
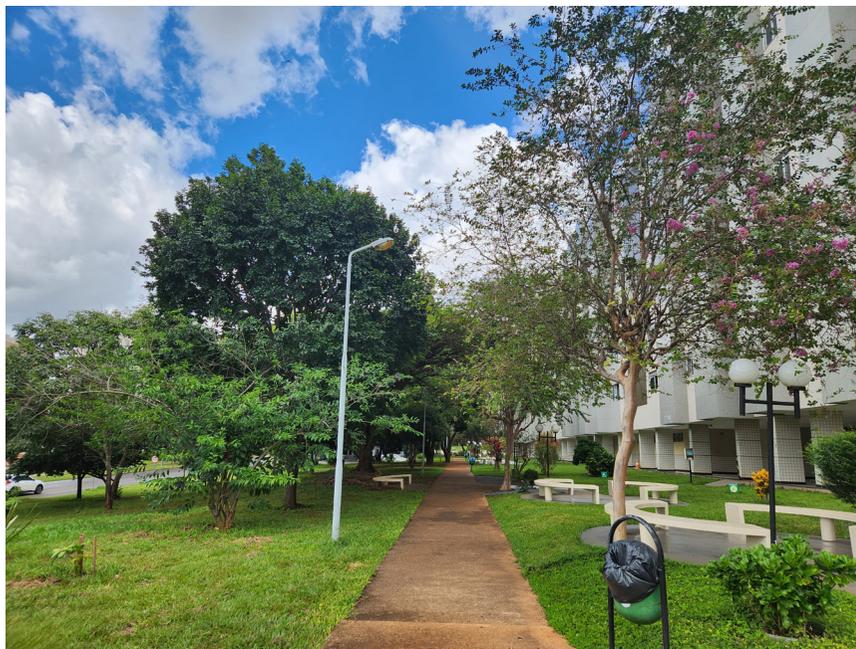


Figura 55. Mapa chave com a localização das fotografias tiradas da SQN 310.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 56. SQN 310, ponto A - parcela do cinturão verde consolidado.

Fonte: autoria própria, 2023.



levância cognitiva. Não parece haver ainda indicações de que ela incite a apreensão de algum conhecimento específico. Apesar de ser possível a alteração de tal aspecto no futuro, hoje o *valor cognitivo* atribuído a ela ainda se resume a indicar que se trata de uma superquadra relativamente nova. Diante dessa constatação, é possível dizer que a assumir neste trabalho como caso empírico contribui à ampliação do campo de seu reconhecimento. Entretanto, convém fazer a ressalva de que sua escolha se dá a partir da suspeita do enfraquecimento nela dos valores culturais atribuídos à SQS 308. Ou seja, de início a SQN 310 é definida por se vincular (por contraste evidente) àquela primeira superquadra selecionada.

Considerando a motivação inicial de seleção, o caminhar pela SQN 310 não se esquivou a perceber possíveis atribuições de valores culturais. Observando a configuração formal da escala bucólica ali presente, notou-se diretrizes mais rígidas de controle paisagístico que dificultam as apropriações e intervenções cotidianas. Os indivíduos que vivenciam e experienciam os vazios intencionados parecem encontrar menos brechas para *fazer*es táticos, nas palavras de Certeau (2014). Contudo, observou-se em alguns pontos impressões afetivas, a exemplo da horta comunitária situada em frente ao bloco M (figura 57). Além dela, em frente ao bloco L, configura-se uma ilha de paisagismo mais natural onde algumas plantas parecem ter sido inseridas na paisagem de forma gradual pelos moradores do bloco (figura 58).

Outro aspecto que parece dificultar a ampliação da atribuição de *valor afetivo* àquela escala bucólica é a ausência de equipamentos comunitários que chamem usuários externos para as áreas verdes internas da superquadra. Soma-se a isso a excessiva presença de cercamentos que estimulam a sensação de controle e coíbem, assim, a participação comunitária (figuras 60, 62 e 63). Consequentemente, tais aspectos restringem o desenvolvimento de ações significantes e, portanto,



Figura 57. SQN 310, ponto C - horta comunitária na parcela da escala bucólica localizada em frente ao bloco M.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 58. SSQN 310, ponto B - vazio intencionado de ambiência bucólica em frente ao bloco L.

Fonte: autoria própria, 2023.

a construção de memórias mais abrangentes e marcantes. Os espaços participativos e afetivos ficam restritos principalmente a parquinhos infantis, sempre cercados e controlados pelos condomínios dos blocos (figuras 59 e 64), e a pequenas áreas isoladas, como aquela onde há a horta comunitária. Com a predominância de vazios intencionados regrados por jardins ornamentais de exposição, não resta muito espaço para árvores frutíferas crescerem junto aos edifícios residenciais, nem para caminhantes pisarem a grama ou andarem entre árvores.

De forma geral, o excesso de controle promove uma escala bucólica que se distancia dos aspectos naturais inicialmente desejados. A imagem do bosque é substituída por um jardim solene feito para olhar, mas não para participar. Os blocos, engordados pelos avanços permitidos, se impõem na paisagem destacados pela vegetação predominantemente rasteira que os circunda. Esse efeito de grandeza, típico dos vazios intencionados presentes na escala monumental, é proporcionado não apenas por uma escolha paisagística, mas por uma imposição proveniente das garagens expandidas dos blocos residenciais. Ao avançarem, ainda que de forma subterrânea, sobre a área verde, impedem permanentemente a presença das árvores de porte, restando as palmeiras e outras espécies cujas raízes alcançam profundidades menores.

O resultado da configuração formal demasiadamente controlada é a desassociação da superquadra de uma paisagem que mobiliza comoções pela presença natural do verde integrado de forma harmoniosa às edificações. Com o regramento excessivo dos jardins, afastam-se a intimidade e a espontaneidade usuais que ampliam o caráter cotidiano da superquadra. A artificialidade dos jardins ornamentais impõe uma austeridade monumental que, impulsionada por um espírito de grandeza, rompe as pontes entre o espaço e os indivíduos, afastando a atribuição do *valor formal*. Assim, os canteiros expositivos terminam por não impressionar esteticamente, não sensibilizar amplamente, e não acolher de forma abrangente os atores sociais.



Figura 59. SQN 310, ponto D - escala bucólica marcada por parque infantil e jardim ornamental.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 60. SQN 310, ponto E - acesso aos vazios intencionados restrito por cercamento com vegetação.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 61. SQN 310, ponto F - vazios intencionados controlados por ajardinamento ornamental.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 62. SQN 310, ponto G - topografia utilizada para colocar edifício sobre pedestal enquanto cerca viva impede qualquer acesso.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 63. SQN 310, ponto H - topografia utilizada para colocar edifício sobre pedestal, paisagismo utilizado para cercar acessos e parque infantil cercado.

Fonte: autoria própria, 2023.

Como se vê, o caminhar pela SQN 310 não evidencia usos especialmente qualificados. Além das barreiras físicas constantes e dos canteiros ornamentais que fragmentam a escala bucólica e controlam o acesso aos espaços públicos, há outra ferramenta que impede o pleno uso dos vazios intencionados. Fala-se da topografia trabalhada na escala bucólica, que é utilizada para colocar muitos dos edifícios em pedestais, os descolando das áreas verdes circundantes (figuras 62 e 63). As transições suaves entre os espaços públicos e privados é intencionalmente atingida. Nesses espaços cotidianos, transformados em espaços de poder, há dificuldade de se verificar tanto o valor pragmático quanto o valor ético.

O espaço público marcado pela escala bucólica é desqualificado pelas ações privatizantes, pelos espaços controlados que restringem o uso dos moradores da superquadra, mas principalmente o dos agentes externos, considerados como estranhos ou indesejados por aquela comunidade. O arranjo é feito para controlar fluxos, sem deixar espaços para travessia dos gramados. O caminhante fica restrito às calçadas e, caso seja morador de um dos edifícios, lhe é consentido o acesso às pequenas praças e parquinhos infantis. Dispostos sempre bem juntos aos edifícios, esses equipamentos são normalmente colocados sob o olhar vigilante do porteiro, que seleciona quem tem ou não o direito de acessá-los (figura 64).

Outro aspecto que interfere na qualificação do uso desses espaços é a conexão falha, mediada pelo cinturão verde, entre a superquadra e o comércio local (figura 65). Apesar da forma urbana das lojas do comércio propiciar a presença de fachadas ativas voltadas para a superquadra, uma divisória de cerca verde contínua presente no cinturão verde impede maiores vínculos entre os dois espaços. Soma-se a isso, a ausência do renque duplo de árvores, que amplia a sensação de controle e cerceamento, como se a faixa verde servisse de corredor de passagem isolado entre dois locais espacialmente desconectados.

Os contatos espaciais diretos entre comércio local e superquadra são permitidos somente por meio de aberturas pontuais no muro verde contínuo. Elas podem acontecer tanto pelo regramento formal do espaço controlado (figura 66), quanto por ações de contravenções em que o pedestre força a sua passagem. Esse tipo de transgressão também ocorre em pontos mais internos da superquadra, onde as cercas vivas presentes nos vazios intencionados delimitam perímetro individual dos edifícios (figura 67).

Em contraposição às áreas da escala bucólica que são majoritariamente incorporadas pelos edifícios residenciais, restam aquelas postas em abandono. Como na SQN 310 não há proposta urbana para a escala bucólica que a considere como um todo, quando ela não é ordenada por ações privatizantes, sofre com o abandono que gera áreas de depósito de entulho, grandes vazios residuais, e ações secundárias de cerceamento desses espaços. Um exemplo da situação relatada é uma parcela da área verde que foi delimitada com balizadores fixos e serve de estacionamento improvisado para os moradores do bloco L (figura 68).

Em que pese a desvinculação da proposta moderna e o cenário de escassa atribuição de valores culturais, há, ainda assim, resistências que buscam a afirmação de uma ambiência cotidiana. Confirmando o uso atribuído desde as primeiras décadas do CUB, foi possível observar crianças jogando futebol em um gramado localizado em área periférica da superquadra (figura 69). Nos grandes vazios residuais, configurados pela ausência dos equipamentos públicos programados, foram avistadas algumas pessoas passeando com cachorros ou atravessando a superquadra. Nessas regiões, também foi observado o plantio recente de mudas que podem, no futuro, propiciar uma malha verde mais densa e contínua, ao menos nos arredores das superquadradas, no cinturão verde, onde a ausência de garagens ainda permite o crescimento das árvores de porte.



Figura 64. SQN 310, ponto I - parque infantil cercado e colocado sob a vigilância do edifício residencial vizinho.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 65. SQN 310, ponto J - conexão entre comércio local (à esquerda) e edifício residencial no perímetro da superquadra (à direita) intermediada por parcela da escala bucólica onde deveria estar o cinturão verde.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 66. SQN 310, ponto K - passagem regular na cerca viva contínua que isola a superquadra do comércio local.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 67. SQN 310, ponto L - passagem transgressora na cerca viva contínua que isola perímetro de edifício residencial.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 68. SQN 310, ponto M - estacionamento irregular inserido em parcela da escala bucólica.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 69. SQN 310, ponto N - crianças brincando em área da escala bucólica.

Fonte: autoria própria, 2023.

3.2.3. Contrastes percebidos

Do caminhar pela escala bucólica das duas superquadras, sobressai a avaliação de que suas configurações espaciais distintas efetivamente interferem na atribuição dos valores culturais indicados por Ulpiano de Meneses (2009). A hipótese levantada, a princípio, de que na SQS 308 seria possível notar valoração mais intensa, foi confirmada. A permanência da configuração dos vazios intencionados vinculada à proposta projetual moderna propicia, além do reconhecimento histórico do lugar, a sua permanente ressignificação e valoração, sem que sejam necessárias maiores intervenções no tecido histórico.

Com arranjo paisagístico pensado para privilegiar os espaços públicos e as trocas constantes com os espaços privados da vida cotidiana, a escala bucólica da SQS 308 mantém preservado seu espírito moderno sem deixar de acolher o atravessamento do tempo mencionado por Secchi (2006) e Zevi ([1984] 2011). Dessa forma, as caracterizações formal e simbólica daqueles vazios intencionados se alimentam mutuamente e em ciclos contínuos que propiciam a atribuição expressiva dos valores cognitivo, formal, afetivo pragmático e ético, conforme verificado. Ali, a valoração atribuída indica não apenas o reconhecimento e a apropriação da escala bucólica, mas também o prevalecimento de sua preservação e conservação.

Em contrapartida, na SQN 310, o afastamento da escala bucólica dos princípios modernos atenua o caráter público e espontâneo desses espaços. Por meio da instauração de vazios intencionados demasiadamente controlados, são coibidas as ações do homem ordinário, premissa indispensável à existência da escala bucólica presente na superquadra. Como resultado do espaço privatizado, observa-se a redução do fluxo de caminhantes na superquadra e, conseqüentemente, seu esvaziamento. O enfraquecimento da ambi-

ência cotidiana torna-se visível, bem como a redução da atribuição dos valores culturais. Em outras palavras, sem o suporte do arranjo paisagístico de vinculação moderna, os ciclos contínuos de alimentação mútua das caracterizações formal e simbólica são rompidos, interferindo na atribuição dos valores culturais. Nesta superquadra mais recente há, portanto, uma maior dificuldade de preservação e conservação da escala bucólica.

Com relação a esses contrastes observados, é importante destacar que na SQN 310 a atribuição do valor ético se mostra especialmente impactada pela ausência do suporte do arranjo espacial moderno. Ao se impor a privatização e o controle paisagístico extremo dos vazios intencionados, afastam-se o uso e a participação dos múltiplos atores, fazendo com que os espaços deixem de ser amplamente significados. Com essa restrição, a diversidade cultural é substituída pela imposição de uma cultura única, que atribui valores próprios ao espaço, ignorando a existência de outras valorações não condizentes com as dela. Como resultado, obtém-se um cenário cultural enfraquecido, cuja conservação se torna limitada, haja vista a ausência dos atores.

Sobre esse aspecto, cabe retomar outro trecho do trabalho de Meneses (2009), em que se discute o terreno de disputa onde se insere o patrimônio cultural e sua valoração:

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural é um campo eminentemente *político*. Político, não no sentido partidário, mas no de polis, a cidade dos gregos, isto é, aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos.” (MENESES, 2009, p.38)

A leitura do autor vai novamente ao encontro de perspectiva recente do campo da conservação que, refletida na Carta de Burra (2013), estabelece como um princípio de conservação a coexistência de valores culturais:

Artigo 13. Coexistência de valores culturais

A coexistência de valores culturais deve sempre ser reconhecida, respeitada e encorajada. Isso é especialmente importante em casos em que eles entram em conflito.

Para alguns lugares, valores culturais conflitantes podem afetar o desenvolvimento de políticas e decisões de gestão. No Artigo 13, o termo valores culturais se refere a crenças que são importantes para um grupo cultural, incluindo, mas não se limitando a crenças políticas, religiosas, espirituais e morais. Isso é mais amplo do que os valores associados à importância cultural. (ICOMOS, 2013, p.5)

Partindo dessas premissas, constata-se, por fim, que enquanto na SQS 308 a preservação do arranjo paisagístico moderno ampara a coexistência de uma gama ampla de valores culturais atribuídos, no caso da SQN 310 a alteração da configuração formal cerceia a atribuição dos valores atingindo, assim, a conservação da escala bucólica e, em última instância, a conservação do CUB.

3.3 O cenário normativo e a conservação

Os resultados construídos a partir dos dois estudos de caso sintetizam o contexto mais amplo de conservação dos vazios intencionados das superquadras. Nota-se que, na escala residencial, a preservação da escala bucólica que a permeia tem sido garantida pela prevalência de superquadras com arranjo paisagístico semelhante ao da SQS 308. A malha verde contínua e consolidada estimula, atualmente, a atribuição dos valores culturais a este elemento urbano relevante à caracterização e identidade do CUB. Em contrapartida, é de se considerar a incidência recente e crescente de arranjos paisagísticos como o da SQN 310, que desafiam a conservação da escala bucólica, conforme observado.

Diante do cenário percebido e das análises previamente realizadas, resta discutir, a partir de relevantes instrumentos normativos vigentes, quais são as principais potencialidades e desafios a serem considerados na conservação da escala bucólica presente na superquadra. Cabe, assim, avaliar algumas das premissas que guiam as normas urbanas e patrimoniais impostas à escala bucólica presente na superquadra e averiguar como elas se correlacionam às perspectivas de reconhecimento dos valores atribuídos e, portanto, à conservação dos vazios intencionados. Ciente de que tal objetivo pode e deve ser aprofundado e desdobrado em outros estudos, o que ora se intenciona é uma reflexão introdutória e abrangente, uma vez que as análises realizadas até este momento da pesquisa tangenciam a questão.

A análise proposta é importante pois, por mais que os valores culturais sejam atribuídos a partir dos múltiplos indivíduos, as normas são usualmente feitas por entes restritos, que não necessariamente conseguem transpor suas perspectivas e expectativas individuais. Desta forma, ainda que seja indispensável reconhecer

o bem patrimonial a partir das interações culturais e das práticas urbanas que proporciona – conforme se propôs até o momento –, não há como desconsiderar os impactos do arcabouço legal, que formalmente rege as superquadras e sua escala bucólica.

Exposta a justificativa, o que se propõe a seguir é alcançar o objetivo posto a partir do desenvolvimento de dois tópicos sendo o primeiro referente aos desafios percebidos, e o segundo referente às potencialidades identificadas. Ao longo desses dois tópicos serão abordados principalmente quatro instrumentos normativos que incidem no CUB, a saber:

- Portaria IPHAN nº 166/2016 (revisada em 2018), que complementa e detalha, a partir da Portaria nº 314/1992, definições e critérios para intervenção no CUB;

- Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, instrumento distrital central que visa instituir política de preservação, planejamento e gestão do CUB;

- Lei Complementar nº 755/2008, que define critérios para ocupação de área pública no Distrito Federal mediante concessão de direito real de uso e concessão de uso, para as utilizações que especifica;

- Decreto nº 39.690/2019, que regulamenta o programa Adote uma Praça (Lei nº 448, de 19 de maio de 1993) instituído pelo Governo do Distrito Federal, e dispõe sobre a adoção de praças, jardins públicos e balões rodoviários, por entidades e empresas e dá outras providências.

Os dois primeiros instrumentos referidos, Portaria IPHAN nº 166/2016 e Projeto de Lei Complementar do PPCUB⁵⁸, são abordados por se tratar das normativas centrais de gestão e preservação do CUB, especificamente relacionadas ao reconhecimento patrimonial e à conservação do conjunto tombado. O terceiro instrumento, a Lei Complementar nº 755/2008, apesar de abordar áreas além do perímetro do CUB, incide diretamente nele normatizando, dentre outros elementos, avanços de garagens sobre área pública, o que atinge diretamente os vazios intencionados das superquadras, conforme será visto. Por sua vez, o quarto instrumento citado, o Decreto nº 39.690/2019, é abordado por se tratar de uma iniciativa recente, que ainda falha ao potencializar, assim como a Lei Complementar nº 755/2008, uma das principais dificuldades relacionadas à conservação da escala bucólica presente na superquadra: o crescente domínio de interesses particulares sobre os vazios intencionados. Este e outros desafios serão destrinchados a seguir.

3.3.1. Dos desafios

Para se abordar os desafios relacionados ao arcabouço legal e conservação da escala bucólica presente nas superquadras, parte-se primeiramente da minuta do Projeto de Lei Complementar do PPCUB. Esse instrumento distrital, que vem sendo elaborado há mais de uma década, deverá ser o principal instrumento de preservação, planejamento e gestão da área tombada da cidade. Trata-se de um documento com 61 páginas complementado por 15 anexos contendo mapas, quadros de bens culturais tombados, planilhas de

⁵⁸ A versão atual da minuta do PPCUB, utilizada neste trabalho, é de 2020 e está disponível para consulta em <https://www.seduh.df.gov.br/proposta-do-plc-do-plano-de-preservacao-do-conjunto-urbanistico-de-brasilia-ppcub/>.

parâmetros urbanísticos e de preservação, dentre outros materiais. Segundo o Art. 3 da minuta do projeto de lei, o PPCUB visa “resguardar a singularidade da concepção urbanística e da paisagem urbana de sua área de abrangência e o ordenamento do território para o exercício das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”.

A respeito da escala bucólica, é possível identificar que, apesar da minuta do PPCUB reconhecer no conjunto tombado o princípio da cidade-parque, não estabelece detalhamentos aprofundados a respeito dos vazios intencionados e suas características a serem preservadas. De modo geral, os dispositivos que tratam dessa escala aparecem dispersos em diferentes pontos da proposta de lei. Junto disso, nota-se refletido no PPCUB a discussão previamente feita nesta dissertação acerca da complexidade da delimitação do conceito de escala bucólica. Tal fragilidade está possivelmente associada à ausência, na minuta do PPCUB, de um entendimento mais crítico acerca da caracterização formal e simbólica da escala bucólica. Assim, o instrumento tende a repetir parcialmente o discurso histórico, que vincula a escala bucólica à sua imagem projetual idealizada por Lucio Costa.

No caso dos vazios intencionados presentes nas superquadras, por exemplo, o PPCUB repete, em seu Art. 20, inciso V⁵⁹, o entendimento consagrado de que os cinturões verdes são indispensáveis à caracterização da escala bucólica. Apesar de ser importante tal reconhecimento, o instrumento não se atenta para a consolidação real dessas massas verdes que, conforme visto, extrapolam a delimitação rígida inicialmente pensada para o cinturão. Reforçando essa

59 O Art. 20 da minuta do PPCUB afirma que “São elementos fundamentais e indispensáveis para a leitura da Escala Bucólica e para sua preservação: (...) V – os cinturões verdes que emolduram as superquadras”.

leitura vinculada ao plano e não à configuração urbana consolidada, o PPCUB, em seu Art. 58, inciso V, estabelece a “preservação da faixa verde de emolduramento *non aedificandi* das superquadras, com largura estabelecida em vinte metros, provida de densa arborização em renque duplo”, ignorando a organicidade da forma do cinturão.

Em contrapartida, essa versão de 2020 da minuta de lei apresenta avanços quando comparada à versão anterior de 2017. Com relação às árvores que transbordam do cinturão verde para o interior da superquadra, observa-se que a minuta atual, em seu Art. 58, inciso VI⁶⁰, reconhece de certo modo a importância desses espécimes ao vedar suas supressões. O avanço pode estar relacionado ao esforço, nessa última versão, de sintetização do instrumento, o que ajuda a retomar a noção global do CUB evitando fragmentações e distorções a respeito de seus atributos principais. Cabe esclarecer, no entanto, que a minuta corrente do PPCUB ainda guarda correlações robustas com aquela versão de 2017, o que interfere em sua adequação e compatibilidade com a conservação do conjunto tombado.

Em *O Mundo das Miudezas*, Holanda (2017) comenta, se referindo especificamente à versão de 2017 do PPCUB e ao processo de aprovação do instrumento, como as diretrizes legais ali especificadas não garantiam efetivamente a preservação da cidade tombada. A interpretação do autor leva a crer que a miríade de artigos compilados na proposta de

60 O Art. 58 da minuta do PPCUB estabelece que: “As diretrizes para preservação dos valores do TP2 são: (...) VI – preservação da permeabilidade do solo e da arborização no interior das superquadras, com controle da ocupação do subsolo vinculado às projeções, vedada a supressão de espécies arbóreas, exceto aquelas que coloquem em risco a segurança ou que interfiram no projeto urbanístico da superquadra”.

lei resultou em um documento que preservava não os valores culturais efetivamente atribuídos à cidade, mas posturas urbanas fragmentárias e facilmente associáveis a modelos modernos puros. Assim, pode-se inferir da crítica do autor que o discurso da versão de 2017 do PPCUB refletia não aspectos simbólicos ligados ao reconhecimento identitário da cidade efetivamente existente, praticada e valorada, mas aspectos estritamente formais – ainda assim isolados – justificados por uma interpretação socialmente excludente, urbanisticamente anacrônica e afetivamente empobrecida dos atributos relevantes à caracterização do CUB.

Das leituras da antiga versão da minuta do PPCUB, de 2017, e da versão corrente, de 2020, conclui-se, em concordância com a crítica de Holanda (2017), que o PPCUB falha ao não considerar os espaços “entre edifícios” – ainda que se reconheça avanços entre uma versão e outra do instrumento normativo. Ao propiciar projetos que seguem “esvaziando o âmbito público de transições entre fechado e aberto”, o instrumento legal impede as necessárias conexões entre as partes da cidade que lhe dão a coesão urbana. Segundo Holanda (2017), a perspectiva urbana do PPCUB propicia “esquemas introvertidos”, onde fragmentos da cidade são pensados e regulamentados sem uma consciência mais abrangente acerca do todo, não considerando a cidade enquanto um único organismo vivo.

A leitura do PPCUB permite assimilar a percepção de Holanda (2017) e faz crer que o instrumento efetivamente não considera a articulação das partes da cidade. Ao se concentrar em fragmentos, desconsidera a rua e as práticas sociais que garantem o significado do organismo urbano. Segundo Holanda, o PPCUB foca em “miudezas” físicas de parcelas urbanas e desconsidera o homem ordinário cujas iniciativas estão “sempre a reinventar a cidade mediante fascinantes ‘fissuras urbanas’ na ordem hegemônica” (HOLANDA, 2017, p.2). No caso dos vazios intencionados presentes nas super-

quadras, esse problema é notado quando se identifica a comentada intenção de proteção de um cinturão verde idealizado que não corresponde à realidade do bem.

Outro exemplo da limitação mencionada do PPCUB é a escassez de diretrizes preocupadas em garantir o uso público, diversificado e qualificado desses vazios intencionados. Se por um lado a minuta estabelece como diretrizes gerais para o espaço público do CUB o livre acesso à escala bucólica e a vedação à privatização das áreas verdes⁶¹; por outro, quando detalha planos para as superquadras, estabelece a elaboração de projetos paisagísticos para “criação de ambientes de estar no seu interior”⁶² a partir de iniciativa pública ou privada, sem especificar parâmetros como a preservação do livre acesso ou a necessidade de um arranjo paisagístico que estimule a interação e apropriação daquelas áreas verdes pelos diferentes usuários. Ou seja, se no discurso amplo o PPCUB persegue a configuração de superquadras como a SQS 308, quando especifica as diretrizes permite arranjos paisagísticos como aquele identificado na SQN 310.

61 O Art. 23 da minuta do PPCUB estabelece que “As intervenções nos espaços públicos devem considerar a sua importância para a escala bucólica do plano urbanístico de Brasília, mantendo seu uso público e garantindo o livre acesso à população. (...) Parágrafo único: Os projetos de intervenção nas áreas verdes do CUB devem priorizar o interesse público, sendo vedada a sua privatização”.

62 O Art. 59 da minuta do PPCUB estabelece que: “Os planos, programas e projetos específicos para o desenvolvimento do TP2 compreendem: I – proposição de diretrizes para a elaboração de projetos de paisagismo, de iniciativa pública ou privada, nas Superquadras, visando à criação de ambientes de estar no seu interior, bem como ao tratamento dos passeios, parques infantis, equipamentos esportivos, estacionamentos e mobiliário urbano e à consolidação da faixa verde de emolduramento non aedificandi com o plantio de árvores de grande porte e copa densa”.

Apesar de não serem diretamente mencionados no texto crítico de Holanda (2017), os vazios intencionados presentes nas superquadras estão inseridos no panorama do CUB descrito por ele, em que o homem ordinário e suas mobilizações simbólicas não são adequadamente considerados em normativas que deveriam garantir a preservação do bem. Para esses vazios, o problema se mostra particularmente agravado, haja vista seu propósito espacial, que se vincula à promoção das manifestações imateriais. A caracterização formal e simbólica da escala bucólica, que se distancia dos “esquemas introvertidos” mencionados por Holanda, a exclui das normativas que se referem principalmente a materialidades idealizadas, modelos utópicos hegemônicos.

Além do PPCUB, outras normativas vigentes incidem sobre a área tombada partindo de princípio semelhante, isto é, subjugando as potencialidades urbanas e valores atribuídos aos espaços entre edifícios. É exemplo o programa *Adote uma Praça*, regulamentado no Distrito Federal em 2019, por meio do Decreto nº 39.690/2019. O instrumento trata da “celebração de termos de cooperação entre o Distrito Federal e particulares interessados em realizar benfeitorias e manutenção em mobiliários urbanos e logradouros públicos, promovendo melhorias urbanas, culturais, sociais, tecnológicas, esportivas, ambientais e paisagísticas” (DISTRITO FEDERAL, 2019). Sua instituição não é inédita no país, o programa vem sendo adotado e adaptado em diferentes cidades⁶³ conforme demandas próprias e em

63 São exemplos de cidades que possuem programas semelhantes ao *Adote uma Praça* instituído no Distrito Federal: Recife, onde o *Projeto Adote uma Praça* foi instaurado na década de 1990, passando a se chamar *Programa Adote o Verde* em 2001, quando ampliou o leque de áreas públicas sujeitas à concessão. (CÂNDIDO, 2009); Curitiba, onde um conjunto de leis favoráveis às PPPs culminou na realização do *Programa de Adoção de Logradouros Públicos no Município de Curitiba* em 2013 (ROSANELI, 2021); e Salvador, que em 2013 regulamentou o *Projeto Verde Perto*, com forte apelo ambiental (ARAÚJO, 2016).

consonância com a política urbana vigente, que favorece as parcerias público-privadas por meio da Lei Federal nº 11.079 (BRASIL, 2004).

É curioso notar, a princípio, que o próprio nome do projeto parece incompatível com a área tombada do CUB uma vez que “praça” é, segundo o “Dicionário da Arquitetura Brasileira” um “lugar público, cercado de edifícios e ruas por todos os lados” (CORONA; LEMOS, 1989), configuração incomum para o traçado urbano moderno. Apesar do Decreto nº 39.690/2019, que regulamenta o programa *Adote uma Praça*, esclarecer que a possibilidade da adoção de áreas públicas vai muito além da “praça”, a escolha da palavra no título revela o que pode ter sido a intenção original do programa: conceder a manutenção de espaços públicos fisicamente bem delimitados que normalmente correspondem a porções contidas e cercadas das cidades, o que é precisamente o oposto dos espaços públicos do CUB.

A leitura dos objetivos expressos no decreto faz supor que haja uma correspondência do *Adote uma Praça* com o urbanismo tático, que propõe uma maior adesão comunitária às tomadas de decisão urbanas, tornando os espaços mais democráticos e acessíveis. Assim registra-se no corpo do decreto que:

Constituem objetivos do Programa Adote uma Praça:

I - qualificar, requalificar, embelezar e conservar os mobiliários urbanos e os logradouros públicos

II - promover ações urbanas comunitárias visando desenvolver o senso de pertencimento e a qualidade de vida da população local;

III - promover marcos urbanos por meio da dinâmica de utilização dos logradouros públicos com consequente aumento da segurança;

IV - desenvolver o conceito de responsabilidade social e de meio ambiente consciente;

V - estimular a comunidade a apresentar propostas que atendam suas demandas e expectativas para o local e para o Distrito Federal;

VI - alcançar a função social da cidade, com ética urbana, proteção do ambiente urbano e promoção da qualidade de vida. (DISTRITO FEDERAL, 2019, Art. 2º)

Apesar dos objetivos expressos no decreto apontarem para a gestão comunitária e democrática, a leitura integral e atenta do texto indica aberturas que propiciam especialmente a especulação e privatização dos vazios intencionados do CUB. O uso de generalizações desatentas no Decreto nº 39.690/2019 não dá conta das especificidades do traçado urbano moderno, o que favorece a exploração sem contrapartidas de participações comunitárias e preservação do bem cultural. Em seu Art 1º, § 2º, por exemplo, o Decreto nº 39.690/2019 elege uma ampla gama de áreas sujeitas ao programa: “as áreas verdes, os parques, os jardins, as praças, as rotatórias, os canteiros centrais de avenidas, os pontos turísticos, os monumentos e outros espaços e bens de propriedade do Distrito Federal colocados ao uso da comunidade”.

Assim, ao passo que amplia a possibilidade do uso do programa *Adote uma Praça* o decreto não se preocupa em alertar so-

bre qualquer especificidade desses espaços tombados. Observa-se a mesma generalização descuidada na Seção III do documento, onde ficam estabelecidas as “modalidades” de intervenção:

I - cooperação com responsabilidade pela manutenção: obras de reparo, aquisição de material e prestação de serviços de mão de obra necessários para a conservação e manutenção;

II - cooperação com responsabilidade pela realização de benfeitorias: serviços de requalificação e embelezamento de espaços públicos, bem como implantação ou substituição de mobiliários urbanos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 41335 de 14/10/2020)

III - cooperação com responsabilidade por projeto sociocultural: elaboração de propostas e implementação de serviços e ações culturais, sociais, tecnológicas, esportivas e ambientais;

IV - cooperação com responsabilidade total: corresponde às modalidades I a III deste artigo, que devem ser executadas conjuntamente. (DISTRITO FEDERAL, 2019, Art. 10º)

É compreensível que o decreto busque abranger diferentes situações e que evite dispositivos excessivamente restritivos de modo a facilitar a aplicabilidade do programa proposto às áreas de interesse. Contudo, não fazer uso de dispositivos patrimoniais em uma proposta urbana que atinge extensivamente a escala

bucólica, evidencia uma incompatibilidade incontornável entre o instrumento normativo e a conservação do atributo valorado.

Das modalidades de intervenção transcritas acima, apenas a primeira apresenta algum vínculo direto com a questão patrimonial, ainda assim, a redação indica maior relação com a conservação e manutenção de áreas construídas que comprometimento com os vazios intencionados. Já as demais modalidades, não apenas ignoram a questão patrimonial como podem incentivar intervenções que tendem a cercear o espaço público, ainda que haja no decreto previsões de vedação:

É vedado ao particular, mediante a realização das benfeitorias urbanas avançadas, conferir qualquer outra utilização ou destinação ao bem público que não esteja condizente com sua natureza, suas características urbanísticas, paisagísticas e ambientais, não podendo viabilizar, promover ou realizar eventos de qualquer natureza, sem a expressa autorização da Administração Regional, na forma da legislação vigente.

[...]

§ 1º Fica garantido o livre acesso ao bem público de uso comum do povo, objeto do termo de cooperação, sem qualquer prejuízo a seu uso regular de acordo com sua natureza e destinação, as quais não podem ser alteradas.

§ 2º A celebração do termo de cooperação não gera qualquer direito ao particular quanto à

exploração comercial dos mobiliários urbanos ou logradouros públicos objetos do termo de cooperação. (DISTRITO FEDERAL, 2019, Art. 13º)

Diante de restrições genéricas, a amplitude e pouca especificidade do programa favorece a descaracterização da escala bucólica. Nas regiões fronteiriças das superquadras, onde o cinturão verde – parte da escala bucólica – encontra o comércio local, proprietários de negócios privados têm feito uso do programa *Adote uma Praça* para gerir parcelas dos vazios intencionados vizinhos. As intervenções muitas vezes não se limitam à manutenção dos espaços, resultam na incorporação da área pública ao negócio privado. Utilizando artifícios variados permitidos pelo programa, restringem essas áreas destituindo forçosamente a *intenção de diversidade* típica desses espaços. O que era vazio intencionado se torna uma extensão do negócio privado.

Com a aplicação do *Adote uma Praça*, a configuração dos vazios intencionados passa a receber legalmente diversos elementos estranhos à sua natureza orgânica e participativa. Na Asa Sul, onde o comércio local possui configuração mais fiel ao plano moderno, os resultados das adoções parecem mais evidentes (figuras 70, 71, 72 e 73), uma vez que os limites formais e simbólicos originalmente estabelecidos entre as áreas privada e pública são mais suaves. Nos vazios intencionados que tocavam diretamente as fachadas posteriores dos blocos comerciais, são inseridos, dentre outros elementos, cercamentos com vegetação ornamental, mobiliários de uso exclusivo dos estabelecimentos privados, estruturas fixas que limitam o acesso e privatizam o espaço – situação que se relaciona àquela identificada no caso da SQN 310.

Os resultados das descaracterizações associadas a privatizações podem ser observados nas fotografias disponibilizadas no

próprio site oficial do programa *Adote uma Praça*⁶⁴, que tem por objetivo publicizar e informar sobre as PPPs já realizadas. A incorporação à plataforma governamental das imagens que revelam imediatamente as descaracterizações indica que a administração pública está ciente dos resultados e os aprova. Essa postura do gestor público perante os vazios intencionados se assemelha, portanto, àquela adotada no PPCUB, de não considerar os espaços “entre edifícios” e reforçar “esquemas introvertidos”.

A privatização instituída pelo programa *Adote uma Praça* termina por reforçar uma tendência apontada por Solórzano e Palazzo (2020). Segundo os autores, é possível observar nas superquadras o início de um processo de reversão lógica urbanística do CUB em que “as oportunidades e demandas atinentes às próprias edificações adquirem a capacidade de determinar a configuração e apropriação do espaço público” (SOLÓZANO e PALAZZO, 2020, p. 121). Os autores ressaltam que a interferência privada sobre os espaços públicos poderia ter um efeito positivo caso não alterasse o caráter público dos espaços; entretanto, registram que isso não é o que usualmente acontece.

Assumindo premissas comparáveis àquelas observadas nos casos do PPCUB e do programa *Adote uma Praça*, as diferentes versões do Código de Obras do Distrito Federal⁶⁵ adotaram historicamente postura normativa que tende a consentir expansões pri-

64 <https://www.adoteumapraça.df.gov.br/>

65 São cinco as versões do Código de Obra do Distrito Federal que estiveram vigentes até o presente, sendo a primeira de 1960 e a última de 2018. A descrição das alterações que foram sendo permitidas a cada versão do instrumento normativo está detalhada no texto de Sylvia Ficher et al (2003), onde se constata o processo histórico de avanços do domínio privado sobre o público. A versão do Código de Obras de 2018, apesar de não abarcada no texto de Ficher, permanece perpetuando o processo de alastramento dos espaços privados nas superquadras.



Figura 70. S. Áreas verdes no SQS/CLS 108 ocupada por parque infantil do restaurante vizinho.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 71. Áreas verdes no SQS/CLS 108 ocupadas com container, deck coberto e mobiliário do restaurante vizinho.

Fonte: autoria própria, 2023.



Figura 72. Trecho do cinturão verde da SQS 116 cercadas com paisagismo ornamental e ocupada com mobiliário do restaurante vizinho.

Fonte: adoteumapraca.df.gov.br | Autoria: Governo do Distrito Federal, 2022.



Figura 73. Trecho do cinturão verde da SQS 116 pavimentado para uso privado do restaurante vizinho.

Fonte: adoteumapraca.df.gov.br | Autoria: Governo do Distrito Federal, 2022.

vadas sobre os vazios intencionados das superquadras, conforme demonstrou o estudo de Sylvia Ficher et al (2003). Segundo apontado anteriormente⁶⁶, ao longo das décadas os edifícios residenciais das superquadras têm “engordado” em razão das alterações legais verificadas no Código de Obras. Assim, da forma retangular pura implantada nas superquadras das primeiras décadas da cidade – a exemplo da SQS 308 –, passaram a dominar, em quadras recentes, blocos incorporando sempre mais varandas e garagens – a exemplo da SQN 310. A permissão legal de se conceder áreas dos vazios intencionados aos blocos privados espelha, novamente, a desconsideração pelos valores atribuídos a eles.

As adições legalmente permitidas propiciam uma outra formação espacial que, sendo mais austera, não permite performar com plenitude atividades cotidianas tradicionalmente desempenhadas e historicamente consolidadas. Conforme visto nos estudos de caso da SQS 308 e SQN 310, no lugar dos bosques orgânicos, onde regulações paisagísticas parecem despreziosamente casuais, surgem jardins ornamentais evidentemente regulados. Por consequência, a configuração espacial, perceptivamente mais desregada, é substituída por uma outra claramente formal. Dos espaços convidativos à apropriação pelo homem comum, surgem áreas controladas, restritas às ações de alguns.

Para além das questões do Código de Obras, detidamente abordadas por Sylvia Ficher et al (2003), outro exemplo representativo de normativa vigente que propicia o domínio privado sobre os vazios intencionados das superquadras é a Lei Complementar nº 755/2008. Preocupado em regulamentar a ocupação de áreas públi-

⁶⁶ Ver o subitem “Meados de 2010: apropriação e pertencimento” inserido em “2.2. Caracterização formal e interpretação simbólica.

cas no DF, o instrumento aborda, dentre outros temas, as construções e expansões de garagens vinculadas aos edifícios residenciais, inclusive aqueles das superquadras. Sem maiores distinções, a lei permite o alastramento de garagens sob as áreas da escala bucólica que circundam os edifícios da escala residencial do CUB:

Será admitida a ocupação por concessão de direito real de uso não-onerosa, com finalidade urbanística, nos termos e condições definidos nesta Lei Complementar e em sua regulamentação, nas seguintes áreas públicas do Distrito Federal:

I - em subsolo, para garagem vinculada a edificações residenciais; (DISTRITO FEDERAL, 2008, Art. 4º)

Mais adiante, observa-se no corpo da lei uma marcação de cuidado e cautela com característica reconhecida daquela escala bucólica. Em seu Art. 8º, § 3º, inciso III, fica estabelecida a vedação ao avanço das garagens sobre a faixa *non aedificandi* das superquadras. Ao passo que se estabelece alguma preocupação com a conservação da escala bucólica presente nas superquadras, fica evidente que, mais uma vez, o instrumento normativo reconhece mecanicamente o plano idealizado de Lucio Costa ao posto de abordar o atributo efetivamente constituído e valorado. Como resultado, o mesmo Art. 8º que preserva o cinturão verde, estimula a supressão de árvores no interior da superquadra ao estabelecer que:

A construção de garagem em subsolo, em projeção destinada a habitação coletiva ou hospedagem, obedecerá aos limites da projeção registrada em cartório, admitindo-se, excepcio-

nalmente e por motivos técnicos devidamente fundamentados, a serem aprovados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a ocupação em área pública em subsolo, quando terá o limite máximo de cento e cinquenta e cinco por cento da área de projeção registrada em cartório.

§ 1º O percentual fixado no caput poderá ser aumentado em hipóteses especiais, em que a logística necessária para permitir o perfeito funcionamento da garagem e a quantidade de vagas exigida pela legislação específica o justifique, devendo a ocupação ser precedida, nesses casos, por estudos técnicos aprovados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (DISTRITO FEDERAL, 2008, Art. 8º)

Ou seja, ao permitir os avanços de garagens sobre a área pública, a Lei Complementar nº 755/2008 promove indiretamente a retirada de árvores, uma vez que a construção dessas estruturas, ainda que subterrâneas, exige a remoção do solo durante a execução das obras.

Mesmo que o Art. 8º mencione um caráter excepcional para a implementação de avanços de garagens sobre a área pública, o que se observa na prática é o alastramento do uso dessa ferramenta. Como a excepcionalidade não é bem delimitada e justificativas técnicas são facilmente construídas – a exemplo da alegação da necessidade de se atender o número mínimo de vagas de estacionamento estabelecido pelo Código de Obras – os avanços das garagens, quando solicitados, são facilmente aceitos pela administração pública. Nos

vazios intencionados das superquadras, o resultado dessas expansões construtivas é o surgimento de “furos” na malha urbana verde que permeia a escala residencial do CUB.

Na figura 75, a alteração provocada pelas garagens é evidenciada por meio do confronto de dois registros fotográficos aéreos realizados em momentos distintos: antes e após expansões de garagens de edifícios da SQS 210, respaldados pela Lei Complementar nº 755/2008. Enquanto a imagem de 2010, revela uma malha verde contínua de árvores de grande porte, a imagem de 2020 expõe os “furos” (indicados pelas setas amarelas) decorrentes das construções sob os vazios intencionados. Observa-se que os dois registros foram feitos em período semelhante do ano, o que permite a verificação mais precisa do impacto.

Com os avanços das garagens, torna-se evidente a supressão das árvores de grande porte. Assim, os descampados que passam a caracterizar a paisagem urbana destoam da configuração usual verificada nos vazios intencionados das superquadras. A reconhecida e valorada continuidade da massa verde composta por árvores de grande porte é prejudicada. Da alteração verificada, passa a prevalecer o contraste previsto no plano idealizado de Lucio Costa: nas bordas da superquadra, a presença do cinturão verde marcado pelos renques contínuos de árvores de grande porte, já nos vazios intencionados localizados em regiões mais internas das superquadras, arranjo paisagístico marcado por árvores mais espaçadas que abrem espaços para gramados e jardins rasteiros.

Além das expansões de garagens interferirem na paisagem valorada da escala bucólica, mostram-se intervenções irreversíveis, uma vez que a camada de terra que resta sobre a laje das garagens não é adequada ao crescimento das raízes das árvores de grande porte. Ou seja, tais construções, endereçadas ao interesse privado

de alguns residentes, terminam por atingir as áreas públicas, os vazios intencionados, que deixam de contar permanentemente com as árvores e, conseqüentemente, com o caráter bucólico dos bosques. Ao impossibilitar o crescimento dessa vegetação de porte, as novas e expandidas garagens terminam por reforçar a instauração de jardins ornamentais como aqueles percebidos na SQN 310. Em suma, a permissão legal desses avanços privados sob a escala bucólica ignora a atribuição dos valores culturais e prejudica a conservação do bem.

O resultado de intervenções do tipo não seria tão relevante caso a possibilidade de incidência fosse restrita às superquadras mais recentes, uma vez que elas são minoria quando comparadas àquelas mais antigas. Todavia, não é o que se verifica. A Lei Complementar nº 755/2008 permite a construção de novas garagens (e a expansão de antigas) em todas as superquadras do CUB⁶⁷. Portanto, caso a concessão passe a ser adotada em número significativo dos blocos residenciais mais antigos – e já vem sendo adotada em alguns – o resultado será uma reconfiguração espacial generalizada da escala bucólica não pautada nos valores atribuídos, mas na imposição normativa que possibilita descaracterizações por particulares.

A inserção de “furos” na malha verde das superquadras resultaria na alteração da sua configuração espacial, aproximando-as da disposição urbana percebida nas quadras do Noroeste (figura 75). Esse setor residencial de Brasília foi construído pos-

67 Em um de seus artigos fica estabelecido que: “A ocupação disposta neste artigo poderá ser aplicada em edificações já construídas, sem subsolo ou com subsolo parcialmente utilizado, desde que elas possuam carta de habite-se” (DISTRITO FEDERAL, 2008, Art. 8º, § 2º).



abril de 2010



abril de 2020

Figura 74. Antes e depois das intervenções na SQS 210.

Fonte: elaboração própria a partir de imagens de satélites extraídas do Google Maps, 2021.



Figura 75. Vista aérea da quadra SQNW 108, localizada no Noroeste.

Fonte: Google Maps, 2021.

teriormente⁶⁸ e possui características físicas que se assemelham às superquadras, principalmente àquelas construídas mais recentemente. São áreas aproximadamente quadrangulares com blocos residenciais “engordados” de seis pavimentos sobre pilotis, permeados por grandes áreas livres. Apesar das similaridades, a caracterização simbólica dos dois espaços é perceptivelmente diversa.

Com a ausência da malha contínua de árvores de grande porte, a escala bucólica se torna outro elemento que não possui as mesmas intenções e propósitos que os vazios intencionados das superquadras. Aliás, no caso do Noroeste, é possível compreender um pouco da crítica de Zevi ([1960] 2012) à paisagem árida percebida na Brasília de 1960 marcada pela “maré dos superblocs”. A falta da malha arbórea e a presença dos jardins ornamentais levam a áreas verdes que não convidam os trabalhadores ao descanso, não favorecem as brincadeiras das crianças, não estimulam as reuniões de grupos comunitários e não permitem a colheita de frutas.

Resgatando novamente Certeau (2014), é possível dizer que os desafios até aqui descritos acerca da caracterização simbólica dos vazios intencionados nas superquadras se relacionam à reflexão dicotômica da *tática e estratégia*. Desde *Brasília Revisitada 1985/87*, que fundamentou os tombamentos do CUB, até o PPCUB, que ainda se encontra em processo de aprovação, observa-se um descompasso persistente entre os vazios intencionados valorados e as normas que os regem. Em um processo de contínua racionalização

⁶⁸ O setor Noroeste foi previsto por Lucio Costa desde *Brasília Revisitada 1985/87* (1987), quando o urbanista teve a oportunidade de determinar a forma de adensamento e expansão urbana da cidade. Apesar da previsão desde 1987, o setor só foi efetivamente projetado posteriormente, com o início da construção datando de 2009. Para informações mais aprofundadas sobre o setor, consultar Januzzi (2016).

do espaço, os instrumentos legais (*estratégias*) continuam a reprimir ou ignorar as ações do homem comum (*táticas*), que são indispensáveis à própria identidade cultural e significância da escala bucólica.

3.3.2. Das potencialidades

A imagem desértica de Brasília registrada por Zevi ([1960] 2012) se mostra tão desvinculada da identidade das superquadras atuais que a recente Portaria IPHAN nº 166/2016 procurou vedar a implantação e avanços de garagens quando a intervenção demandar a supressão de árvores além da projeção do edifício residencial. Assim, ficou estabelecido que “*a implantação de garagens subterrâneas além dos limites da projeção não poderá suprimir árvores ou reduzir o percentual de áreas verdes da superquadra*” (art. 32, I, § 1º) – proposta que, conforme visto, aparece de forma semelhante na versão mais recente do PPCUB. O documento normativo informa também que a vedação visa a preservação da “*paisagem urbana integrada à natural, mantendo-se a relação predominante dos espaços não edificadas sobre os construídos, com amplas áreas verdes, livres e arborizadas, que definem o caráter de cidade-parque*” (art. 14, VII).

A vedação estabelecida na normativa patrimonial pode ser indicativo de que está em curso – na contramão do que usualmente se percebeu ao longo do processo histórico – um esforço de admissão legal da configuração efetivamente consolidada e reconhecida da escala bucólica na superquadra. A previsão de proibição da supressão de árvores não apenas no cinturão verde, mas em toda a escala bucólica da superquadra, indica ainda que a histórica vinculação legal do CUB ao plano idealizado de Lucio Costa pode estar sendo, enfim, superada para assumir os valores efetivamente atribuídos ao bem.

Ao estabelecer a diretriz de não se cortar árvores, a portaria busca garantir a perpetuação dos vazios intencionados e de seu arranjo bucólico em detrimento de interesses individuais e implantação de jardins ornamentais visivelmente controlados. A norma resiste ao processo denunciado por Solórzano e Palazzo (2020) de inversão da lógica urbana causada por ações de privatização dos espaços públicos. Ao impedir tal processo, preserva-se a *caracterização formal* e, indiretamente, a *caracterização simbólica* da escala bucólica, uma vez que uma maior integridade do espaço permite as apropriações espontâneas pelo homem ordinário e a atribuição dos valores culturais conforme verificado no caso da SQS 308.

A nova interpretação normativa trazida pela Portaria IPHAN nº 166/2016 certamente demandou, além da desmistificação do modelo urbano, a consideração pelos valores atribuídos à forma espacial consolidada da escala bucólica. Ao olhar o CUB e rever diretrizes impostas pelo ideal moderno utópico, a norma se atualiza e considera a efetiva prática da cidade, o atravessamento do tempo, as múltiplas apropriações que fizeram do espaço um bem cultural valorado. Tal perspectiva remete, uma vez mais, a Certeau (2014) que, ao se referir à cidade, afirma:

se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais a remontar àquilo que o projeto urbanístico excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e combinam fora do poder panóptico. (CERTEAU, 2014, p. 161)

A verificação da modernização da Portaria IPHAN nº 166/2016 no sentido de recepcionar os “movimentos contraditórios” é importante pois favorece a apropriação e valorização da escala bucólica.

Em que pese aos desafios no âmbito normativo destacados anteriormente, a perspectiva de proteção e reconhecimento da caracterização formal da escala bucólica na superquadra tende a intensificar o recente cenário propício ao fortalecimento da sua caracterização simbólica. Ou seja, se de um lado se observam as privatizações de parcelas dos cinturões vizinhos aos comércios locais e a instituição de jardins ornamentais, de outro se registra, conforme os dados levantados, uma crescente apropriação cotidiana dos vazios intencionados nas superquadras em que a malha verde contínua e o caráter bucólico prevalecem.

Outros instrumentos legais têm apoiado o fortalecimento das caracterizações formal e simbólica desses vazios intencionados. A Novacap, por exemplo, tem reafirmado seu compromisso com o plantio de árvores no DF, inclusas as áreas verdes das superquadras. Por meio do Plano Anual de Arborização, é prometido o plantio de 100 mil árvores no DF entre 2022 e 2023⁶⁹. A medida, além de favorecer o arranjo paisagístico dos bosques, contribui para a permanência do hábito da colheita urbana, uma vez que parte dessas árvores são frutíferas. Ou seja, reforça a prática daqueles que percorrem cotidianamente os vazios intencionados na expectativa do encontro fortuito com as árvores carregadas de amoras, mangas e abacates, dentre outros.

⁶⁹ As informações mencionadas estão disponíveis em: DISTRITO FEDERAL. **Plano Anual de Arborização da Novacap plantará 100 mil árvores**. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, [s.d.].

A prática da colheita urbana, recorrente nas cenas brasilienses, não se restringe apenas aos habitantes das superquadras, alcança os múltiplos caminhantes que percorrem esses espaços em seus deslocamentos diários. O reconhecimento do vínculo comunitário com as árvores frutíferas tem sido refletido ainda em publicações como o *Novo guia de Brasília* (BILÁ, 2014), que destacou como uma das atrações da cidade essas árvores frutíferas e produziu um mapa (figura 76) com sua localização para que os turistas pudessem encontrá-las. Posteriormente, um grupo de brasilienses criou o aplicativo colaborativo Fruit Map⁷⁰ com intuito semelhante ao do mapa de Bilá (2014), localizar as árvores frutíferas para facilitar seu encontro por parte dos caminhantes. Apesar do aplicativo alcançar estados além do DF, é simbólico que tenha surgido em Brasília.

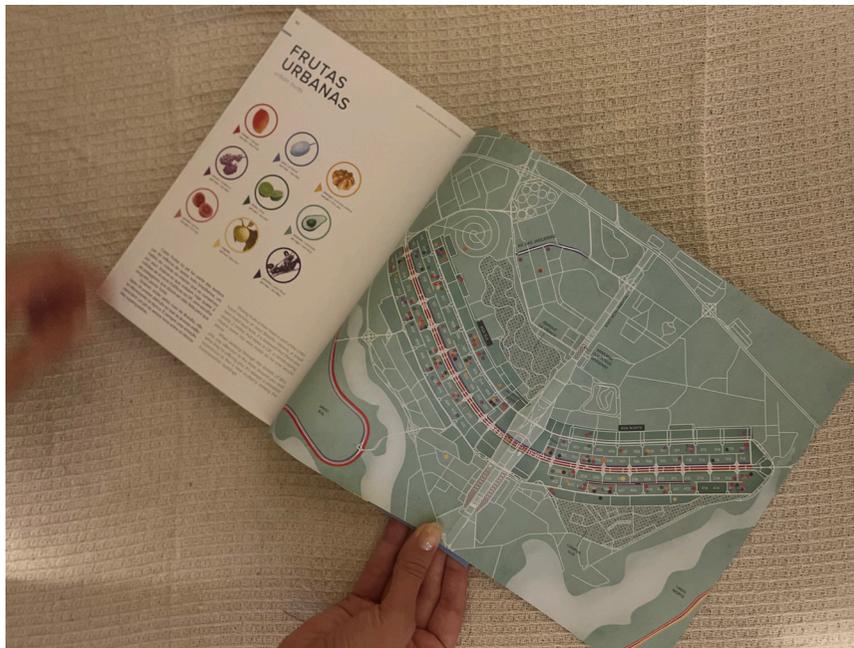
O plantio de árvores do Cerrado nas superquadras também é uma diretriz que vem sendo reforçada ao longo dos anos e que auxilia na conservação da escala bucólica. Ao passo que essas árvores são inseridas no CUB, amplia-se o contato com o bioma típico da região e, complementarmente, auxilia-se na preservação do arranjo paisagístico dos vazios intencionados das superquadras. Conforme averiguado, o plantio de espécies variadas ao longo das décadas indica que historicamente não há definições rígidas a respeito dessa escolha. O fundamental é que as espécies selecionadas tenham a capacidade de manter a malha verde contínua de árvores de porte, o que possibilita a atribuição dos valores culturais conforme averiguado anteriormente nesta pesquisa.

A configuração formal da escala bucólica presente nas superquadras pode ser atendida com o plantio de espécies do Cerrado

⁷⁰ As informações mencionadas estão disponíveis em: JURUMENHA, C. *Metrópoles. Conheça o Fruit Map, o aplicativo que mapeia as árvores frutíferas, em Brasília*, p. 3, 2 dez. 2015.

Figura 76. Fotografia do mapa de árvores frutíferas do Novo Guia de Brasília.

Fonte: autoria própria, 2023.



mescladas às espécies exóticas que historicamente tenderam a prevalecer. Além de se promover e preservar o bioma típico da região, a utilização de árvores do Cerrado implica um benefício extra. Como algumas das árvores típicas do Cerrado são tombadas por meio do Decreto nº 14.783/1993 como Patrimônio Ecológico do Distrito Federal, é reforçada a importância da permanência das árvores em locais como os vazios intencionados da escala residencial. Com a vigência desse instrumento, ficam protegidas da extração e da exploração em área urbana 12 espécies de árvores⁷¹. Ou seja, uma vez inseridas na escala bucólica das superquadras, preservam a integridade da malha urbana e tendem a dificultar alterações no arranjo paisagístico que levem à ampliação dos jardins formais compostos por vegetação essencialmente rasteira.

Outro fenômeno importante que tem potencializado as caracterizações formais e simbólicas da escala bucólica presente na superquadra é a realização de feiras livres (figura 77). Semanalmente, parcelas dos vazios intencionados de diferentes superquadras têm sido ocupados por barracas de pequenos produtores. De caráter itinerante, as feiras ajudam a promover a apropriação dos vazios intencionados por meio das trocas sociais que não se restringem apenas ao local da feira em si, mas aos seus arredores sombreados pelas árvores de grande porte. Enquanto alguns percorrem as barracas fazendo as compras da semana, outros estendem cangas e cadeiras sob as árvores prolongando a permanência na escala bucólica.

⁷¹ Segundo o Art. 1º do Decreto nº 14.783/1993, as espécies tombadas são: copaiba (*Copaifera langsdorffii* Desf.), sucupira-branca (*Pterodon pubescens* Benth), pequi (*Caryocar brasiliense* Camb), cogaita (*Eugenia dysenterica* DC), buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), gomeira (*Vochysia thyrsoidea* Polh), pau-doce (*Vochysia tucanorum* Mart.), aroeira (*Astrocaryum urundeuva* (Fr.All), Engl.) embiriçu (*Pseudobombax longiflorum* (Mart., et Zucc.) a. Rob), perobas (*Aspidosperma* spp.), jacarandás (*Dalbergia* spp.) e ipês (*Tabebuia* spp.).



Figura 77. SQN 216 – realização de feira itinerante.

Fonte: autoria própria, 2023.

Os espaços livres e públicos são tomados pela comunidade que interage com o meio bucólico respeitando e reforçando sua identidade moderna. De forma geral, a realização das feiras amplia a atribuição dos valores culturais à escala bucólica. A reunião comunitária majoritariamente amistosa promovida pelo evento itinerante tende a favorecer laços afetivos e a construir memórias associadas àqueles vazios intencionados. Por fim, as estruturas provisórias montadas tendem a respeitar o arranjo paisagístico dos espaços e, após a realização de cada feira itinerante, as barracas são recolhidas, permitindo que o espaço esteja pronto para acolher o próximo uso, o que demonstra a compatibilidade com o valor ético, além dos demais valores culturais.

Observa-se, portanto, que as potencialidades da escala bucólica aparecem quando, recorrendo a Certeau (2014), as *estratégias* permitem a realização das *táticas*. No momento em que as normas recebem os valores culturais efetivamente atribuídos, nota-se uma maior consonância entre o bem cultural e o instrumento que o regula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PERCURSO TRILHADO

Inserido no campo da arquitetura e urbanismo, o desenvolvimento desta pesquisa esteve relacionado a uma inquietação quanto às possibilidades de preservação de um atributo do urbanismo moderno que pouco se assemelha aos exemplos mais recorridos quando se aborda a conservação do patrimônio material. A escala bucólica não é constituída por superfícies construídas em concreto ou outro material estritamente moldável pelo homem. Por outro lado, é difícil assumi-la como um atributo meramente paisagístico quando não se limita a esta função. Mais que um arranjo de origem natural que se contrapõe aos volumes edificadas, ela compõe ativamente o traçado urbano, sendo encarregada de delimitar espaços e estabelecer as conexões entre as partes da cidade. Apesar de integrar a proposta de um conjunto urbano tombado, sendo, portanto, parte de um bem tangível, a escala bucólica é percebida por sua notória imaterialidade construtiva.

Pensando no campo da conservação urbana e nas ferramentas teóricas e metodológicas habitualmente ofertadas por ele, foi desafiador trabalhar com a escala bucólica, por se tratar de um atributo que, à primeira vista, representa o avesso da cidade e seus elementos compositivos. Se pensada de forma rígida, essa escala não possui um corpo, não está submetida a questões usualmente levantadas quando se trata de um bem tangível, como, por exemplo, a sujeição à pátina do tempo, ao restauro ou demolição de sua materialidade. Sua particularidade, a imaterialidade construtiva, exigiu o esforço de pensar a conservação urbana para além do que está no centro das discussões patrimoniais. Portanto, embora não tenha sido explicitamente formulada, uma pergunta se manteve constantemente presente neste trabalho: como tratar da conservação dos vazios do CUB em um campo historicamente preocupado com a materialidade dos volumes urbanos?

Tateando caminhos que possibilitassem a análise do atributo incomum, foi primeiro desenvolvimento, no Capítulo 1, uma discussão teórica que permitiu algumas constatações relevantes. Nele ficou estabelecido o conceito de vazio intencionado que possibilitou, posteriormente, delimitar com maior precisão os contornos, físicos e conceituais da escala bucólica, registrando-se sua notória abstração territorial quando comparadas às outras três escalas (monumental, gregária e residencial). Ao enfrentar a delimitação turva dessa escala, verificou-se que a imprecisão conceitual já estava presente desde a sua gênese. Tal constatação justificou, junto de sua complexa imaterialidade urbana, a dificuldade histórica de percebê-la como atributo central e singular na proposta do CUB.

Não obstante a verificação da limitação perceptiva da escala bucólica, notou-se que, junto das outras três escalas, ela foi constantemente invocada nas discussões acerca do reconhecimento patrimonial do CUB, tornando-se inclusive base argumentativa para os

tombamentos do conjunto urbano e, posteriormente, para as normativas patrimoniais regulatórias. Sendo assim, observou-se que, apesar de serem insuficientes as reflexões acerca da escala bucólica, e desafiadora a delimitação do seu caráter abstrato, ela permanece presente no imaginário identitário da cidade, sendo um importante atributo da caracterização do traçado urbano do bem tombado. Diante dessas informações levantadas, encerrou-se o primeiro capítulo constatando-se a necessidade de delimitação de um recorte territorial que permitisse o desenvolvimento de análises mais precisas acerca da apropriação e valoração do atributo, o que levou à escolha da escala bucólica presente nas superquadras do CUB.

Com o desenvolvimento do Capítulo 2, enfrentou-se o desafio de se trabalhar com um atributo que, além de marcado pela imaterialidade construtiva, esteve em lenta e paulatina transformação guiada pelo processo de amadurecimento de seu arranjo paisagístico. Ou seja, diferentemente de outros atributos, percebeu-se que a escala bucólica presente na superquadra foi marcada por uma instabilidade formal extra e central, haja vista a necessidade do tempo para o crescimento da vegetação que a compõe. Nesse sentido, a construção da linha temporal estratificada em três períodos foi fundamental para se mapear com um pouco mais de precisão o processo de consolidação formal e simbólica da escala bucólica presente na superquadra.

A partir da sistematização do fio temporal notou-se uma progressiva potencialização da apropriação dos vazios intencionados das superquadras associada ao crescimento e estabilização da vegetação. Revelou-se que, de uma percepção de artificialidade que vigorava no início dos anos de 1960, atingiu-se, com a consolidação da escala bucólica em meados dos anos 2000, a apropriação ampla dos vazios intencionados e fortalecimento de um sentimento de pertencimento. Ademais, o fortalecimento do caráter bucólico

da superquadra intensificou a sua vocação cotidiana. Percebeu-se que com o arranjo paisagístico consolidado, passaram a ser mais estimuladas as manifestações do homem comum, o acontecimento das práticas sociais e, por fim, a potencialização do cenário cultural.

Especificamente sobre a consolidação do arranjo paisagístico da escala bucólica, notou-se que há uma notória diversidade de espécies arbóreas que foram historicamente selecionadas por suas características gerais referentes ao grande porte e à copa frondosa. Ao longo das décadas, não houve a predominância de diretrizes técnicas mais precisas para o paisagismo de cada superquadra, escolheu-se as espécies com base na disponibilidade, caráter frutífero, e características gerais elencadas. Tal processo permitiu o caráter de bosque historicamente intencionado e majoritariamente dominante. Sobre esse aspecto, a pesquisa chamou a atenção para o processo de ornamentação do paisagismo de superquadras mais recentes, o que as afasta do caráter bucólico.

Outra descoberta relevante trazida no Capítulo 2 foi que, com o transcorrer dos anos, a consolidação desses vazios intencionados atingiu uma forma diferente daquela proposta por Lucio Costa – fato que se mostrou frequentemente ignorado em estudos e normativas acerca da superquadra e de sua escala bucólica. No lugar dos cinturões verdes rígidos que deveriam circundar a superquadra, constitui-se uma massa verde de forma mais orgânica e fluida que extrapola as faixas de 20m delimitadas pelo plano urbano. Portanto, não se estabeleceu o contraste previsto no projeto, em que os vazios intencionados mais internos das superquadras seriam marcados por gramados pontilhados por árvores enquanto ficaria reservado ao cinturão verde as massas mais consistentes de árvores frondosas.

Finalmente, as informações colhidas nos capítulos precedentes serviram de base para o desenvolvimento, no Capítulo 3, de uma

investigação acerca dos valores possivelmente atribuídos à escala bucólica presente na superquadra e sua conservação. Assumindo a valoração do bem cultural como uma prática social e, portanto, cambiante a depender de quem e quando a exerce, foi feita, a análise comparativa de dois casos empíricos: SQS 308 e SQN 310. O procedimento permitiu averiguar a variação de atribuição de valores à escala bucólica conforme o arranjo paisagístico encontrado em cada uma das superquadradas selecionadas.

Como resultado da análise comparativa, observou-se que quando o arranjo paisagístico da escala bucólica se aproxima mais da proposta moderna (com o predomínio do aspecto de bosque e aparente despojamento formal) como é o caso da SQS 308, a atribuição de valores culturais se mostra mais evidente e intensificada. Em contrapartida, quando o arranjo é alterado para incorporar aspectos de ornamentação explícita e formalização rigorosa, como é o caso da SQN 310, a atribuição de valores culturais se mostra mimetizada e enfraquecida. Sob essa perspectiva, entende-se, portanto, que a preservação do arranjo paisagístico moderno é importante à conservação do atributo da escala bucólica presente nas superquadradas.

Buscando avaliar a conservação desses vazios intencionados, percebeu-se que, historicamente, o arcabouço legal que os regula não considerou a escala bucólica efetivamente constituída. O descompasso verificado tem possibilitado alterações formais e simbólicas que deflagram processo de descaracterização e consequente diminuição da atribuição de valores culturais a ela. Portanto, a adequação das normativas patrimoniais à realidade do atributo valorado se mostra um dos principais desafios impostos à conservação da escala bucólica. Em contrapartida, registrou-se avanços incipientes em alguns dos instrumentos legais mais recentes, o que atesta algum empenho corrente na reversão da falha histórica.

Em continuação à análise proposta, detectou-se que as potencialidades que envolvem a conservação da escala bucólica estão estreitamente relacionadas ao recente processo de consolidação do arranjo paisagístico dominante – aquele que, como no caso da SQS 308, é resultado da proposta urbana moderna – e à intensificação da sua caracterização simbólica. Com o crescimento das árvores e a ampliação do reconhecimento e apropriação desses espaços, torna-se latente a atribuição de valores pelos múltiplos agentes e o alastramento do desejo de proteção do atributo.

As conclusões tiradas a partir do desenvolvimento desta pesquisa instigam uma série de desdobramentos que podem ser explorados no futuro, a começar pela necessidade da pesquisa da conservação da escala bucólica para além do recorte da superquadra aqui estabelecido. Outra questão que deve ser destacada é a importância das contribuições que pode trazer uma futura validação da atribuição dos valores levantados no Capítulo 3 a partir da sistematização de uma consulta direta aos múltiplos atores, usuários, personagens, comunidade que participa na valoração o atributo da escala bucólica, e que reconhece o CUB como bem cultural.

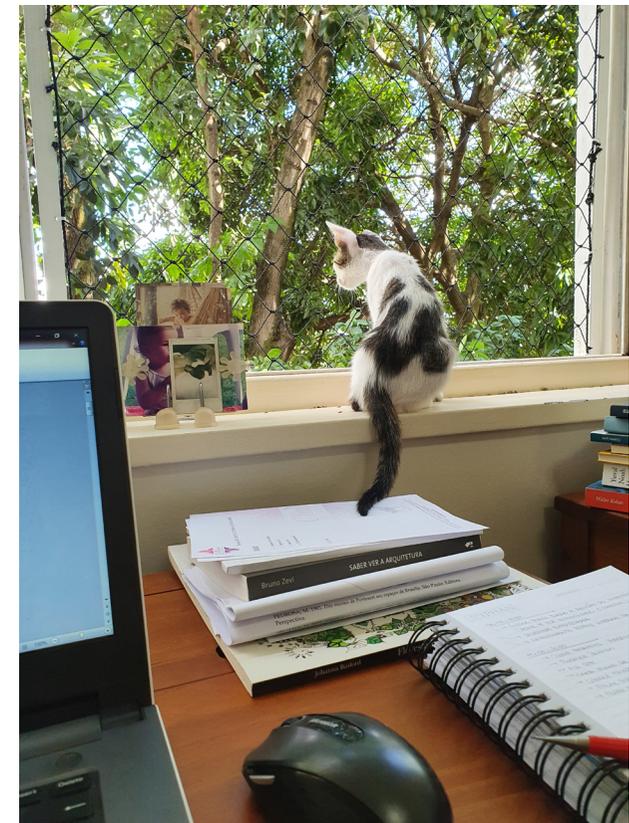
Ao relato do percurso trilhado e possibilidades de desdobramentos futuros, adiciona-se a necessária reflexão acerca de um acontecimento recente que não poderia deixar de ser mencionado neste trabalho: a pandemia de Covid-19 que, a partir de dezembro de 2019, assolou o mundo, tendo o seu fim decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) somente em 5 de maio de 2023. Diante do vírus que se alastrava com facilidade causando inúmeras mortes, a comunidade global se viu majoritariamente obrigada ao isolamento. A brusca necessidade do afastamento social e a impossibilidade de se frequentar espaços comunitários fechados provocou reflexões intensas acerca da qualidade das habitações e dos espaços públicos abertos.

Confinadas em suas residências, as pessoas passaram a enaltecer a presença dos parques, as vantagens de se estar perto e ter acesso a áreas verdes que amenizavam as inevitáveis restrições espaciais impostas. O reviver do reconhecimento de tais qualidades urbanas não poderia deixar de ser associado, neste trabalho, ao atributo da escala bucólica presente nas superquadras do CUB. Soluções modernistas como aquela, que frequentemente são julgadas ultrapassadas, possuem muito das aspirações desejadas para o futuro pós-pandêmico. Nesse sentido, pondera-se que caberia futuramente visitar a escala bucólica visando compreender quais as novas valorações e ressignificações possíveis perante os recentes fatos mundiais e quais possibilidades aquele atributo moderno oferece a um futuro urbano.

Referindo-se ainda à pandemia e à escala bucólica presente na superquadra, registra-se o adendo de que o próprio desenvolvimento desta pesquisa se deu, majoritariamente, durante o desenrolar da pandemia da Covid-19, em que esta pesquisadora permaneceu isolada em apartamento localizado em uma superquadra da Asa Sul. Olhando da janela de seu escritório, as árvores do cinturão verde compunham a paisagem que a acompanhou e a confortou durante a realização da pesquisa no trágico período pandêmico. Este breve relato acerca da inserção do desenvolvimento da pesquisa em seu contexto social chama atenção para a continuidade dessa discussão para além do encerramento desta dissertação, mostrando que conservar o patrimônio não é só um compromisso com o passado, mas também com o futuro.

Figura 78. SQS 406: Escritório de apartamento voltado para o cinturão verde da superquadra.

Fonte: autoria própria, 2023.



BIBLIOGRAFIA

- ADJUTO BOTELHO, L. O princípio das escalas no plano urbanístico de Brasília: sentido e valor além de proporção. Em: VIEGAS DE LIMA, A. et al. (Eds.). **Brasília 1960 - 2010: passado, presente e futuro**. Brasília, DF: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.
- ARAUJO, H. B. N. DE. **A parceria público-privado na Gestão de Áreas Públicas pelas empresas e suas estratégias de marketing na cidade de Salvador-Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.
- BILÁ, G. **O novo guia de Brasília**. Tradução: FriendlyCheesecake. 1. ed. Brasília, DF: do Autor, 2014.
- BRAGA, M. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo, SP: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira, 2010.
- BRINO, A. C. **Brasília: Superquadras Residenciais**. V Seminário DO-COMOMO Brasil: arquitetura e urbanismo modernos, projeto e preservação. Anais...São Carlos, SP: 2003. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/006R.pdf>
- CÂNDIDO, D. K. **As praças e a parceria público-privada em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio e valores: a via crítica de Aloís Riegl**. Belo Horizonte: IEDS, 2022.
- CASTRO, A. L. DE S. Notas sobre as inovações da portaria nº 166/2016-IPHAN para a preservação do conjunto urbanístico de Brasília. Em: RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. P. (Eds.). **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. 1ª ed. Brasília, DF: IPHAN, 2016. p. 136–154.
- CERTEAU, M. DE. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHOAY, F. Brasília uma capital pré-fabricada. Em: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (Eds.). **Brasília - antologia crítica**. Tradução: Dorothee De Bruchard. São Paulo, SP: Cosac Naify, [1959] 2012. p. 66–71.
- CHOAY, F. Revue France Observateur. **Une capitale sort de terre: Brasília**, p. 15–16, out. 1959.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2011.
- CHOAY, F. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, [1965] 2018.
- CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. 2ª ed. [s.l.] Artshow Books LTDA, 1989.
- COSTA, L. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Em: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL); SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL (Eds.). **Brasília, cidade que inventei**. Brasília, DF: IPHAN, [1956] 2014.

COSTA, L. O Urbanista defende a sua cidade. Em: **Registro de uma vivência**. 3a edição revista ed. São Paulo, SP, Brasil: Edições SESC: Editora 34, [1967] 2018. p. 301–303.

COSTA, L. Diretrizes para a Preservação da Integridade do Plano Piloto. Em: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (Eds.). **Brasília: antologia crítica**. Coleção Face Norte. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2012. p. 292–293.

COSTA, L. Brasília Revisitada 1985/87: Anexo I do Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o artigo 38 da Lei 3751, de 13 de abril de 1960, no que se refere a preservação da concepção urbanística de Brasília. **Diário Oficial do Distrito Federal, suplemento, ano XII**, n. 194, p. 14, [s.d.].

COSTA, M. E.; LIMA, A. V. Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto). **Brasília: Terracap**, 1985.

CUNHA, L. P.; LIRA, F. B. **Significância Cultural da superquadra 308 sul de Brasília**. Em: 6º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA E ARQUITETURA DE MUSEUS. Recife, Petrópolis e Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <https://arquimuseus.arq.br/seminario2019/pdf/artigos/eixo_4-patrimonio_e_educacao/e4a9_cunha_e_lira.pdf>

DAUFENBACH, K. O capítulo brasileiro. Bruno Zevi e a narrativa por uma arquitetura orgânica. *Arquitextos*, São Paulo, ano 19, n. 228.00, Vitruvius, maio 2019. *Vitruvius*, v. 228.00 crítica, ano 19, maio 2019.

DERNTL, M. F. Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília. *Vitruvius*, v. 249.06 historiografia de Brasília ano 21, fev. 2021.

FERREIRA, M. M.; GOROVITZ, M. **A invenção da Superquadra**. 2ª ed. Brasília, DF: IPHAN, 2020.

FICHER, S. et al. Os blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto de Brasília. Em: LEITÃO, F. (Ed.). **Brasília 1960 - 2010: passado, presente e futuro**. Brasília, DF: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

FICHER, S.; PALAZZO, P. P. Paradigmas Urbanísticos de Brasília. Em: **Brazilian Conditions: Complex and Simple**. Vienna: Springer Vienna, 2006.

FRAMPTON, K. **Storia dell'architettura moderna**. Tradução: Silvia Milesi. 4. ed. Bologna: Zanichelli editore S.p.A, [1980] 2008.

GORELIK, A. Brasília O museu da Vanguarda 1950 e 1960. Em: **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

GOROVITZ, M. **Brasília, uma questão de escala**. São Paulo: Projeto, 1985.

HOLANDA, F. DE. **O espaço de exceção**. [s.l.] Editora UnB, 2002.

HOLANDA, F. DE. O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 2, n. 1, p. 5–13, 31 dez. 2017.

HOLANDA, F. R. B. DE. **Brasília: cidade moderna, cidade eterna**. Brasília: FAUnB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2010.

HOLSTON, J. **Cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia**. Tradução: Marcelo Coelho. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1989] 1993.

ICOMOS. **Carta de Veneza (*The Venice Charter*)**, 1964-1994. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Venice_Charter_EN_2023.pdf

ICOMOS AUSTRÁLIA. **Carta de Burra (*The Burra Charter*)**. **Australia ICOMOS**, 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/publications/burra-charter-practice-notes/>

JANUZZI, V. P. **O céu e a terra: o Setor Noroeste e seus primeiros moradores**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

KÜHL, B. M. Cesare Brandi e a teoria da restauração. *PosFAUUSP*, n. 21, p. 197–211, 1 jun. 2007.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista:**

História e Cultura Material, v. 18, n. 2, p. 287–320, 1 dez. 2010.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. Tradução: Rebeca Scherer. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, EDUSP, [1941] 1993.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. 6a edição ed. São Paulo: Editora Perspectiva, [1923] 2014.

LIMA, R. M. C. E. **A avaliação da arborização urbana no Plano Piloto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) — Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.

LIRA, F. B. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática| Cultural significance, integrity and authenticity of cultural assets in the contemporary world: theory and practice. **Oculum Ensaios**, v. 17, p. 1–22, 2020.

LIRA, F. B.; GIANNECCHINI, A. C. **O desafio da conservação dos blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília – DF: uma resposta interinstitucional ao caso da unidade de vizinhança constituída pelas SQS 107, 108, 307 e 308**. Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS. **Anais...**2012.

LOPES, M. Z.; GONÇALVES, L. R. **O congresso internacional de críticos de 1959 e aspectos da modernidade no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2009.

MACHADO, M. P. **Superquadra: pensamento e prática urbanística**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — [s.l.] Universidade de Brasília, 14 set. 2007.

MARCHETTI, P. **O diário da Turma, 1976-1986: a história do rock de Brasília**. [s.l.] Conrad Editora do Brasil, 2001.

MENESES, U. T. B. DE. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG**, v. 1, p. 25–39, 2009.

PERPÉTUO, T. P. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) — Rio de Janeiro: IPHAN, 2015.

PERPÉTUO, T. P. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. Em: RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. P. (Eds.). **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. 1. ed. Brasília, DF: IPHAN, 2016. p. 52–75.

PINTO, F. R. C. **Um caso peculiar de unidade do diverso : um olhar sobre a apropriação de espaços públicos em áreas residenciais do Plano Piloto**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—[s.l.] Universidade de Brasília, 2011.

PINTO, M. S. **O desafio da floresta urbana: História do processo de arborização de Brasília (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História)—Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2018.

PRUDON, T. H. **Preservation of modern architecture**. New Jersey: John Wiley and Sons Inc., 2008.

REIS, C. M. Conjunto Urbanístico de Brasília: da preservação e outros demônios. Em: RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. P. (Eds.). **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. 1. ed. Brasília, DF: IPHAN, 2016. p. 114–135.

REIS, C. M.; RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. P. (EDS.). **GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

RIBEIRO, M. S. **Habitar, trabalhar, recrear e circular: Possibilidades e limitações nas superquadras de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) —Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2013.

RIEGL, A. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. Em: CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio e valores: a via crítica de Alois Riegl**. Belo Horizonte: IEDS, [1903]2022.

ROSANELI, A. F. “Adote-me, por favor!”, ensaio sobre uma ação reversa ao espaço público. A geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal. *Anais...* Em: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA E GEOGRAFIA. 2021.

ROSSETTI, E. P. Espaços públicos de Brasília: uso, apropriação, valorização e transformação. *Revista Thésis*, v. 2, n. 5, 2018.

SABOIA, L. Arquitetura, vazio moderno e o espaço social. *Paranoá*, v. 16, n. 16, ago. 2016.

SABOIA, L.; MEDEIROS, A. E. **Brasília, discurso ou narrativa? Questões sobre a preservação e identidade cultural.** 9º seminário Docomomo Brasil. *Anais*. jul. 2011.

SANT'ANNA, M. G. DE. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990.** Salvador: IPHAN, Ministério da Cultura, Governo Federal Brasil: Oiti, 2015.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo.** Tradução: Marisa Barda; Tradução: Pedro M R. Sales. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SOLÓRZANO, G. E. M.; PALAZZO, P. P. Relações de escala na superquadra de Brasília: paradigma ou mistificação? *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, n. 25, p. 107–128, 2020.

ZEVI, B. Seis perguntas sobre a nova capital sul-americana. Em: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (Eds.). **Brasília - antologia crítica.** Tradução: Eugênio Vinci De Moraes. São Paulo, SP: Cosac Naify, [1960] 2012. p. 66–71.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura.** Tradução: Maria Isabel Gaspar; Tradução: Gaeten Mrtuns de Oliveira. 6. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, [1984] 2011.

Instrumentos Normativos

BRASIL. IPHAN. Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992. *Diário Oficial da União*, n. Brasília, DF, 8 out. 1992.

BRASIL. Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*, n. Brasília, DF, 30 dez. 2004.

BRASIL. IPHAN. Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 1. n. Brasília, DF, p. 31, 11 maio 2016.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o artigo 38 da Lei 3751, de 13 de abril de 1960, no que se refere a preservação da concepção urbanística de Brasília. *Diário Oficial do Distrito Federal*, n. Brasília,DF, 14 out. 1987.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 14.783, de 17 de junho de 1993. Dispõe sobre o tombamento de espécies arbóreo-arbustivas, e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, n. Brasília,DF, 17 jun. 1993.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008. Define critérios para ocupação de área pública no Distrito Federal mediante concessão de direito real de uso e concessão de uso, para as utilizações que especifica. *Diário Oficial do Distrito Federal*, n. Brasília,DF, 28 jan. 2008.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 30.303, de 27 de abril de 2009. Dispõe sobre o tombamento da Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/308. *Diário Oficial do Distrito Federal*, n. Brasília, DF, 27 abr. 2009.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 33.224, de 27 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Tombamento dos Jardins de Burle Marx em Brasília, e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, n. Brasília, DF, 27 set. 2011.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.615, de 26 de fevereiro de 2016. Declara o Rock Brasiliense como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*, n. Brasília,DF, 26 fev. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, regulamentada pelo Decreto 43.056, de 3 de março de 2022. Institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - COE. *Diário Oficial do Distrito Federal*, n. Brasília,DF, 26 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 39.690, de 28 de fevereiro de 2019. Regulamenta a Lei nº 448, de 19 de maio de 1993, que dispõe sobre a adoção de praças, jardins públicos e balões rodoviários, por entidades e empresas e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, n. Brasília, DF, p. 1, 28 fev. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Projeto de Lei Complementar, 2020 - Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). **Seduh**, n. Brasília, DF, 2020.

Reportagens e blogs

COSTA, L. *Jornal do Brasil*. L.C.: **Brasília foi feita para o homem com fé num Brasil e num mundo melhores**. [Entrevista concedida a] Claudius S. P. Cecon, p. 3, 2 nov. 1961.

Correio Braziliense. **Renomado arquiteto inglês tem boa impressão sobre Brasília**, 7 jan. 2010. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/01/07/interna_cidadesdf,164961/renomado-arquiteto-ingles-tem-boa-impressao-sobre-brasilia.shtml. Acesso em: 9 abr. 2023

DISTRITO FEDERAL. **Plano Anual de Arborização da Novacap plantará 100 mil árvores**. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.novacap.df.gov.br/plano-anual-de-arborizacao-da-novacap-plantara-100-mil-arvores/>. Acesso em: 9 abr. 2023

Estudantes do DF lançam aplicativo que mapeia pés de frutas públicos. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/estudantes-do-df-lancam-aplicativo-que-mapeia-pes-de-frutas-publicos.html>. Acesso em: 9 abr. 2023.

FRAMPTON, K. **O destino de Brasília**. Blog IMS, 7 dez. 2012. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/o-destino-de-brasilia-por-kenneth-frampton/>. Acesso em: 9 set. 2022

JURUMENHA, C. *Metrópoles*. **Conheça o Fruit Map, o aplicativo que mapeia as árvores frutíferas, em Brasília**, p. 3, 2 dez. 2015.

Iconografia

BENEVOLO, L. **História da cidade**. Tradução: Sílvia Mazza. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

COSTA, L. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. 1. ed. São Paulo, SP, Brasil: Edições SESC: Editora 34, 2018.

FRANÇA, J. **Escalas de Brasília**. Joana França, 2017. Disponível em: <https://www.joanafranca.com/>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

GAUTHEROT, M. **Brasília**. São Paulo, Brazil: IMS-Instituto Moreira Salles, 2010.

HISTÓRIAS DE BRASÍLIA, *Curiosidades e histórias da nossa capital*. Disponível em: <https://historiasdebrasilia.com/> e <https://www.facebook.com/historiasdebsb/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

KON, N. **Ensaio Brasília**. Nelson Kon, 2020. Disponível em: <https://www.nelsonkon.com.br/>. Acesso em 25 de março de 2023.

RÜEGG, A.; BURRI, R.; LISPECTOR, C. **René Burri: Brasília**. Zurique: Scheidegger & Spiess, 2011.

